

**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO - CCHC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
PPGDR
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM NOVO MODELO DE
PLANEJAMENTO URBANO EM BLUMENAU/SC**

DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO

**BLUMENAU
2017**

DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM NOVO MODELO DE
PLANEJAMENTO URBANO EM BLUMENAU/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, da Universidade Regional de Blumenau, como requisito final à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Leonardo Brandão - Orientador

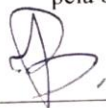
**BLUMENAU
2017**

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM NOVO MODELO DE
PLANEJAMENTO URBANO EM BLUMENAU/SC**

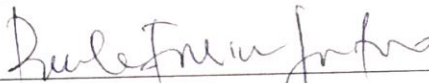
Por

DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO

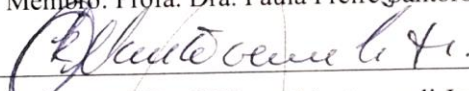
Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento
Regional no Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional – PPGDR, da
Universidade Regional de Blumenau – FURB,
pela banca examinadora formada por:



Presidente: Prof. Dr. Leonardo Brandão - FURB



Membro: Profa. Dra. Paula Freire Santoro – USP



Membro: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Junior - FURB

Membro: Profa. Dra. Marilda Rosa G.C. G. da Silva - FURB



Prof. Dr. Marcos Antonio Mattedi

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional

Blumenau, 24 de abril de 2017.

Para todas as Marias,
José e Hélio da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sentir-se entregue, feliz e grata pela experiência vivida em uma determinada jornada, e é com esse sentimento que inicio minha página de agradecimentos. Ao longo desses últimos meses vivi envolvida com os desafios do Mestrado em Desenvolvimento Regional PPGDR/FURB e hoje percebo que esse foi um tempo que significou um rito de passagem.

Senti, em vários momentos angústias, e desafios que me desestruturaram, me fazendo viver uma constante revisão e autorreconstrução, ancorada sempre pela generosidade e sabedoria dos professores e colegas que partilharam desses momentos. Foi um longo e profundo processo de aprendizagem e descobertas particulares e coletivas, por isso, sou grata a todos os colegas e professores que se apresentaram sempre com generosidade, de coração aberto e olhar crítico.

Ao meu orientador, Leonardo Brandão, agradeço por tudo que aprendi sobre o universo teórico que envolve o tema da mulher e do feminino, pelo zelo e clareza com que conduziu minha orientação, pelo olhar afiado e coração sensível, e pela habilidade de manter um diálogo aberto, horizontal e franco. Sua conduta me inspira a seguir aprendendo.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, professores Luciano Florit e Oklinger Mantovanelli, que me auxiliaram realizando a leitura do trabalho e trazendo as críticas e sugestões para o seu aprimoramento. Obrigada pela generosidade e precisão com que se dedicaram a esse momento de ajuste de rota, suas contribuições me ajudaram a enxergar meu trabalho com outras lentes, mais afinadas com a relevância social e política que esse tema representa.

A todas as mulheres que se dispuseram a participar dos momentos de diálogo e encontros, durante as atividades do *World Café* e na pesquisa *online*, dedicando seu tempo precioso, expondo suas realidades e permitindo toda partilha vivenciada.

Agradeço à minha avó Maria, através da qual me refiro a todos da minha família, que me ensinaram que o trabalho só faz sentido quando podemos aprender e, da mesma forma, ensinar. É com esse espírito que justifico toda a ausência dos últimos meses, agradecendo a todos por compreenderem meus momentos de silêncio e por todas as palavras de incentivo.

Finalizo dizendo ao meu amado companheiro de jornada, José, a quem sou grata por toda a entrega, o cuidado e a paciência que teve comigo nesse tempo de mestrado. Concluimos aqui, mais um passo em nossa busca para contribuir com a construção de um mundo mais justo, igualitário, fraterno e acessível a todos.

“Uma mulher aqui é tão necessária como o pão de cada dia.”

(Hermann Blumenau apud Wolff, 1991, p. 25)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o direito das mulheres à cidade de Blumenau, e isso frente à desigualdade de gênero em relação ao acesso e ao uso da infraestrutura urbana. Discute-se a relação entre a mulher e o desenvolvimento a partir das transformações ocorridas no espaço e também no tempo, buscando um olhar histórico sobre a trajetória de emancipação das mulheres e sua relação com o espaço da cidade e seu direito a cidadania, problematizando sobre o espaço da mulher na cidade e sua relação com os espaços públicos e privados. Para a realização da pesquisa foram promovidos encontros com mulheres de diversos perfis socioeconômicos. Através dos diálogos e da troca de experiência sobre o uso da cidade, foi possível identificar suas demandas e sua compreensão sobre o direito à cidade. Como complemento, dois estudos documentais foram realizados, um sobre políticas públicas com enfoque no urbanismo de gênero, considerando a experiência dos Planos Diretores das cidades de São Paulo e Santo André e outro sobre a participação das mulheres e sua representatividade nos Conselhos Municipais deliberativos da cidade Blumenau. O estudo traz alguns resultados práticos alcançados ao longo da pesquisa, pois a partir dos encontros com as mulheres foi possível a organização de um documento que sistematizou as demandas levantadas por elas ao longo das discussões, o que resultou na construção do documento “Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau”, protocolado na 6ª Conferência da Cidade de Blumenau, realizada em junho de 2016, e encaminhado para processo de revisão do Plano Diretor. Esse processo de discussão e construção da pesquisa possibilitou um encontro direto com a realidade das mulheres, contribuindo como amparo teórico para o entendimento sobre o seu direito à cidade. A conclusão aponta para a relevância da discussão sobre a questão de gênero na elaboração de políticas públicas urbanas, pois se verificou que as mulheres utilizam a cidade de forma diferenciada. Assim, ao pensar a cidade de Blumenau na perspectiva das mulheres, abre-se caminho para a humanização do processo de planejamento urbano.

Palavras-chave: Mulheres, Urbanismo de gênero, Direito à cidade.

ABSTRACT

This research aims to discuss women's right to the city of Blumenau, due to the gender inequality in the access and use of urban infrastructure. It discusses the relationship between women and urban development based on the transformations that occurred in both space and time, from a historical view on the trajectory of women's emancipation and their relationship with the city spaces – public and private ones - and their right to citizenship. During this research, some meetings were held with women from different socioeconomic backgrounds. Through the dialogues and the exchange of experiences on the use of the city, it was possible to identify their demands and their understanding about the right to the city. As a complement, two documentary studies were done, one on the public policies focusing on gender urbanism, considering the experience of the Master Plans of the cities of São Paulo and Santo André and another one about women's representativeness in the deliberative Municipal Councils of the city of Blumenau. As a result of the meetings with women it was possible to organize a document that systematizes the demands raised by them during the discussions, which resulted in the elaboration of the document "Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau ", layed at the 6th Conference of the City of Blumenau, held in June 2016, and forwarded to the review process of the City's Master Plan. The process of discussion and construction of this research made possible an approach with the reality of women, contributing as a theoretical support to the understanding of their right to the city. The survey's conclusion points out the relevance of the discussion about the gender issue in the elaboration of urban public policies, once that women use the city in a differentiated way. Thus, when thinking about the city of Blumenau in the perspective of women, it opens the way for the humanization of the urban planning process.

Keywords: Women, Gender Urbanism, Right to the city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxograma sobre a problemática conceitual da pesquisa.....	21
Figura 2 - Círculo virtuoso das políticas públicas.....	45
Figura 3 - Proposta metodológica e configuração espacial da dinâmica de World Café.	60
Figura 4 - Eixos temáticos estruturadores proposto pela metodologia “Espacios para La vida cotidiana: auditoria de qualidade urbana com perspectiva de gênero”.	61
Figura 5 - Fotos do primeiro encontro “Lugares das Mulheres - <i>World Café</i> ”, realizado durante o Circuito Mulheres Mobilizadas no mês de março 2016 pela rede Minha Blumenau, no Bairro Vitor Konder no Galpão do Curso de Arquitetura – FURB.	67
Figura 6 - Fotos do segundo encontro “Lugares das Mulheres - <i>World Café</i> ” realizado na residência da Professora Cirlei Daros, no bairro Itoupavazinha, em Blumenau.	70
Figura 7 - Foto do terceiro encontro “Lugares das Mulheres - <i>World Café</i> ”, realizado no salão de festas do Residencial Jardim Paraíso, no bairro Passo Manso, em Blumenau.	75
Figura 8 - Foto do quarto encontro “Lugares das Mulheres - <i>World Café</i> ”, realizado no salão de festas do Residencial Parque das Nascentes II, no bairro Progresso, em Blumenau.	80
Figura 9 - Foto do quinto encontro “Lugares das Mulheres - <i>World Café</i> ”, no bairro Progresso, no Residencial Parque das Nascentes II, em Blumenau.....	84
Figura 10- Foto do sexto encontro “Lugares das Mulheres - <i>World Café</i> ” realizado no bairro Victor Konder no Galpão da Arquitetura da FURB durante o Ateliê Vertical 2016, atividade realizada pelo grupo Mulheres na Cidade, organizado pelo Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura da FURB e coordenado pela Professora Daniela Sarmento.	88
Figura 11- Foto da performance “Corpos Invisíveis” que aconteceu no pátio da Biblioteca Central da FURB durante o Ateliê Vertical 2016, atividade realizada pelo grupo Mulheres na cidade, organizado pelo Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura da FURB.	89
Figura 12 - Foto da performance “Corpos Invisíveis” que aconteceu no pátio da Biblioteca Central da FURB durante o Ateliê Vertical 2016, atividade realizada pelo grupo Mulheres na Cidade, organizado pelo Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura da FURB.	90
Figura 13 – Mapa das Regiões geográficas de Blumenau, com a marcação de todos os bairros que foram acessados na pesquisa online <i>Lugares das Mulheres: diagnóstico urbano de gênero</i>	96
Figura 14 - Resultado dos questionários sobre as condições da cidade em rede.....	97
Figura 15 - Resultado sobre a preferência das usuárias pelo meio de locomoção para realização de suas atividades diárias.	98
Figura 16- Mapa com a marcação dos locais citados pelas mulheres que participaram do formulário para construção do mapa coletivo.	99

Figura 17 - Relação das ruas citadas na identificação do mapa coletivo sobre os locais de insegurança da cidade. Na coluna à direita, apresenta a intensidade do sentimento percebido pelas usuárias.	100
Figura 18 - Recorte aproximado dos locais mais citados pelas mulheres que participaram da pesquisa Lugares das Mulheres - Mapa Coletivo.	102
Figura 19- Principais características dos locais indicados no formulário Lugares das Mulheres - Mapa Coletivo que geram a sensação de insegurança percebida pelas usuárias.	103
Figura 20- Resultado das perguntas sobre a disponibilidade e condições dos equipamentos públicos.	104
Figura 21- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Assistência Social do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social; COMEN - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas; CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CMHAIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social; COMPED - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	111
Figura 22- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição do CME - Conselho Municipal de Educação que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Educação do Município de Blumenau.	112
Figura 23 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição do CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural que compõem a estrutura administrativa da Fundação Cultural do Município de Blumenau.	112
Figura 24- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: PEDEM - Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico; CMDES - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social; CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; CMC - Conselho Municipal de Contribuintes.	113
Figura 25- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Saúde do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: CMS - Conselho Municipal de Saúde; COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau.	113
Figura 26 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição do CMMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente que compõem a estrutura administrativa da Fundação Municipal de Meio Ambiente.	114
Figura 27 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: COPLAN - Conselho Municipal de Planejamento Urbano; CONCIBLU - Conselho da Cidade de Blumenau; COPE - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau.	114

Figura 28 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais deliberativos que compõem a estrutura administrativa das Secretarias e Fundações do Município de Blumenau.....	115
Figura 29 - A imagem à esquerda traz o registro da reunião do Movimento Lilás, realizada no Galpão da Arquitetura, no mês de setembro/2016 com representantes de diversos coletivos da cidade para elaboração do texto do Manifesto Lilás. A imagem à direita traz a imagem publicada pelo movimento com todos os manifestos assinados, divulgando o compromisso assumido pelos candidatos com as pautas das mulheres e apoio à criação do Conselho Municipal de Mulheres de Blumenau. Imagem inferior retrata a instalação pública feita pelas mulheres na Praça Lilás do mês de novembro/2016 na Praça Getúlio Vargas, no bairro Garcia.....	126
Figura 30 - Rodas de conversa da primeira Praça Lilás, realizada no Bairro da Velha em Blumenau, no dia 03/07/2016.....	131
Figura 31- Atividades oferecidas pelos participantes da primeira Praça Lilás que aconteceu no bairro da Velha em Blumenau no dia 03/07/2016.	132
Figura 32 - Atividades realizadas na segunda edição da Praça Lilás que aconteceu no Bairro Escola Agrícola no dia 03/09/2016, na Praça Arnaldo Machado da Veiga.	133
Figura 33 - Atividades realizadas na terceira edição da Praça Lilás, que aconteceu no Bairro Garcia no dia 19/11/2016 na Praça Getúlio Vargas.	134

LISTA DE SIGLAS

CEI - Centro de Educação Infantil

CEUS - Centro de Artes e Esportes Unificado

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMC - Conselho Municipal de Contribuintes

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDES - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CME - Conselho Municipal de Educação

CMHAIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

CMMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente

CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural

CMS - Conselho Municipal de Saúde

COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau

COMEN - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas

COMPED - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

CONCIBLU - Conselho da Cidade de Blumenau

COPE - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau

COPLAN - Conselho Municipal de Planejamento Urbano

DEM - Diretrizes Específicas para as Mulheres

DETRAN - Departamento de Trânsito

EASW - European Awareness Scenario Workshop

FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa em Geografia e Estatísticas

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PDE – Plano Diretor Estratégico

PEDEM - Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico

PMDM - Plano Municipal dos Direitos das Mulheres

UBM – União Brasileira de Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MULHER E DESENVOLVIMENTO	20
1.1 A história da mulher e as transformações no espaço da cidade.....	25
1.2 Lugares das mulheres: do espaço privado ao espaço público	36
1.3 A mulher e seu direito à cidade e à cidadania.....	40
1.4 A perspectiva da mulher no contexto do planejamento urbano	47
1.5 A participação da mulher no desenvolvimento da cidade de Blumenau.....	53
2 A MULHER E SUAS PERCEPÇÕES, DEMANDAS E REFLEXÕES SOBRE A CIDADE	57
2.1 Lugares das Mulheres: A percepção das mulheres de Blumenau sobre seu direito à cidade: descrição e análise dos encontros do World Café	63
2.2 Lugares das Mulheres: Diagnóstico urbano de gênero.....	94
3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS POSSIBILIDADES	108
3.1 A participação das mulheres como representantes da sociedade civil nos conselhos deliberativos da cidade de Blumenau	108
3.2 Experiências e referências de políticas urbanas com enfoque na questão da mulher	116
3.3 Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau: as demandas das mulheres para construção de políticas urbanas	124
3.4 Praça Lilás e a construção do Conselho Municipal de Políticas públicas para as mulheres de Blumenau.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A – ROTEIRO WORLD CAFÉ	145
APÊNDICE B - DOCUMENTO “CARTA DAS MULHERES PARA A CIDADE DE BLUMENAU”.....	146
APÊNDICE C – ROTEIRO FOTOGRÁFICO	149

INTRODUÇÃO

Uma arquitetura e um urbanismo mais humanos, que pensem de verdade nas e para as pessoas - não em algo neutro nem algo genérico, mas reconhecendo as diferenças. E trabalhar para que as diferenças não sejam desigualdades, mas outras maneiras de se fazer e de ser que tenham direitos iguais sem precisar ficar submergidos em uma uniformidade alienadora (MUXI, CASANOVAS; CIACOLETTO, 2011, p. 67).

Qual é o papel da mulher na construção da cidade contemporânea? Qual relação há entre mulher, cidade e desenvolvimento regional? Como e para quem, historicamente, foram planejadas as cidades? Seria possível pensar a cidade a partir de um prisma feminino? Em que medida se daria as demandas sobre o viver na cidade, respondendo às percepções e necessidades da mulher? É a partir desse conjunto de questões envolvidas pela tríade mulher-cidade-desenvolvimento que a construção dessa pesquisa se faz. Sua base teórica está fundamentada pela obra da arquiteta e feminista Terezinha de Oliveira Gonzaga, que há mais de 30 anos contribui com seus estudos e luta junto aos movimentos sociais de mulheres na cidade de São Paulo e chama a atenção para a relação que se dá de forma quase invisível, porém bastante relevante, que é a relação da mulher e o desenvolvimento das cidades.

A discussão e luta pela inclusão das demandas das mulheres não é recente e vários autores reclamam e abordam essa temática com a finalidade de contribuir com a reflexão acerca das transformações urbanísticas. São vários aqueles que buscam na história da evolução urbana e do espaço público refletir sobre a contribuição da mulher na formação das cidades, no processo de urbanização e industrialização (SANTORO, 2008).

O Brasil é uma das dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, um dos quatro países do mundo com maior concentração de riqueza e desigualdade social. Essa desigualdade atinge em especial as mulheres, que são a maioria da população brasileira, mais pobres que os homens, ganham menores salários e assumem maiores responsabilidades, acumulando as tarefas do trabalho com os cuidados familiares e os afazeres domésticos. A Organização das Nações Unidas (ONU) traz a informação de que a cada 100 proprietários, apenas um é mulher. No universo financeiro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da ONU, relata que as mulheres exercem três quartos do trabalho e da produção de riquezas no mundo e recebem apenas a quarta parte. No Brasil, as mulheres recebem 70% dos salários ganhos pelos homens, tendo quase o dobro do nível de escolaridade (GONZAGA,

2004). Esses dados demonstram a desigualdade em que vivem as mulheres, e, com isso, faz sentido seu destaque na luta pela universalização dos direitos sociais, civis e políticos.

Num breve resgate sobre a participação da mulher na construção da cidade e pela luta de seus direitos e cidadania, cabe ressaltar que, historicamente, muitos movimentos de bairros, comunitários e de saúde, têm sua base na organização feminina.

O fato é que as mulheres estão inseridas na luta pelas cidades, porém diversos trabalhos enfatizam que as mulheres ainda ocupam uma posição secundária nesta questão. Desta forma, busca-se nesta dissertação uma reflexão crítica acerca da prática da arquitetura e do urbanismo na construção do modelo atual de cidade e sua capacidade de incluir a todos. Como afirma o arquiteto espanhol e professor da Escola Técnica de Ensino Superior de Barcelona, Josep Maria Montaner, atualmente a estrutura urbana se mantém e se transforma com prioridade para atender a demanda do capital e as prioridades masculinas, considerando que a cidade é desenhada para atender o fluxo dos homens, em idade média, no auge de sua capacidade produtiva, com trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro, deixando as demandas das mulheres, jovens, idosos, crianças e deficientes físicos à margem das prioridades do investimento público. Essa lógica de desenvolvimento excludente pautou o desenho das cidades ao longo dos séculos XIX e XX (MONTANER; MUXI, 2014).

Diante dessa problemática levantada, uma hipótese pode ser iniciada fazendo uma analogia entre a maneira pela qual o espaço urbano foi construído e o modo pelo qual o papel da mulher foi estruturado. Ao considerar que em ambos os casos, o que foi construído pode ser desconstruído, é possível pensar que a invisibilidade histórica que envolveu a participação da mulher na construção do território pode ser revisada, permitindo que se lance uma nova construção, pautada na visibilidade e protagonismo da mulher em defesa de suas demandas na cidade.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento que precisa ser revisto, considerando os dados levantados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) onde este aponta que a população brasileira se constitui em sua maioria de mulheres. Outro dado importante é o aumento de 38,6% de famílias que possuem a mulher como responsável pelo seu provento. Esse número se altera para 39,3% quando as famílias vivem em área urbana e diminui para 24,8% para famílias que vivem em área rural. Diante desses fatos, percebe-se como o papel da mulher se altera diante das mudanças de representatividade social e influência econômica.

Se, ao identificar que, historicamente, os espaços construídos não contemplam as necessidades das mulheres como sujeito de seus destinos, ele deve ser revisto. E para que essa

revisão possa acontecer, o Estado democrático e de conteúdo social é a principal instância a que a sociedade e suas organizações devem se dirigir, a fim de que a população feminina, que corresponde a mais de 50% da população nacional, seja ouvida e participe.

Compreender o papel do Estado democrático como referência principal para atender as demandas sociais, traz um alerta sobre a nova ordem econômica mundial pela invasão do pensamento neoliberal e pela redução do Estado. Dessa forma, a tensão aumenta e piora a condição da mulher, uma vez que as mulheres acumulam a segregação de classe social e a segregação por sexo. Diante deste fato, reforça-se a necessidade de tomada de consciência desta vulnerabilidade e a importância de se organizar, enquanto força política, para ter condições de ocupar espaços políticos e participar da gestão das cidades, pois trata-se de direito garantido pelo Estatuto da Cidade assim como pelos organismos de políticas públicas para as mulheres.

A busca por alternativas para o desenvolvimento urbano e novos modos de usar e participar da cidade é o desafio que se coloca, pois mesmo com o Estatuto da Cidade¹ são poucos os municípios que conseguiram incluir de forma estratégica a questão de gênero em suas políticas urbanas, já que a maioria dos municípios brasileiros ainda tem suas políticas urbanas como uma representação ideológica que não reflete a demanda da cidade real, sua diversidade de classes sociais, gênero, cores, faixas etárias, orientação sexual e deficiência física. Um exemplo são os planos diretores, em que a maioria se atém às dimensões estruturais, deixando de apontar propostas de ação, políticas setoriais e transversais que venham melhorar o habitat, assim como o desenvolvimento social e econômico (GONZAGA, 2004).

Diante desta realidade, o trabalho traz como tema o desenvolvimento urbano pautado na experiência, percepção e demandas das mulheres na cidade de Blumenau, para compreender a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento urbano inclusivo e para todos. Para a realização desta pesquisa, as seguintes perguntas nortearam o trabalho: Como ocorreu a participação da mulher no processo de urbanização de Blumenau? Atualmente, quais são as demandas e percepções acerca da cidade de Blumenau pela ótica da mulher?

Como objetivo, buscou-se identificar e promover uma reflexão sobre a inclusão das necessidades das mulheres na pauta de discussão sobre o desenvolvimento urbano de Blumenau, além de debater as possibilidades de construção de uma nova cultura para o habitar na cidade contemporânea.

¹ Texto completo com as diretrizes urbanas prevista na Lei do Estatuto da Cidade encontra-se disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 24 out. 2015.

No desenvolvimento desta pesquisa foram articulados conhecimentos multidisciplinares, com ênfase nas áreas de desenvolvimento regional, antropologia urbana, arquitetura e urbanismo, história, ecologia e sociologia, tendo como enfoque a participação e interação das mulheres com suas experiências no cotidiano da cidade, considerando a vida doméstica, trabalho, lazer, relações públicas e privadas, para promover uma análise da dimensão humana no território.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa feita com o intuito de conhecer o funcionamento dos lugares da cidade que trazem uma compreensão do espaço urbano através da perspectiva das mulheres. Marta Román afirma que a participação cidadã pode ser incorporada como ferramenta no processo de planejamento urbano e cita como referência os Ateliês do Futuro, EASW (*European Awareness Scenario Workshop*), mesas de planos, dentre outras metodologias. Para o sucesso dessas metodologias, a autora sugere o envolvimento de uma ampla diversidade cultural dos participantes, para se obter informações que possam demonstrar as diversas percepções do modo de viver, aprender, construir e interagir nos espaços da cidade (ROMÁN; VELÁZQUEZ, 2008).

A opção pela pesquisa qualitativa se dá porque ela permite incorporar os significados e intencionalidades do sujeito relacionado a seus atos, às suas relações e às estruturas sociais que são adotadas tanto no seu universo particular quanto na sua capacidade de transformação como construções humanas (MINAYO, 2007). Significa optar por interpretar e traduzir, de forma cuidadosa, o resultado produzido a partir da partilha entre as pessoas, como defende Chizzotti ao definir o termo qualitativo “[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.” (CHIZZOTTI, 2000, p. 28).

Para compreender a abrangência da pesquisa qualitativa, Godoy (1995, p. 62) ressalta a diversidade de possibilidades metodológicas que podem ser utilizadas para aplicação desse tipo de pesquisa, e classifica como principais características os seguintes critérios:

- a) Ambiente natural como fonte direta dos dados pesquisados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- b) O caráter descritivo;
- c) O significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação do investigado;
- d) Enfoque indutivo.

Assim, os procedimentos metodológicos foram estruturados com base na pesquisa qualitativa, por proporcionar uma partilha densa com as pessoas, fatos e locais que constituem o objeto de pesquisa. Dessa forma, a pesquisa qualitativa permite extrair desse convívio os significados latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2010). Nessa perspectiva, a pesquisa aplicada esteve pautada na subjetividade, na experiência, no afeto e nas relações cotidianas dessas mulheres com Blumenau. As etapas da pesquisa foram divididas em três exercícios, a saber: bibliográfico, documental e diagnóstico participativo.

Quanto à realização da pesquisa documental proposta, esse se deu no âmbito analítico/bibliográfico e empírico/analítico. O estudo documental e bibliográfico teve a intenção de identificar a existência de políticas urbanas pautadas em questões que sejam relevantes para inclusão das mulheres no cotidiano do uso da cidade com igualdade de acesso e cidadania. Esse exercício foi realizado através do estudo de documentos criados por instituições que trazem recomendações para nortear políticas urbanas que consideram a questão de gênero com ênfase na demanda das mulheres. Foi considerada para essa fase, a análise do processo participativo com enfoque no urbanismo de gênero realizado na cidade de Santo André, no estado de São Paulo.

A fase para promover o diagnóstico participativo através de diálogos e interação entre as mulheres que participaram da pesquisa teve como suporte teórico o método desenvolvido pelo grupo *Colletiu Punt 6*, coordenado pela Arquiteta e Urbanista feminista Zaida Muxi, professora da Universidade de Barcelona, utilizando como base o livro “Espacios para la vida cotidiana: auditoria de calidad urbana com perspectiva de gênero”² da autora feminista Adriana Ciacoletto, também integrante do coletivo *Colletiu Punt 6*. Essa metodologia se posiciona com base no pensamento feminista, o que permitiu perceber a aplicação transversal da perspectiva de gênero nas análises urbanas, tanto para detectar o funcionamento e eficiência do espaço como para sua aplicação como estratégia de gestão urbana e definição de políticas públicas. A partir das análises que integram os aspectos sociais, físicos e funcionais foi possível identificar as principais demandas e expectativas pautadas na experiência coletiva entre diversas mulheres que participaram da pesquisa. As ferramentas metodológicas utilizadas serão detalhadas na introdução do conteúdo do Capítulo II desta dissertação.

² Disponível em: <http://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>. Acesso em 02 fev. 2016.

A pesquisa foi estruturada a partir da participação de dois grupos de mulheres, com realidades socioeconômicas e vivências espaciais distintas. Desta forma, foram realizados encontros com moradoras de bairros periféricos da cidade de Blumenau, incluindo os condomínios residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, e participantes de movimentos e coletivos de mulheres de Blumenau. Para promover o diálogo e a interação entre as participantes foram utilizadas diversas técnicas sugeridas pela metodologia de Ciacoletto (2014). A escolha desses diferentes perfis de mulheres trouxe diversidade de realidades, experiências e vivências com a cidade de Blumenau, possibilitando identificar as percepções, opiniões, necessidades e sentimentos sobre a sua participação e inclusão no processo de construção dessa cidade.

No que tange a organização dos capítulos, esta dissertação se estrutura da seguinte forma: no primeiro capítulo, discute-se a relação da mulher e o desenvolvimento regional na perspectiva das transformações ocorridas em relação ao espaço e ao tempo, através de um olhar histórico sobre a trajetória de emancipação das mulheres e sua relação com o espaço da cidade. A partir desse enfoque é realizado um estudo sobre a mulher e seu direito à cidade e a cidadania, trazendo uma abordagem sobre o espaço da mulher na cidade e sua relação com os espaços públicos e privados. Com isso, busca-se também entender como se dá a influência da perspectiva da mulher no desenvolvimento urbano. O capítulo se encerra com um breve resgate histórico sobre a participação das mulheres no desenvolvimento da cidade de Blumenau, para contextualizar os estudos propostos para o segundo capítulo.

O segundo capítulo tem como objetivo relatar o resultado dos diálogos promovidos durante os encontros com as mulheres que participaram da pesquisa - Lugares das Mulheres - a fim de identificar suas percepções, demandas e reflexões sobre a cidade.

No terceiro capítulo foram realizados dois estudos documentais sobre a questão da participação das mulheres: o primeiro para averiguar como se dá a participação e a representatividade das mulheres nos Conselhos Municipais deliberativos da cidade Blumenau (visando compreender quais são os temas e arenas de decisões em que as mulheres participam, e, com isso, identificar os papéis estabelecidos para as mulheres no desenvolvimento da cidade). Já o segundo estudo traz algumas referências de cidades brasileiras que conseguiram implementar políticas urbanas com foco na perspectiva das mulheres (com o objetivo de identificar e compreender um exemplo aplicado sobre o tema discutido nesta dissertação). Encerra-se com os desdobramentos desencadeados a partir dos encontros com as mulheres que dela participaram, dos registros dos conteúdos discutidos e

como o mesmo contribuiu para essas mulheres darem alguns passos em direção à conquista de seu direito à cidade.

Sobre a relevância teórica deste trabalho, cabe justificar a importância de estudos como este no sentido de aventar possibilidades de novas configurações de cidades como decorrentes da participação da mulher e suas demandas, aprofundando também o conhecimento sobre as situações vividas pelas mulheres na cidade nos últimos anos. Além disso, no que se refere à Santa Catarina, não foram localizadas obras de referência sobre a questão da mulher no planejamento das cidades. Esse fato fortalece a necessidade de iniciar o debate.

O tema possui relevância prática por inserir o debate sobre o papel da mulher na construção da cidade de Blumenau na pauta do movimento de mulheres, através da discussão sobre a realidade vivida por elas em seu cotidiano com a cidade. Quanto ao debate sobre políticas urbanas, o exercício de pesquisar referências sobre a inclusão das demandas de gênero no planejamento urbano, permitiu ter um parâmetro para a construção de soluções locais de políticas afirmativas mais amplas. Lembrando que esta pesquisa não teve a intenção de ser conclusiva, por considerar o limite de sua amostragem, porém sua justificativa se dá por possibilitar identificar alguns sinais que sirvam de referência para subsidiar a discussão para a construção de novos modelos de desenvolvimento, pautados pela demanda das mulheres na cidade.

Por fim, ao historicizar o lugar das mulheres na cidade, cria-se a base para discussão e visibilidade sobre seu papel e participação no cotidiano da urbe, trazendo à luz suas angústias, demandas e contribuições.

[...] o olhar da experiência da mulher sobre a cidade construída tende a uma adequação do entorno construído a fim de melhorar a igualdade de oportunidades no uso e no aproveitamento. [...] isso implica tornar visível as necessidades de todos aqueles que não são levados em consideração pelo pensamento dominante (MONTANER; MUXI, 2014, p. 207).

Essa afirmação de Montaner aponta a necessidade de se pensar a cidade sob a ótica da mulher como sendo uma alternativa de incluir a todos. Com isso, tem-se uma ideia de desenvolvimento regional na perspectiva da inclusão dos sujeitos no processo de construção das cidades através de um urbanismo que seja capaz de trazer luz à diversidade e valorizar a participação social. Nessa perspectiva, a chave para a transformação do espaço deve estar aberta às demandas sociais e ter como objetivo os valores da igualdade e da diversidade.

1 MULHER E DESENVOLVIMENTO

Para compreender a relação entre mulheres-cidade-desenvolvimento, faz-se necessário aprofundar o olhar na história das mulheres, na história das cidades e na história da cidadania, além de compreender como se deu a construção dessas relações e para onde se caminha atualmente. Assim, busca-se compreender o Desenvolvimento Regional na perspectiva da mudança, onde o tempo reflete a trajetória das mulheres e sua relação com as transformações no espaço da cidade. Uma vez que essa mudança é impulsionada por atores que influenciam no espaço, entende-se que Desenvolvimento Regional se estrutura a partir de duas variáveis: o tempo e o espaço. A interação entre as duas estabelece, portanto, mudanças no território.

O Desenvolvimento Regional trata do cruzamento entre as disciplinas da geografia, sociologia, ciência política, antropologia, urbanismo etc., com enfoque na interferência do homem no território (BENKO, 1999). Essa possibilidade interdisciplinar permite uma exploração mais articulada com as questões econômicas, políticas, ambientais, sociais e espaciais. E, com isso, existe a necessidade de relacionar e articular as informações, a fim de se evitar o seu retalhamento disciplinar. Assim, o desafio que se coloca é produzir o conhecimento a partir do Desenvolvimento Regional (MATTEI, 2014).

Cabe então compreender o significado do espaço. O professor Milton Santos considera o espaço como uma categoria, como sendo um fator de evolução social. Para o autor, o espaço passa a ser conteúdo e forma, contém e é contido pelas demais categorias, funcionando como um mosaico de elementos de diferentes eras, que sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro, situações que se apresentam na atualidade (SANTOS, 2012).

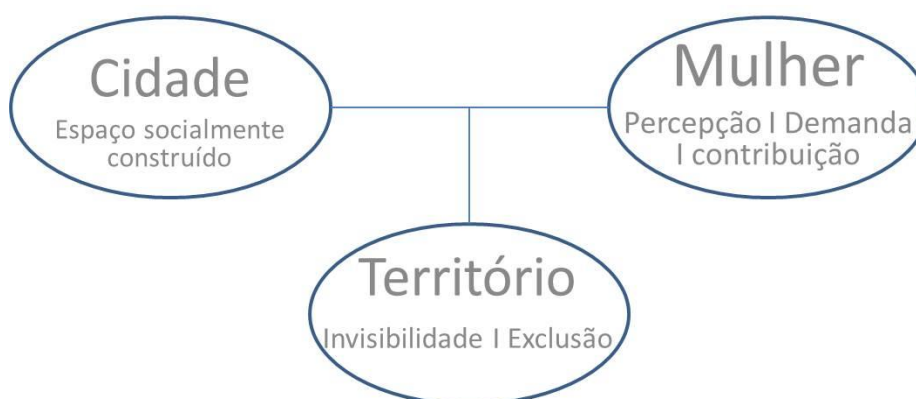
Assim, podemos compreender a relação cognitiva inserida no Desenvolvimento Regional e a necessidade de se estabelecer um modelo relacional.

O modelo relacional se propõe a apreender a realidade por meio de intersecções de fenômenos diferentes. Quando pensamos algo de forma relacional, estabelecemos uma analogia de semelhanças e diferenças. Trata-se, portanto, de uma dialógica na qual o desenvolvimento regional não é o ponto de chegada, mas o de partida (MATTEI, 2014, p. 4).

Pode-se considerar a cidade como espaço relacional, onde acontece o encontro e a reunião de todos os elementos da vida social, cultural e econômica e o território como sendo o espaço onde todos se percebem (CARLOS, 2004). Somando com o pensamento de Bruno Jean, o “território não se define por sua escala, e sim pelo seu modo de organização e pela

maneira segundo a qual os atores constitutivos dos territórios conseguem coordenar suas ações.” (JEAN, 2010, p. 52). É possível concluir que uma alternativa para compreender o conceito de território está em buscar equilibrar as tensões que demandam na distribuição do poder, como está representado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma sobre a problemática conceitual da pesquisa.



Fonte: Autora.

Assim, cabe trazer o universo da mulher, a partir da abordagem de gênero na história, para compreender as transformações ocorridas por um conjunto de fatores que tem dado visibilidade à mulher, como a ampliação de acesso ao mercado de trabalho, acesso às universidades, lutas pelos direitos, liberdade e conquista pelo espaço público.

Sobre a abordagem histórica, Matos ressalta que, ao incorporar a perspectiva de gênero na segmentação da história, permitiu-se uma variação de contextos e percepções que fogem do padrão linear hegemônico, possibilitando interpretar os processos de mudança a partir de uma perspectiva dialética, trazendo assim um panorama capaz de integrar a experiência social das mulheres na história. Porém, a questão que se coloca não é a falta de documentação sobre as mulheres, e sim a falta de interesse, o que gerou a “invisibilidade das mulheres nos relatos do passado [...]” uma vez que a trama que tece a história da mulher se dá basicamente a partir do cotidiano e não a partir de pressupostos rígidos e de grandes marcos (MATOS, 2000).

A geógrafa Sônia Alves Calió complementa o pensamento de Matos dizendo que a sociedade precisa aprender a se conjugar também ao feminino, e diz:

Durante muito tempo, a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres não foi percebida como uma questão importante.

Importavam, sobretudo, as divisões espaciais provocadas por questões demográficas, econômicas, culturais e políticas. Aos poucos essa situação vem se modificando. A introdução da variável "sexo" vem permitindo que se analise o lugar de homens e mulheres no urbano, mostrando como e porque cada um vive o cotidiano da cidade com diferentes lógicas temporais e espaciais de organização (CALIÓ, 1991, p. 2).

A variedade de novas abordagens permite a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo o campo para a análise de expressões culturais, valores de vida e relações pessoais, possibilitando novo conhecimento sobre as condições da mulher.

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento construtivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. [...] Desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional. Nesse sentido, a reconstrução das categorias público e privado, na perspectiva feminina, pode ajudar a classificar a questão. Os limites entre o público e o privado foram mais explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos. A representação do lar, da família, em termos naturais e da esfera pública, ao contrário como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas (MATOS, 2000, p. 16-17; 20).

Complementando o entendimento sobre gênero, cabe trazer a definição construída por Scott, que procura compreender como se dá as relações entre os sexos ao longo da história, dividindo em duas partes, considerando, de um lado, o gênero como um elemento construído a partir das relações sociais e baseando-se nas diferenças percebidas pelo sexo; e, de outro lado, a relação direta com a relação de poder, afirmando que todas as mudanças possíveis no campo social correspondem sempre à mudança na representação de poder (SCOTT, 1990).

Assim, ao estudar o universo das mulheres relacionando sua condição com espaço e tempo, ampliam-se as possibilidades de investigação e renovam-se metodologias a partir de marcos conceituais tradicionais, buscando relacionar, a partir do âmbito cotidiano e não apenas na esfera política, as transformações da sociedade, olhando a partir da influência da mulher no ambiente privado, como funcionamento da família, a luta pela emancipação e gestos cotidianos. Desta forma, ao relacionar o Desenvolvimento Regional à luz do universo da mulher, deslocamos o enfoque das transformações que ocorrem no território, pautadas pelo

campo de poder das Instituições e do Estado, e passamos a observar as transformações que ocorrem a partir da esfera do privado e do cotidiano, buscando compreender as contribuições do universo da mulher ao Desenvolvimento Regional.

[...] incorpora a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo o campo para análise de expressões culturais, modos de vida, relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizade entre mulheres, mulheres e homens, seus vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e luta até então marginalizadas nos estudos históricos, propiciando um maior conhecimento sobre a condição social da mulher (MATOS, 2000, p. 23).

Cabe ressaltar, ainda, que, ao relacionar a mulher, cidade e desenvolvimento, não significa forçar uma narrativa de vitimização da mulher e nem tão pouco construir uma cultura feminina perdendo-se em uma mera perspectiva essencialista. Ao tornar visível a condição e a contribuição da mulher para o desenvolvimento, abre-se a possibilidade de revisitar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado, bem como buscar metodologias que permitam um aprimoramento das relações sociais entre os sexos e, assim, valorizar e integrar suas contribuições, cada qual com seu processo histórico e de identidade. Cabe ressaltar que “A discussão dos paradigmas da história levou, entre outros aspectos, aos questionamentos das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história, entre eles, as mulheres” (MATOS, 2000, p. 9).

A geógrafa Sônia Alves Calió, destaca ainda que:

[...] sociedade deve estar preocupada não só com as desigualdades sócioespaciais fruto das diferenças sociais, mas também com as relações de poder entre os gêneros, ou seja, as relações sociais entre os sexos em relação à evolução do espaço rural e urbano. A sociedade deve se preocupar em incorporar perspectivas não sexistas e não patriarcais, estimulando a igualdade e a diversidade, tanto para o homem como para a mulher, e que procure integrar campos de conhecimento que no dia-a-dia da vida não se separam, contribuindo para a construção de uma visão mais abrangente de mundo (CALIÓ, 1991, p.1).

Neste sentido, é preciso compreender o papel da mulher como agente de mudança e como se deu a sua inserção no espaço da cidade. Necessário, então, contextualizar que esse processo inicia-se de forma desigual em relação ao homem, uma vez que no processo de construção das classes sociais e das relações de gênero, no caso da mulher, a primeira

opressão se deu pelo homem, que, para garantir sua propriedade, colocou a mulher e seus filhos em condição de subserviência, restringindo a mulher ao espaço privado.

Calió chama a atenção para a questão da invisibilidade das mulheres no contexto urbano.

A distinção das esferas públicas e privadas, alterando relações sociais entre homens e mulheres, priorizando o mundo público - político e econômico - aos homens e o mundo privado - doméstico e íntimo - às mulheres, sexou a cidade. E os estudiosos urbanos tiveram dificuldade em fazer essa nova leitura. Isso implicou na negação da esfera do privado, das atividades domésticas, e mesmo das atividades das mulheres. É o que chamamos de "invisibilização" das mulheres na multidão urbana. Elas estão lá, importantes para o cenário, mas insignificantes para a cena. Assim, a cidade passa a ser tratada como um amontoado de indivíduos assexuados, submetidos a um ponto de vista global - leia-se masculino - que não vivem outras relações sociais entre si que não sejam as de classe (CALIÓ, 1991, p. 4).

Historicamente, essa condição de desigualdade de direito e acesso à cidadania marcou a luta pela emancipação das mulheres. No caso da relação das mulheres com a cidade, não há como compreender sem considerar a relação de classe e de propriedade, como defende o filósofo Henri Lefévre (1969). Desta forma, Gonzaga conclui que o direito a cidade foi negado à mulher diante da condição de ser historicamente pertencente a classes inferiores e sem posses.

Essa relação se deu além das regras impostas pelas instituições, e foi uma questão cultural que sustentou uma ideologia dominante patriarcal, onde se desenvolveu um arcabouço de justificativas para embasar o caráter inferior da mulher e posicioná-la na condição de procriadora. Essa condição limitou a emancipação da mulher, restringindo seu papel às questões domésticas, familiares e de forma subalterna, sem direito à propriedade, sem direito a defender seu próprio corpo e sem acesso à cidadania.

Essas transformações contribuíram para o surgimento dos conflitos espaciais, na forma de usar a cidade, na decisão de divisão de tempo entre homens e mulheres em sua relação trabalho e família, acesso à mobilidade, segurança, infraestrutura de apoio aos filhos, saúde e lazer. Assim, a cidade passou a ser reivindicada para atender uma nova dinâmica de funcionamento e de prioridades. Essa é uma questão chave dessa reflexão, quando a mulher acessa o mercado de trabalho e a cidade transforma-se em suporte para tarefas do cotidiano da família, como trabalhar, morar, circular, estudar e se divertir. Diante deste contexto, Montaner traz as seguintes questões: qual é a prioridade que se dá para atender a demanda da mulher? Para quem a cidade é pensada?

1.1 A história da mulher e as transformações no espaço da cidade

Para realizar o estudo sobre a história da mulher, será considerado o recorte a partir do surgimento das primeiras civilizações constituídas a partir do surgimento das cidades, e com isso, busca-se entender como se deu a condição da mulher em sua vida pública e privada, bem como as transformações que ocorreram no espaço e nos costumes de cada época. A introdução deste estudo estará ancorada na obra do filósofo Gilles Lipovetsky, em seu livro *A terceira mulher*, por trazer um estudo que contextualiza a trajetória das mulheres ao longo do tempo, definindo, didaticamente, três fases para a história das mulheres. A partir dessa definição, o texto será complementado com abordagens e informações trazidas por outros autores, como Perrot, Pinsky, Alambert entre outros.

Assim, a primeira mulher, para Lipovetsky, é, historicamente, a mulher que viveu na antiguidade, a partir das civilizações grega e romana. Nessa fase, na maioria das civilizações, as mulheres eram consideradas desprezadas ou depreciadas, afastadas das funções nobres, e têm, simbolicamente, sua potência relacionada com algo maléfico, diabólico e causador do caos. Em certas sociedades primitivas, as mulheres camponesas conseguem administrar com certa propriedade a organização econômica da família, mas não exercem ou assumem cargos reais elevados na função política, militar e secundárias.

Segundo Alambert, alguns casos específicos trazem uma realidade diferente para as mulheres, por exemplo, na sociedade Homérica, as mulheres vivem com maior dignidade, as mulheres nobres tinham uma natureza quase sobre-humana, o que influenciava as mulheres das classes médias. Em Esparta, as mulheres se igualavam aos homens, tinham liberdade e eram respeitadas (ALAMBERT apud GONZAGA, 2004).

Quando a cultura grega alcançou seu esplendor, as coisas começaram a mudar. As mulheres, pouco a pouco, foram perdendo suas antigas prerrogativas em meio a lutas sangrentas e crimes espantosos [...]. Quanto à herança, até então transmitida de mãe para filho começa a sê-lo pelo pai. As coisas aconteceram desse modo porque as mulheres gregas foram afastadas do trabalho produtivo, passando a viver apenas para o lar e tornando-se meros instrumentos de procriação (ALAMBERT apud GONZAGA, 2004, p. 97).

Já em Roma, por ser um poderoso estado escravagista, acentuava a relação patriarcal, assim, o pai era considerado pai, pontífice e juiz, tendo o poder absoluto sobre a vida de todos que viviam sob a sua autoridade. Porém, Alambert ressalta que há vestígios de que a família romana teve sua origem a partir de clãs maternos. A vida cotidiana das mulheres romanas era

diferente das gregas, apesar da austeridade do papel do homem. As mulheres romanas podiam andar livremente pelas ruas, ir ao teatro, frequentar o fórum, receber suas visitas nos átrios de suas casas, eram amigas dos amigos dos maridos, nos banquetes, sentavam-se em lugar de honra e cuidavam da educação de seus filhos, apreciavam a arte e ajudavam os maridos a gerenciar seus bens. Eram companheiras dos maridos, obedeciam às suas ordens e aprendiam a se respeitar mutuamente.

Porém, na fase final do império romano toda essa lógica se inverte e a sociedade se modifica vivendo longos períodos de devassidão, promiscuidade e corrupção, e todos estavam dados a sua própria sorte com a dissolução dos costumes, atingindo seu ponto máximo com a queda do Império Romano. Nesse momento, surge uma nova ordem de organização social pautado pela influência do cristianismo, que há muitos séculos já vinha minando as bases da civilização romana, e, assim, surge como uma força redentora capaz de alterar a vida de todos e, em especial, das mulheres, sofrendo o domínio agora do poder patriarcal religioso, que se inicia a partir do século V e vai até as revoluções burguesas ocidentais, compreendendo a história da Europa Ocidental, Europa Central e de Bizâncio, até o século XII.

Neste período, poucas mulheres conseguiram se destacar. Eram propriedade dos homens, cuidavam da agricultura e não tinham direito à propriedade. Foi um tempo protagonizado por cavaleiros, monges e reis, podendo ser considerada uma época acentuadamente masculina. George Dubys ressalta a questão do antifeminismo e da misoginia medieval, emoldurados nessa cultura que não compreendia as mulheres e, por isso, as rejeitavam e desprezavam.

No século XII, apareceu outro modelo de mulher, que Lipovetsky chama de “segunda mulher”, onde a mesma tem seu papel invertido. As mulheres, então, são colocadas nas nuvens em seu papel de poder, o culto da Dama amada e sua perfeição, e assim se desenvolve ao longo do século XV e XVI, aumentando a admiração pelas prioridades da mulher. Os homens passam a admirar sua beleza, virtudes e efeitos benéficos sobre os costumes, polídez, arte de viver. Assim, no século XVIII e, sobretudo, no século XIX sacraliza-se a esposa-mãe-educadora.

O belo sexo é proclamado mais próximo da divindade do que o homem; [...] criatura celeste divina, “objetivo do homem” (NOVALIS), mãe sublime, “futuro do homem” (ARAGON), musa inspiradora, “mais alta possibilidade do homem” (BRETON). [...] a sacralização do feminino (LIPOVETSKY, 2000, p. 235).

Porém, essa condição não afere à mulher o acesso aos assuntos dos homens, que continuaram a desempenhar seu papel político, negando a ela a independência intelectual e econômica. Difunde-se ao longo do século XVIII o poder feminino de ser a força civilizadora dos costumes, o belo sexo, a figura de educadora dos filhos, fada do lar. Essa é a abrangência da segunda mulher, enaltecida e idolatrada.

Para complementar o entendimento sobre esse novo momento da história da mulher como gestora da educação, responsável pelos costumes e dona de toda beleza, Pinsky (2012), destaca a influência de duas revoluções que marcaram fortemente a história da cidadania das mulheres: a revolução Francesa e Americana.

As mulheres americanas colaboraram mantendo sozinhas a família e a propriedade. O modelo republicano emerge junto com uma nova nação, e as mulheres continuam com seus direitos civis excluídos e são chamadas a dedicarem-se de corpo e alma à família e a responsabilidade de formar os novos cidadãos americanos que deveriam ser formados pelo sentimento da liberdade. Assim, suas atividades domésticas passam a ter um caráter cívico e seu papel social uma nova dimensão, o de zelar pela construção do país em termos de virtude e moral. Após a independência, as mulheres se organizam em associações muitas vezes ligadas a igreja com objetivo de amparo. Essa prática inspira a participação das mulheres americanas nos movimentos abolicionistas e feministas do século XIX. Essas intenções produziram uma influência direta na vida pública e motivou a ampliação e emancipação feminina.

Na revolução francesa, as mulheres participavam ativamente dos confrontos e reivindicavam do Estado soluções para questões econômicas, exigiam direitos e se organizavam para exigir seus interesses, como ter acesso a educação, trabalhar, possuir armas. Durante a Revolução, alguns avanços foram conquistados, entretanto, na fase final do período revolucionário, veio o desapontamento: depois de todo o engajamento pela luta de direitos e igualdade, foram tolhidos seus direitos políticos em 1793, pois a maioria dos homens que apoiava a Revolução Francesa não concordava que a liberdade, igualdade e fraternidade poderiam ser estendidas às mulheres. Sendo todos favoráveis à sua volta as questões domésticas, voltam a reforçar o ideal da natureza feminina como não sendo mais benéfico à sociedade.

Mesmo atuando como donas de casas, as mulheres se organizavam para defender seus interesses, reivindicando controle de preços, buscando uma alternativa à economia capitalista e exigindo que o Estado desempenhasse um papel protetor dos menos favorecidos ao regular a economia.

Pode-se dizer com isso, que mesmo com essa restrição de espaço, o resultado vivido pela influência da Revolução Francesa é um marco para o avanço da cidadania feminina e na discussão dos direitos humanos.

Assim, a história da luta pelas mulheres foi marcada no final do século XVIII pelas teorias do Iluminismo para reivindicar seus direitos e a própria emancipação feminina. O Iluminismo traz uma nova abordagem a respeito da questão da cidadania, ao afirmar que cada indivíduo é possuidor de um direito, contrapondo as teorias mais antigas que legitimavam as questões da hierarquia e desigualdade. Este período de revisão e de reformas aperfeiçoou a sociedade sob a luz dos princípios marcados pela razão. Mesmo assim, alguns teóricos que defendiam as ideias iluministas dando autenticidade à questão da igualdade, não defendiam para as mulheres, por considerarem-nas seres de natureza distinta e inferiores aos homens e, nessa condição, deveriam estar subordinadas a eles, pois eram movidas pela paixão e não seriam capazes de raciocinar do mesmo modo que os homens, e que esse comportamento poderia colocar em risco a sociedade. “A maior parte dos homens das luzes ressaltou o ideal tradicional da mulher silenciosa, modesta, casta, subserviente e condenou as mulheres independentes e poderosas” (PINSKY, 2014, p. 267).

Com o crescimento da influência das mulheres à luz desse pensamento, desencadeia-se um movimento de ataque às mulheres que viviam a cena pública. Sua influência era vista como “não natural” na sociedade. As mulheres que atuavam em territórios masculinos eram repreendidas em favor da mulher doméstica, influenciando o pensamento durante a revolução francesa e napoleônica (1789 – 1815), consolidando-se na imprensa e na opinião pública e no Estado a distinção entre “mulher respeitável” e “não respeitável” e inspirando as opiniões do início do século XIX. Com a mesma ideia “[...] de que a atuação das mulheres em arenas tradicionalmente masculinas era sinal de corrupção e desordem, alimentava-se o pensamento de que a ação das mulheres no lar teria um efeito positivo na sociedade” (PINSKY, 2014, p. 267).

O século XIX pode ser reconhecido pelo ideal de modernidade, e também por redesenhar as experiências femininas. Foi o século que popularizou o ideal da mulher restrita à esfera doméstica, potencializou a segregação sexual nos espaços públicos e privados, reforçou a condição de inferioridade feminina, negou autonomia e limitou direitos. “Por outro lado, ampliou possibilidades e, entre outras coisas, viu florescer o feminismo e a ação das mulheres em diversos movimentos sociais.” (PINSKY, 2014, p. 267). No século XIX, as mulheres se deslocam, migram, as cidades atraem homens e mulheres. Saem do campo para as cidades atraídas pelas várias oportunidades de emprego. Nesse movimento, os espaços são

distintos e expressam a segregação sexual do espaço público, lugares que excluem as mulheres e outros que são somente para as mulheres, como as casas de chá, grandes magazines de igrejas. “As mulheres de classe média mais populares circulavam mais livremente, encontravam-se na rua, nos mercados e nas lavanderias.” (PERROT; BRESCIANI, 1988, p. 38).

Em seu estudo sobre as mulheres burguesas do norte da França, no século XIX, Perrot ressalta a contradição da mulher dona de casa, insignificante, negligenciada, oprimida pela “mulher rebelde popular”, ativa, guardiã, administradora de família, vivendo no centro do espaço urbano. Nesse sentido, Perrot exclama: “As mulheres! Que potência!” e faz uma reflexão a partir do pensamento de Thérèse Moreau quando diz que a oposição entre homem/cultura e mulher/natureza domina a história das sociedades e comanda as pulsões dos acontecimentos (PERROT, 2014). Trata-se de um discurso naturalista, quando define duas espécies com qualidade e característica particulares, dando ao homem o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão e às mulheres o coração, a sensibilidade os sentimentos.

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, até em detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. Às mulheres, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867 (PERROT; BRESCIANI, 1988, p.178).

A partir dessa citação, fica claro que a economia política interfere na construção desses papéis, aos distinguir produção, reprodução e consumo. Perrot ressalta, com isso, o triplo movimento que se desenvolve ao longo do século XIX, em relação à retração do espaço da mulher a esfera pública e a constituição do espaço privado familiar como sendo predominante feminino. E levanta uma questão interessante ao dizer que:

Primeiramente, nem todo o público é o político, nem todo público é masculino, a presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado nem todo o privado é feminino. Na família o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato (PERROT; BRESCIANI, 1988, p.180).

Nesse contexto, Perrot aborda com detalhe o fenômeno que foram os grandes *magazines*, local de grande *frenesi* de consumo frequentado pelas mulheres, ávidas por

novidades, que reunia costureiras, operárias e mulheres da sociedade. O grande *magazine* alimenta o imaginário da cidade sexualizada.

As casas de chás eram locais frequentados prioritariamente por mulheres. Os homens as acompanhavam, mas não apreciavam, preferiam comer carne e vinho a doces açucarados. O hábito alimentar define os espaços. Os homens se sociabilizavam em espaços para esporte, política e jogo, locais de homem e de prática política. As mulheres não eram bem vistas nesses locais.

Alguns códigos de urbanidade ditavam a conduta das mulheres “decentes” que permitiam circular e frequentar locais apropriados, usavam vestidos e não podiam sair em público sem usar chapéu. As mais populares circulavam com maior liberdade, sendo que havia uma maneira para circular pelas ruas. As moças abastadas só podiam sair à rua usando capuz, andar devagar e sem cruzar os olhos, a mulher casada e idosa tinha um pouco mais de liberdade que as mulheres do povo.

Considerando a péssima qualidade das casas populares, era natural que as mulheres mais populares ficassem mais tempo fora de casa, empenhadas em exercer seu trabalho, envolvidas nas compras, nos mercados, lavanderias, buscando água na fonte. Essa engenhosidade cotidiana possibilitava maior liberdade. O hábito de ficar fora de casa, no degrau da porta ou próximo aos vizinhos era característico das mulheres rurais populares. Para as mulheres abastadas, o limite era ver a cidade do interior de suas janelas, assim como as cortinas serviram para preservar a intimidade e possibilitaram o contato visual discreto entre o espaço público e o privado.

Havia na cidade lugares específicos para as mulheres, como é caso das lavanderias públicas, que desapareceram da cena das cidades em meados do século XX com a chegada das máquinas de lavar e a lavanderia passou para o interior das casas, quando do advento da distribuição da água particular. Em Londres e Paris, as lavadeiras implantaram o controle das epidemias. Esses espaços eram reivindicados pelas mulheres populares, como alternativas de trabalho. O chefe da lavanderia era sempre um homem encarregado da ordem. Os espaços de socialização destinados às mulheres não tinham caráter político, discutia-se assuntos do cotidiano.

No período pré-industrial, com o desenvolvimento do capitalismo e com o crescimento econômico, o fomento à industrialização transformou a economia e o padrão de vida das populações a partir do século XVIII. A produção doméstica, envolvendo o trabalho de toda família no local da residência, marcou um período em que as mulheres dividiam as

responsabilidades produtivas e econômicas da família, dividindo o tempo entre o cuidado da família e o trabalho.

Com o aumento da urbanização e o crescimento da classe média, ocorreu uma melhoria na qualidade de vida, permitindo que algumas mulheres abandonassem o trabalho e contratassem empregadas, possibilitando mais tempo para poder se dedicar ao cuidado da casa e da família, se desligando dos negócios e preferindo o conforto, lazer e participar mais dos eventos sociais, sendo considerado esse o perfil de sucesso familiar.

O ideal tradicional das mulheres como seres domésticos, voltados prioritariamente à família, encontrou, no desenvolvimento econômico e urbano do século XIX, condições de se tornar real para um número cada vez maior de mulheres, o que, por sua vez, fez com que o próprio ideal fosse sustentado e reforçado (PINSKY, 2014, p. 271).

Ao mesmo tempo, essa fase é marcada por profundas mudanças de comportamento, pelos avanços democráticos e científicos. Novas oportunidades de trabalho surgiram e ampliaram-se, a visão tradicional dos papéis femininos e a oposição entre o feminino e masculino fortaleceram novos códigos e leis, pensamentos médicos, a filosofia, arte e os costumes. Fica claro em Pinsky que a emancipação feminina com o acesso ao posto de trabalho foi um fator relevante para as mudanças na forma como as mulheres passaram a utilizar os espaços públicos da cidade, saindo da ambiência doméstica e ocupando os espaços que anteriormente eram prioritariamente utilizados pelos homens.

Muitas mulheres seguiram com a escolha de serem mães responsáveis pela família e pela “formação dos homens”, que seriam responsáveis pelas mudanças e novas regras sociais. Outras buscavam caminhar ultrapassando as convenções, se dedicando a atuar no campo das artes, literatura e filantropia. Houve nesse período um alargamento dos espaços de atuação da mulher, atuando na esfera do cuidado com a sociedade. Muitas, ao se dedicaram à filantropia, em contato com a miséria se rebelaram diante das injustiças sociais. Essa dedicação deu à mulher uma competência no campo social, permitindo novos vãos e servindo de base para o início da consciência de gênero que acabou desembarcando no feminismo.

Para que pudessem cumprir mais adequadamente a “missão feminina” de melhorar a sociedade, muitas mulheres, especialmente na segunda metade do século XIX, passaram a exigir uma melhor educação para si mesmas e suas filhas. As mais radicais concluíram que deveriam ter acesso a profissões intelectuais e ao voto para influenciar a sociedade. Algumas delas passaram a defender o acesso à educação para todas as mulheres (como forma de permitir que as mais pobres ganhassem a vida fora da prostituição,

cuidassem melhor dos filhos e não fossem tão exploradas por companheiros e patrões) (PINSKY, 2014, p.274).

Porém, o papel de anjo do lar e intelectual, não cabia entre as mulheres do povo, em especial as camponesas e trabalhadoras. “As donas de casa das classes populares, quando não podiam se dedicar a um trabalho fixo, esforçavam-se para melhorar o orçamento doméstico, atuando em serviços eventuais que lhe rendiam alguns trocados” (PINSKY, 2014, p. 279), muitas vezes tendo que trabalhar por longas horas em condições precárias, razões que provocaram escândalos e protestos, forçando os governantes a controlar as horas de trabalho e proporcionar maior qualidade nos locais onde o mesmo era exercido. Porém, essas leis não atendiam as mulheres que trabalhavam em casa, que permaneciam expostas a exploração. Esse cenário foi marcante nas cidades no final do século XVIII e XIX, atraindo famílias vindas do meio rural em busca das oportunidades, desafios e perigos da cidade que se industrializava.

Assim, somaram-se à luta das mulheres outros canais de participação, sobretudo através dos movimentos de mulheres em busca de melhores condições de vida. Embora a idéia do feminismo esteja presente em vários períodos da história, com a luta das mulheres em defender seus direitos à educação e a influência política, pode-se dizer que é a partir do final do século XVIII que se tem a origem do movimento feminista, que, neste primeiro momento, não trazia ideias homogêneas. A primeira fase do feminismo traz as questões individuais e de educação. Passaram a lutar por direitos políticos e sociais, exigindo do Estado melhorias para a vida das mulheres, mudanças nas relações sociais e a ampliação da participação das mulheres na sociedade, questões econômicas e relações de trabalho. As feministas do século XIX construíram suas concepções teóricas

[...] em duas linhas distintas que norteavam seus passos, a igualitarista (Baseada no reconhecimento da igualdade entre os seres humanos, homens e mulheres) e a dualista (que ressaltava e valorizava a diferença e as contribuições culturais femininas). A constante frustração com seus aliados homens, em diversas revoluções, fez crescer a consciência do gênero (PINSKY, 2014, p. 286).

O movimento de mulheres teve que enfrentar muita hostilidade, e quase sempre era minoria. O fato de ter seguido “contra a corrente” fez de suas conquistas fatos relevantes. Com a persistência, a circulação das idéias feministas aumentou no final do século XIX e início do século XX, ampliando seu entendimento e atravessando fronteiras mais facilmente, através de publicações, revistas, documentos feministas, criações de associações, atuação em

sindicatos, encontros nacionais e internacionais e também com a maior circulação das mulheres pelo mundo, viajantes, imigrantes e exiladas políticas.

Em paralelo às conquistas das mulheres, que marcaram essa fase histórica da virada do século XIX para o século XX na Europa, avanços significativos ocorreram no ambiente urbano. Nos países desenvolvidos, era crescente o número de mulheres pobres que passaram a viver em habitações mais confortáveis e em cidades mais limpas com a melhora da infraestrutura. A condição de vida estava melhor, diminuiu a mortalidade infantil, o tamanho das famílias começou a decrescer, diminuiu o número de trabalho infantil. Além disso, muitos países começaram a regulamentar por lei que as crianças passassem pelo menos de oito a dez anos na escola. Houve mudanças significativas em curso: o desenvolvimento da indústria pesada priorizou o trabalho masculino, enquanto o incremento do setor terciário e tecnológico transformou o caráter do trabalho feminino, podendo ser chamado o século XX como o século das mulheres.

O século XX teve no movimento feminista muitas de suas reivindicações alcançadas, mas não podemos considerar que esse século tenha atendido e oferecido condições plenas de cidadania para todas as mulheres. A busca pela plena cidadania continuou em pauta, porém as conquistas se apresentavam em constante ameaça pela possível retomada de antigos estereótipos que se apresentam com roupagens novas, reduzindo o espaço da mulher à condição privada, oferecendo risco aos passos alcançados.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) pode ser considerada um divisor de águas na luta pelos direitos políticos das mulheres. Por um lado, interrompem as lutas das organizações feministas que se comprometeram com a participação pela mobilização para guerra e, por outro, o fato das mulheres terem sido convocadas para substituir a mão de obra masculina nas indústrias, principalmente de armamento. Neste momento caem por terra muitos argumentos centrados na natureza que definiria a domesticidade e maternidade como únicas virtudes das mulheres. Logo após a guerra, vários países concederam o direito ao voto às mulheres, o que significou a conquista de longos anos do movimento pelo sufrágio universal.

Na Segunda Guerra (1939-1945), novamente a força feminina é chamada a participar de inúmeras atividades produtivas. É a partir dessa fase de combate e de reconstrução que as mulheres passam a participar do universo das universidades, com prioridade para os cursos das áreas de Humanas e Literatura, com algumas raras mulheres participando dos cursos de medicina e engenharia. Com a crise de 1930, a prioridade passou a ser para o emprego dos homens, pois ainda cabia a idéia de que o emprego para o homem significava a sobrevivência

e para as mulheres uma espécie de complemento. Entretanto, podemos deduzir que o alcance da mulher a cidade se dá em paralelo ao seu alcance ao trabalho.

A ascensão das atividades profissionais das mulheres é um marco na democracia ocidental contemporânea. Com a entrada da mulher no mercado houve um aumento da sua jornada de trabalho, uma vez que ela sobrepõe as suas tarefas de ser responsável pela reprodução, acumulando assim dupla e tripla jornada. Pode-se considerar que, nos últimos trinta anos, iniciamos um novo ciclo histórico na emancipação da mulher que avançou no mercado de trabalho (LIPOVETSKY, 2000).

Esse avanço modificou não só a relação das mulheres com suas famílias, mas também sua relação com os estudos, com o seu próprio corpo e com o controle da fertilidade, fortalecendo sua nova identidade.

Isso não quer dizer que as mulheres não trabalhavam em outros períodos da história. A relação com o trabalho sempre existiu, tanto na cidade como no campo, o que mudou foi o acesso aos direitos e a cidadania, ao salário e a possibilidade de almejar maior independência. Em outros períodos históricos, a subordinação era instituída e acompanhada de certa rejeição social ao trabalho feminino, fortalecendo a ideia de que o homem era produtivo e a mulher reprodutora, que tem sua responsabilidade interna a casa, “em seu lar”. Esse modelo patriarcal traz uma tradição social e moral, que normatiza a situação da mulher do lar.

A moderna mulher do lar é definida por Lipovetsky seguindo a doutrina das “esferas separadas”: trabalho e família são ambientes antagônicos, onde o homem é destinado à esfera profissional e a mulher a “*home sweet home*”. Esse modelo, inicialmente, era uma condição ideal para famílias burguesas, influenciando outras camadas sociais, conforme se vê nas palavras do autor:

A ideologia da mulher no lar foi edificada na recusa de generalizar os princípios da sociedade individualista moderna. Identifica ao altruísmo e à comunidade familiar, a mulher não é do domínio da ordem contratualista da sociedade, mas da ordem natural da família. Por essa razão, a mulher será privada dos direitos políticos, assim como dos direitos à independência intelectual e econômica (LIPOVETSKY, 2000, p. 210).

Porém, essa condição foi a chave de muitos conflitos que ocorreram entre a Segunda Guerra e o início dos anos cinquenta, influenciado pelos conflitos ideológicos e sociais radicais, passando a trazer mudanças para o início de um novo ciclo e renovando os conceitos para a liberdade feminina. Nos Estados Unidos, iniciou-se a afirmação de costumes ainda mais tradicionais, trazendo para dentro do lar um conjunto de equipamentos para repaginar

essa nova mulher do lar moderno, equipada, e muito mais eficiente e devota ao modelo patriarcal. Além das novidades que traziam maior conforto, outro fenômeno avançou com a modernidade, foi o acesso a produtos de beleza que prometiam longevidade e beleza, trazendo várias obrigações à mulher do lar, de estar sempre impecavelmente linda e sorridente para afirmar os milagres do conforto de ser uma mera consumidora de produtos pensados para seu cotidiano. Essa condição confina, em pleno século XX, as mulheres de volta à esfera privada. Segundo Lipovetsky, “esse ideal da dona de casa contribuiu para confinar as mulheres no espaço fechado da família, para afastar as funções públicas” (LIPOVETSKY, 2000, p. 213). Recai sobre a mulher, além de todas as parafernálias de equipamentos e cosméticos, um novo padrão de organização e conduta com as coisas da vida, “havendo um condicionamento para seus princípios de higiene, eficiência da saúde dos filhos, economia do lar, limpeza do ‘ninho’ e todo bem estar da família, a educação e a moralidade dos futuros cidadãos” (LIPOVETSKY, 2000 p. 216). Esse era o papel desenhado para as mulheres até a metade do século XX.

A partir dos anos sessenta inaugura um novo ciclo, denominado pós-moderno, que revela a pós-mulher do lar. O ideal da fada do lar não tem mais a unanimidade; ampliam-se as publicações a respeito do descontentamento, frustrações e a meritocracia da vida e, em paralelo a esses sentimentos, aumenta a pressão sobre seu comportamento. Entre as correntes feministas, o questionamento é generalizado, aumenta a pressão e a condição da mulher destinada à esfera doméstica é alterada pela opinião pública e o reconhecimento social se modifica.

A nova cultura de trabalho fez com que a mulher abrangesse uma identidade profissional plena, que a levou a uma concorrência direta pelo espaço antes masculino. Esse é um marco importante para a pós-mulher do lar, pois reflete transformações nas formas de trabalho e adaptações (sem, porém, evoluir na questão da diferença salarial), passando de uma cultura hostil a uma cultura favorável. Traz, também, mais condições de acesso, abertura à vida social, autonomia, lazer e legitimidade ao desejo de viver para si. “O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma vida sua.” (LIPOVETSKY, 2000, p. 228).

O autor denomina a fase da pós-mulher do lar como sendo o ciclo histórico da terceira mulher, ao considerar a “ruptura histórica na maneira pela qual é construída a identidade feminina, e bem como a relação entre os sexos” (LIPOVETSKY, 2000, p. 231). Essa nova dinâmica pós-moderna conta com avanços das mulheres, porém está longe da homogeneização dos papéis de gênero mantendo-se como prioritário o papel da mulher na

esfera doméstica. Ela não eliminou sua responsabilidade doméstica individual, e sim exigiu mudanças e adaptações. O autor questiona quais são as perspectivas de evolução dessa assimetria entre homens públicos e mulheres privadas, levando as mulheres a se remeterem ao seu território privado tradicional, e a necessidade de reciclagem no papel histórico relacionado à maternidade e ao abandono do modelo estabelecido.

Todos os períodos históricos analisados aqui apresentam a dualidade entre os sexos e seus papéis desempenhados na construção das determinações políticas e da condição da vida coletiva onde o cotidiano acontece. Em todos eles, percebe-se uma repetição de padrão, de disputa pelo uso do território. A cada momento histórico é dada à mulher uma condição, mas, prioritariamente, em todas as épocas, o espaço da mulher está condicionado à determinação dos homens. Cabe então aprofundar a origem dessa dominação para entender como se dá essa relação de poder entre o espaço do homem e o espaço da mulher, assunto que será tratado em seguida, com o objetivo de discutir a influência do poder do patriarcado e o uso do espaço da cidade pela mulher.

1.2 Lugares das mulheres: do espaço privado ao espaço público

A cidade é o ambiente em que vive a maioria das pessoas, e, sutilmente, a concepção de sua forma de funcionar afeta mais do que aquilo que é normalmente visto a olho nu e percebido em nossas atividades diárias. O espaço construído reflete algo mais do que a estrutura de poder que domina nossa sociedade, e dentro dessa rede, a posição das mulheres permanece com pouco progresso de igualdade. Sob o manto da neutralidade, o espaço urbano revela regras ocultas que correspondem exatamente à estrutura de poder e relações que regem a nossa sociedade. Aparentemente, a imagem do ambiente urbano se disfarça como uma neutralidade opaca. Em casos raros, existem proibições de acesso a determinadas partes da cidade, e barreiras invisíveis fazem o controle real da cidade de forma tão forte que não necessita de barreiras físicas.

Os espaços utilizados de forma segura pelas mulheres estão bem definidos no mapa mental de quase todos os cidadãos, com lugares e horários específicos (geralmente para mulheres, idosos, crianças ou pessoas com deficiência), assim, podemos dizer que há diferentes mapas que definem o território da cidade. Toda mulher aprende desde a infância quais são os locais e horários que não podem fazer uso da cidade. Esses códigos são construídos ao longo do tempo, e cabe aqui realizar uma análise sobre o início da construção

desse mapa mental, buscando entender como foram construídas as regras de uso da cidade ao longo do tempo, e, com isso, desvendar o mapa que define o lugar da mulher na cidade.

Podemos começar essa discussão definindo o poder patriarcal e sua influência na construção desse mapa. Esse poder surge na origem das cidades, quando o homem deixou de ser nômade e passou ser agricultor. É nesse momento que os papéis sociais entre homens e mulheres são fixados: os homens se responsabilizam pela caça e defesa da aldeia, e as mulheres ficam responsáveis pelo cultivo do alimento e o cuidado com a prole. Essa divisão de papéis determinou ao homem o papel da defesa, do poder e da força, e, com isso, o domínio e proteção do território. Para a mulher, ficou o papel de procriar para gerar a prole e cuidar da plantação. O antropólogo Antonio Risério, traz uma questão importante para esse momento da origem da cidade. Ele chama a atenção para a função que a mulher exercia, ficando fixa na aldeia, e seu papel com o desenvolvimento da organização coletiva. Com isso, ele afirma caber à mulher o papel fundamental na produção da linguagem, dos códigos e signos linguísticos. A cidade é filha da linguagem, e o autor chama atenção para a seguinte questão:

Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimentos e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teriam existido. E sem a previsão e a consciente disciplina moral que a cultura neolítica introduziu em todas as fases da vida, é de se duvidar que pudesse ter emergido a cooperação social mais complexa que surgiu com a cidade [...]. a casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher (RISÉRIO, 2015, p. 61).

Assim a mulher aprendeu a fabricar vasilhas, cozinhar os alimentos, organizar a aldeia, e com a enxada primitiva ela cuidava do alimento, domesticava os animais. Enquanto os homens iam à caça em busca de alimento, a mulher permanecia na aldeia cuidando das crianças e dos idosos, fazia unguentos e poções, era responsável pelo bem estar da aldeia e assim se dava o papel do homem e da mulher no período neolítico. Com o passar dos milênios, os homens primitivos já não se conformaram com os alimentos obtidos pelo acaso e inventaram o arado, que substituiu a enxada da mulher primitiva, complementando-o com a força do animal para utilizar o solo em outra escala, criar rebanhos e irrigar o solo. Nesse momento, o papel do homem passou a ser mais importante do que o da mulher, porque o homem substituiu o trabalho da mulher, e ela passou a exercer funções com menor importância para sobrevivência da aldeia. Assim, o papel da mulher começou a ser desprezado com o

predomínio do homem nos clãs, dando assim o início ao patriarcado (ALAMBERT apud GONZAGA, 2004).

Vale destacar que é nesse momento histórico quando o homem se fixa no território, criando seus excedentes, que começa a acelerar os processos com a descoberta do fogo, ferro e inicia-se um novo modo de vida, surgindo as primeiras cidades. Com o acúmulo de terras, gados e escravos surgem as primeiras classes de dominadores e dominados, e as mulheres estavam originalmente na classe dos dominados, pois já não exerciam papel de igualdade e sim de submissão. Assim, a mulher tornou-se a primeira escrava do homem, deixando de trabalhar para todos da aldeia e passando a atender apenas um homem. Desta forma, é possível dizer que o surgimento das cidades se dá a partir do domínio do patriarcado, entendido como “o governo do pai”. O termo é usado num sentido mais amplo para descrever a dominação dos homens e a subordinação das mulheres na sociedade como um todo. “[...] também pode ser entendido como o ‘governo dos homens’, dentro da família e fora dela” (HEYWOOD, 2012, p. 26).

Risério revela ainda que a definição do local das cidades, bem como o desenho destas ao longo de vários períodos históricos, em diversas civilizações, sempre foi uma tarefa desenvolvida pelos homens, ou seja, ao longo da história, as mulheres nunca participaram da definição da cidade e das casas. Gonzaga relata que elas estiveram presentes e integradas na construção do espaço construído, porém permaneceram invisíveis com as atividades e funções que desempenharam, não usufruindo da cidade e tendo acesso apenas a uma parte dela. Porém, sua invisibilidade não diminui o papel histórico da mulher no processo de formação da civilização humana. E destaca que “segundo as feministas, a luta da mulher por sua libertação e autonomia já dura milênios e ela vem transformando decisivamente o modo de pensar da humanidade.” (ALAMBERT apud GONZAGA, 2004, p.85).

Assim, fica fixado ao longo da história ocidental-europeu, e isso até meados do século XX, que o espaço da cidade é masculino e a casa, o espaço feminino. Com a redução do espaço feminino na cidade ao limite da casa e do espaço privado, um dos fatores que explica porque as mulheres sabiam mais sobre os fatores domésticos somados à habilidade de cuidado com a proteção primária, o conforto e a segurança alimentar da família, as mulheres se fazem a principal responsável pela invenção da domesticidade moderna. Essa condição é uma construção cultural, e, ao longo da história, essa condição de confinamento ao espaço privado da casa desencadeou várias questões, como o papel de ser procriadora, a viver uma conduta restrita aos modos da família, e a submissão ao poder do homem público e provedor.

Assim, para o homem, a habilidade desenvolvida ao usufruir do espaço público passa a ser o fazer político e cultural. Sua vivência com a cidade determina a conduta de uso da mesma. Dessa forma, podemos dizer que o mapa que carregamos sutilmente em nossas mentes foi desenhado pelo homem ao longo da história.

Podemos dizer que a participação das mulheres no desenho desse mapa é recente, mais precisamente a partir da metade do século XX, quando as mulheres avançam nos postos de trabalho e passam a frequentar as escolas de engenharia e arquitetura. Gonzaga destaca que, em 1970, mulheres francesas envolvidas nas questões do planejamento da cidade desenvolveram uma discussão sobre as mulheres e a cidade, que resultou na “Carta das Mulheres para a Cidade”, documento histórico reivindicando o direito ao acesso à urbe.

Cabe destacar que, nesta fase, o pensamento do feminismo materialista na prática da arquitetura, ao identificar o trabalho como opressão, influenciou e modificou a realidade dos espaços, e, com isso, começaram a surgir novos programas arquitetônicos para a cidade, como as casas coletivas com equipamentos comuns, como lavanderia, cozinhas, berçários e equipamentos que dariam suporte ao cotidiano das mulheres diante da sua nova jornada produtiva. Ao se construir uma metodologia feminista, considerando a diversidade e acesso a todos, permitiu-se buscar novas soluções, indo além da imaginação e determinação do pensamento masculino para a arquitetura, tornando possível a compreensão mais subjetiva a partir de uma perspectiva feminina.

Nas últimas décadas, esse quadro vem mudando. A mulher, no momento que amplia sua participação no mercado de trabalho e sua participação na política, diminui sua reclusão à esfera privada. Dois fenômenos acontecem para isso: a mudança no estilo de vida das famílias e as regras para o uso da cidade, onde todos os espaços aparentemente são acessíveis a todos. Dessa forma, podemos considerar que o uso do espaço público pelas mulheres é um fenômeno recente na história, porém junto com ele cabe discutir como fica a relação com o espaço privado, uma vez que as mudanças de comportamento apontam para novas estruturas de família e relação de tempo e espaço. A feminista Betty Friedam, autora de *A Mística Feminina*, chega a cogitar uma reconciliação entre o feminismo e a família, sinalizando uma possível nova onda de reestruturação do espaço da casa e do trabalho, e, com isso, uma nova relação com a cidade.

Portanto, o fato de ser acessível não determina que seja seguro para as mulheres, mesmo sendo no espaço público ou no espaço privado. Aqui, cabe ressaltar o problema da violência doméstica, que ronda o problema habitacional, onde, muitas vezes, por não ter a posse da casa ou condições financeiras de sustentar a família ou a si mesmas, as mulheres

acabam se sujeitando a violência em seu universo privado. Essa questão é levantada por Gonzaga ao chamar a atenção para essa realidade de violência contra a mulher e a importância do surgimento dos espaços das Delegacias de Defesa da Mulher para amparar um problema da vida sexual e familiar das mulheres que vem sendo revelado na cena da cidade.

O tecido urbano encarado do ponto de vista social tem sido marcado por esses fenômenos sociais, que se materializam na arquitetura dos edifícios, como no caso a delegacia de defesa da mulher, que veio tornar públicas as misérias das relações conjugais, dos “lugares das mulheres” que desde a antiguidade se tentou estabelecer, e hoje são uma realidade em todo o mundo, mas que exigem de nós a luta pela sua consolidação, pois, apesar de conquistados, esses espaços são frequentemente ameaçados de extinção (GONZAGA, 2004, p. 86).

Outra questão que agrava o medo em utilizar o espaço público, não se limitando apenas às mulheres, é o próprio abandono dos espaços coletivos da cidade por todas as pessoas, podendo-se dizer que o esvaziamento e falta de uso do espaço público gera o sentimento de insegurança para o usuário da cidade.

A partir do entendimento de como se deu a apropriação do espaço das mulheres na cidade e sua transição entre a esfera pública e privada quando da determinação do patriarcado, cabe investigar como foram as transformações que ocorreram ao longo da história em relação aos papéis desempenhados pelas mulheres, bem como a evolução do acesso das mulheres ao seu direito à cidade e à cidadania, tema que será abordado no próximo item desta dissertação.

1.3 A mulher e seu direito à cidade e à cidadania

Ao distinguir as influências das esferas públicas e privadas, e compreendendo as diferenças entre as relações sociais entre homens e mulheres, onde o mundo público - econômico e político - cabe aos homens, e o mundo privado - íntimo e doméstico - cabe às mulheres, podemos dizer que a cidade é sexuada.

Em função dessa divisão Calió chama atenção para a "invisibilização" das mulheres na multidão urbana. “Elas estão lá, importantes para o cenário, mas insignificantes para a cena.” (CALIÓ, 1991, p. 4). É com essa provocação que iniciamos a reflexão sobre o direito da mulher à cidade e à cidadania, buscando compreender as bases dessa invisibilidade e como isso afeta o cotidiano das mulheres e seu direito à cidade.

Outra questão que se coloca para o debate é a suposta neutralidade do espaço urbano a partir do pressuposto de atender um sujeito universal. Assim, havendo um sujeito universal,

mascardo como sendo do sexo masculino, porém abrangendo genericamente homens e mulheres, a cidade atenderia as especificidades da vida cotidiana de todos? Muxi defende que a universalidade esconde o verdadeiro sujeito de direito, uma vez que o universalismo tem como critério se desenvolver a partir de referência do mundo público, com a participação no mercado e os espaços atribuídos aos homens, e não inclui espaço doméstico - definido como feminino e onde as atividades da função reprodutiva acontecem. Desta forma, defende que essa neutralidade é falsa.

Assim, cabe entender, a partir da necessidade e do direito de todos, para quem a cidade é pensada, buscando compreender a diversidade e as especificidades que existem entre homens e mulheres ao utilizar a cidade, ao desenvolverem suas atividades produtivas e reprodutivas. Esse fato aponta para a importância de conhecer suas distintas experiências ao planejar espaços públicos para garantir acesso igualitário à cidade e à cidadania. Observar aspectos como uso do solo, mobilidade, limites, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta de acordo também com a experiência da mulher. Zaida Muxi ainda ressalta que é preciso olhar a cidade como um todo, em uma escala distante, e nas especificidades das operações diárias, compreendê-la em rede, e, com isso, considerar aspectos da demanda diária das pessoas como critério de acesso a soluções seguras, que garantam vitalidade e qualidade para o desenvolvimento da vida na cidade e que permitam satisfazer as necessidades diárias de todos (MUXI; CASANOVAS; CIACOLETTO, 2011).

Um exemplo é a forma como se resolve a mobilidade urbana em relação aos investimentos em infraestrutura, desenho da cidade e o funcionamento dos horários do transporte coletivo. São situações que contribuem para ampliar as distâncias entre o trabalho e a casa, trazendo conflitos para as questões de mobilidade urbana que requerem um grande esforço por parte das mulheres, considerando que são insuficientes os horários e a infraestrutura de transporte coletivo para atender à demanda de uma grande maioria da população, formada por jovens, mulheres, crianças e idosos.

O que se vê, portanto, é a prioridade em atender a crescente demanda do fluxo dos automóveis individuais, que, em sua maioria, são conduzidos por homens, como aponta pesquisa³ realizada pelo Departamento de Trânsito (DETRAN) em 2003, onde essa afirma que a porcentagem de condutores do sexo feminino no Brasil correspondia a 26%. Esse dado aponta que é uma minoria de mulheres que se movimenta na cidade utilizando o transporte

³DENATRAN. Pesquisa sobre perfil dos condutores brasileiros, 2015. Disponível em: <http://www.and.org.br/Show.aspx?IdMateria=VWZeAPTLYU1oEA067fDPQ>. Acesso em 06 nov. 2016.

individual, e que a maioria da infraestrutura urbana das cidades prioriza a viabilidade dos meios de produção, no caso, o transporte de veículos individuais. Pode-se concluir que a maioria das mulheres se movimenta na cidade utilizando-se de meios de transporte coletivos que, em grande parte, possui estrutura precária.

Sobre a percepção de segurança, Gonzaga afirma que, para a mulher, longos percursos na cidade significam mais que mera distância: significa um tempo maior de exposição em espaços de vulnerabilidade, principalmente em regiões em que se encontram imóveis abandonados, terrenos vazios e sem muro. Além de restringir a mobilidade em determinados horários, expondo-se a um risco maior, as mulheres que precisam se deslocar em horários durante a noite ficam mais expostas ao perigo. Neste caso, os investimentos em iluminação pública, cuidado com espaços vazios e a disponibilização de mais linhas de ônibus e menores distâncias entre os pontos de embarque e desembarque são medidas simples que podem facilitar e garantir mais proteção ao cotidiano das mulheres na cidade.

Com esses exemplos é possível constatar que as mulheres vivenciam a cidade de uma maneira diferente que os homens. Gonzaga considera que a inserção na trama das relações sociais de gênero – sendo algo cultural e construído no processo histórico da humanidade – demonstra que o fato de alguém ser mulher, com as imposições e encargos recebidos da sociedade, interfere em sua mobilidade e acessibilidade e na utilização do espaço público e privado (GONZAGA, 2004). Assim, pode-se concluir que, ao não considerar os interesses e necessidades das mulheres, ao intervir na estrutura urbana, comete-se um grave erro com sérias consequências sociais.

Complementando a defesa de Gonzaga, a arquiteta Paula Freire Santoro destaca a seguinte questão:

As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados, por questões de segurança que por muitas vezes significaram uma ameaça maior a elas do que aos homens, a necessidade de lazer dos filhos, ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo (SANTORO, 2008, p. 3).

O fato de não se investir nas soluções para as demandas das mulheres significa que, apesar da inserção massiva da mulher no mercado de trabalho e no espaço público, a cidade não se preparou para recebê-la. Esse quadro se agrava quando envolve as mulheres de baixa renda, com baixo nível de escolaridade e aquelas que têm tripla jornada de trabalho como é o caso das que se encontram em situação de maternidade e sofrem com a falta de infraestrutura

de creches para receber seus filhos em tempo integral. Sem dúvida, essas limitações de acesso e direito à cidade ferem o direito à cidadania, pois impedem a mulher de se desenvolver.

Neste caso, é importante aprofundar a questão do direito à cidade. David Harvey define como sendo um direito coletivo “que dá acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28). Esta definição de Harvey está apoiada na ideia de Lefèbvre ao afirmar sobre a importância da unificação dos movimentos sociais pela reivindicação de seus direitos. Para concluir a definição sobre o direito à cidade, Harvey escreve que a liberdade de se reinventar, mudar a si mesmo e a cidade deve ser entendido como o direito humano mais precioso, e que esse direito deve ser perseguido por todos (HARVEY, 2014). Trata-se de uma reivindicação coletiva para o empoderamento das classes excluídas para participar do processo de urbanização das cidades.

Para Maricato, essa desigualdade territorial é influenciada pelo capital, que organiza a cidade em função do mercado, redefinindo a organização dos espaços e promovendo o aumento demográfico constante devido à promessa de poder, fortuna, produção, consumo, e qualidade de vida. Porém, essa lógica de produção do território das cidades se desenvolve de maneira desigual, uma vez que o mercado regula os espaços e os fluxos, criando espaços diferenciados, promovendo a separação das classes sociais em função do acesso ao espaço urbano qualificado, gerando o que alguns autores definem como espaços de segregação espacial (MARICATO, 2013).

Essa segregação se dá além do espaço público, pois ela também acontece no espaço privado, como define Maricato:

O Lar - domínio de vida privada do núcleo familiar e de sua vida social exclusiva – se organiza sob a égide da intimidade. Isso implica uma micropolítica familiar totalmente nova e ao mesmo tempo significa uma redefinição da relação espaço privado/público na cidade (MARICATO, 2013, p. 41).

Essa condição modifica a função do privado quando incorpora o papel social no espaço privado da casa. Nesse processo de isolamento, a rua e os espaços públicos passam a ser território de perigo e constantes ameaças, distanciando as pessoas das relações de interação nos espaços públicos e aumentando o sentimento de insegurança. Assim, a casa passa a proteger seus moradores da diversidade da cidade.

A relação público-privada que causa o esvaziamento dos espaços públicos, o modo de produção capitalista que domina o desenvolvimento da cidade, promovendo espaços de

segregação e exclusão social, revela o cenário de desigualdade a que está submetida à condição da mulher na cidade contemporânea.

Analisando a realidade brasileira, a geografa Ana Fani Alessandri Carlos explica que o direito à cidade se aplica como sendo a resistência às contradições que estão na origem da urbanização no Brasil e a falta de um projeto de sociedade. Segundo a autora, o conceito do direito à cidade está esvaziado quando se limita a pensar apenas no acesso à infraestrutura, pois se faz necessário um debate mais amplo, vinculado às tensões vividas pela apropriação e dominação dos espaços, que hoje está a serviço do mercado e atendendo às regras do capital.

Neste sentido, o movimento de reprodução da metrópole revela conflitos e limites da reprodução social apontando uma contradição fundamental no movimento do processo de reprodução da cidade entre valor de uso e valor de troca do espaço impressa nas possibilidades de apropriação do espaço da vida (CARLOS, 2004, p.141).

É possível uma alternativa? Como provocar mudanças em tempos de globalização, sentimentos líquidos, ofensiva neoliberal, perda dos valores da solidariedade e o estímulo à competição? Vários autores como Bauman, Harvey e Carlos trazem essa discussão e levantam a questão da desarticulação dos movimentos sociais e a dificuldade em unificar as pautas de reivindicações das classes subordinadas, uma vez que o tecido sócio-espacial é uma arena de tensões e os atores que representam o capital comandam a esfera econômica e política.

Os movimentos sociais urbanos historicamente são responsáveis pela luta e a busca por alternativas de criação de um modo de vida diferente do que é imposto pelos representantes do capitalismo e pelo Estado burguês. Harvey registra em seu livro “Cidades Rebeldes”, o histórico de alguns movimentos sociais urbanos de resistência, como em 1871 em Paris e em 1968 na Cidade do México e em Chicago, que contribuíram para alguns avanços e mudanças. Com esses exemplos, aponta a importância do fortalecimento desses focos de resistência na busca coletiva de uma alternativa para o modo de vida urbana diferente do que está colocado pelo desenvolvimento desigual, marcado pelo modelo capitalista. Ele conclui que a pauta pelo direito à cidade seja uma reivindicação capaz de unificar diversos movimentos e alcançar resultados que transformem a realidade (HARVEY, 2014).

Podemos citar alguns casos de resistência enfrentados pelos movimentos sociais urbanos com a intenção de transformar a realidade e garantir direitos. Guilherme Boulos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), militante da Frente de Resistência Urbana e professor de filosofia traz um importante relato sobre a trajetória de luta, resistência e influência que MTST teve no processo de aprovação do Plano Diretor

Estratégico de São Paulo, documento esse que lança as diretrizes de desenvolvimento para essa cidade e tem como diferencial a tentativa de fazer uma regulamentação mais justa e inclusiva de desenvolvimento. Para isso, o processo de construção do Plano buscou garantir a participação de vários setores da sociedade. Neste caso, foi fundamental o movimento em defesa de moradia estar organizado para garantir alguns avanços na disputa para garantir seus direitos ameaçados pelos interesses do mercado (BOULOS, 2015).

Outros caminhos políticos também são possíveis. Várias cidades da América Latina conseguiram atingir transformações estruturais significativas, mudando o enfoque do processo de desenvolvimento. Alguns exemplos trazidos por Harvey são as cidades de Bogotá e Medellín que conseguiram mudar a partir de 2000 suas trajetórias pautadas pelas manifestações dos movimentos sociais que se organizaram para superar o desafio de viver em uma cidade violenta e vencer o domínio territorial do narcotráfico. A principal estratégia foi estruturada no princípio do direito à cidade, garantindo, através de investimentos em infraestrutura de acessibilidade e de restauração de espaço público, uma nova dinâmica de interação social e de empoderamento coletivo. Essa realidade foi transformada porque houve a articulação entre diversos setores da sociedade com posicionamento crítico e articulado com a experiência cotidiana dos movimentos sociais e do poder político.

Para concluir, o quadro desenvolvido por Gaiger exposto na Figura 2, ilustra o caminho para se construir um processo virtuoso para construção de uma esfera pública que represente de fato os anseios dos cidadãos e que seja capaz de promover mudanças significativas para a sociedade.

Figura 2 - Círculo virtuoso das políticas públicas.



Fonte: Gaiger (2012).

Neste caso, o desafio colocado pelo autor vem de encontro com argumentos levantados anteriormente, reforçando a importância de se pensar um processo que fortaleça a participação dos cidadãos no circuito da construção da esfera pública para que seja possível alcançar novas alternativas que promovam mudanças que tragam mais qualidade de vida e cidadania.

A participação cidadã, defendida por Sherry Arnstein, divide em três etapas o processo de emancipação social, ilustrada através da escada da participação, onde considera que nos três primeiros degraus acontece o artifício da cooptação e pacificação, meio utilizado pelos poderosos quando contratam representantes dos “sem nada” para participarem dos conselhos e programas do governo como forma de manipular e controlar a situação em disputa.

Descrevendo sobre os primeiros pilares da participação, é considerada também como o estágio da manipulação e terapia. A autora destaca que essa prática é a principal razão dos “sem nada” estarem desestimulados a participarem das arenas de decisões públicas, pois nesse nível é possível perceber que sua participação não influencia e não tem poder suficiente para modificar a realidade.

Quando é possível romper os primeiros degraus, atinge-se os níveis da informação e consulta, que são considerados como ações legítimas de participação. Porém, salienta que muitas vezes esse é um canal de mão única de informação enviada pelos técnicos, não havendo espaço para um retorno, possibilidade de negociação ou possibilidade de ter suas preocupações e idéias consideradas.

É a partir dos níveis de participação e parceria que os cidadãos começam a influenciar, mesmo com limitações. Nessa fase, é comum o auxílio de consultorias técnicas independentes para embasar a comunidade em suas tomadas de decisões. No caso da parceria, ambos os lados compartilham a responsabilidade pelo planejamento e tomada de decisões, estruturando-se em comitês paritários, comitês de planejamento e mecanismos de solução de conflitos.

A delegação de poder e controle cidadão representa um estágio avançado de participação e consciência do papel da cidadania. Neste estágio, os cidadãos podem assumir o poder deliberativo em planos e programas públicos. “Neste nível da escada, estamos em um ponto no qual os cidadãos têm em suas mãos as principais cartas do jogo para garantir que o programa atenda aos interesses da comunidade.” (ARNSTEIN, 2002, p. 10). Controle cidadão é o estágio de maior autonomia e independência de ação, ou seja, ela mesma reúne as condições necessárias para defender suas demandas, assumindo o planejamento, a operacionalização e o gerenciamento dos programas, influenciando diretamente a construção de políticas públicas.

1.4 A perspectiva da mulher no contexto do planejamento urbano

A inserção da mulher no meio urbano pode ser considerada um avanço pela conquista por mais espaço e inserção no fluxo produtivo da sociedade contemporânea. A história das mulheres deixa clara a luta constante pelo direito à emancipação política e pelo direito à cidadania. Porém, essa inserção ainda se dá de forma desigual em pleno século XXI para a maioria das mulheres, uma vez que as cidades se desenvolveram sem a participação das mesmas no debate das políticas públicas e urbanas. Esse será o tema desenvolvido nesta fase do trabalho, para buscar compreender a relação da mulher com o desenvolvimento da cidade.

Mas, afinal, por que é necessário inserir a perspectiva de gênero no planejamento das cidades? Por várias razões. A primeira delas é a importância de considerar os diferentes papéis, particularidades e necessidades que homens e mulheres desempenham ao desenvolver suas vidas na cidade. Reconhecendo essas particularidades, é possível propor soluções e políticas públicas que permitam acesso mais igualitário às oportunidades.

A perspectiva de gênero aplicado ao urbanismo significa colocar iguais condições às exigências decorrentes do mundo produtivo e derivado mundo reprodutiva, ou seja, o cuidado diário que as pessoas precisam. Os dois mundos têm que estar ao mesmo nível de importância decisões para evitar a expansão ou a manutenção de diferenças (MUXI; CASANOVAS; CIACOLETTO, 2011, p.12).

Assim, Muxi defende que a cidade pensada na perspectiva de gênero precisa garantir a mistura, o acesso e a sobreposição das funções para facilitar o desenvolvimento da vida cotidiana, considerando a diversidade de usuários e a diversidade de momentos de utilização. Assim, se define que a perspectiva de gênero aplicado ao urbanismo é entendida a partir da experiência, e, portanto, pressupõe uma atuação mais próxima e conectada com o usuário - mas isto não exclui o plano geral com sua função analítica norteadora.

Além de compreender a dimensão metodológica do urbanismo de gênero, cabe discutir sua demanda política como sendo um modelo pautado na participação e divisão de poder. Nesse sentido, é importante ressaltar o que recomenda o documento desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) no livro *Introdução ao Planejamento para o Gênero: um guia prático*.

O processo de desenvolvimento exige a participação de todos, e a todos deve beneficiar. Por isso, os governantes devem buscar minimizar todas as formas de discriminação presentes na sociedade, combatendo qualquer distribuição

injusta de direitos e buscando um desenvolvimento sempre mais igualitário. A desigualdade de gênero deve ser reconhecida. O planejamento que leva em conta as características específicas de homens e mulheres - ou seja, o planejamento que incorpora a perspectiva de gênero - é um instrumento para isso (COSTA, 1997, p.12).

Calió complementa essa questão retomando o papel do gênero como abordagem estratégica para diminuição da desigualdade, e traz a discussão sobre a divisão de poder e sua influência nos papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade.

Visto como categoria analítica da realidade social, o gênero traz visibilidade às mulheres e permite outras re-leituras dos fenômenos sociais. Assumir a categoria de gênero significa identificá-lo a partir dos vários espaços onde ele se constrói: na cidade, na família, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade... Significa também trazer à tona a relação de gênero como relação de poder - uma relação impossível de ser explicada pela biologia da mesma forma que a dominação racial.

A sociedade deve estar preocupada não só com as desigualdades sócioespaciais, fruto das diferenças sociais, mas também com as relações de poder entre os gêneros, ou seja, as relações sociais entre os sexos em relação à evolução do espaço rural e urbano (CALIÓ, 1991, p.1).

Para compreender as diferenças e especificidades desse cotidiano realizado por homens e mulheres, faz-se necessário definir os papéis que desempenham. Moser (apud COSTA, 1997, p.17) identificou quatro tipos de papéis desempenhados pelas pessoas: o produtivo, reprodutivo, administração comunitária e o de política comunitária. Essa classificação pode ser utilizada como critério para o desenvolvimento de políticas públicas que considerem os papéis e as necessidades distintas entre homens e mulheres (COSTA, 1997).

Compreendendo o papel reprodutivo como sendo tradicionalmente ancorado nas mulheres, por atribuírem sua força de trabalho na realização das tarefas domésticas e na criação dos filhos, esse papel também é desempenhado por homens, mas em menor escala. O papel produtivo, entendido como a realização do trabalho remunerado, está em geral atribuído ao papel do homem, mesmo tendo as mulheres desempenhado-o na mesma escala. O papel da administração comunitária parte basicamente do voluntariado, prioritariamente desempenhado por mulheres quase sempre vinculadas ao seu papel reprodutivo, que inclui o cuidado com os bens coletivos (educação, saúde, alimentação, habitação). O quarto papel, denominado política comunitária, se relaciona com a organização comunitária, espaço onde as mulheres também demonstram maior interesse - aqui percebe-se um vínculo ancestral com o papel desempenhado pelas mulheres na origem dos clãs, como citou Risério anteriormente.

Ciacoletto destaca ainda o tempo para realizar as atividades ligadas à esfera própria, considerando as atividades relacionadas ao desenvolvimento pessoal e intelectual de cada pessoa.

Porém, mesmo as mulheres demonstrando maior interesse, o peso da ideologia patriarcal reforça a tendência do homem em assumir a liderança e conquistar para si uma posição de autoridade, cabendo às mulheres a execução do trabalho prático (COSTA, 1997). A partir do entendimento dessas definições, foi realizada uma investigação para identificar como se dá a participação das mulheres na esfera política comunitária de Blumenau, cujo resultado será apresentado no terceiro capítulo desta dissertação.

Como vimos anteriormente, foi a partir das duas grandes guerras que os papéis das mulheres passaram a se desvincular das funções reprodutivas e passaram a assumir funções consideradas exclusivas dos homens. Essa mudança de papéis desencadeou o aparecimento de novos espaços na cidade, como creche e refeitórios, uma vez que as mulheres passam a ter menos tempo para se dedicar às tarefas domésticas. É nesse momento que se desencadeia um crescente processo de profissionalização das mulheres, alcançando novos postos de trabalho e nas universidades, o que exigiu das organizações e instituições sociais mudanças estruturais, e, com isso, a mulher passou a ser reconhecida como agente visível do desenvolvimento (COSTA, 1997).

Quando ficou claro que o desenvolvimento avançaria com a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, surgiram políticas voltadas para facilitar esse avanço e, assim, um alerta foi colocado na I Conferência Mundial da Mulher, realizada no México, em 1975. Realizada com o patrocínio da Organização das Nações Unidas⁴ (ONU), essa conferência trouxe uma Declaração de Princípios e Resoluções que formou um conjunto inédito de diretrizes de desenvolvimento com o objetivo de melhorar as condições de vida das mulheres, ressaltando agora seu papel produtivo. A partir desse marco, as políticas voltadas para as mulheres para assegurar o aumento da sua produtividade passaram a ser estratégicas para o combate à pobreza. Porém, com a política pautada apenas no avanço da produtividade da mulher, elas passaram a participar mais intensamente na vida econômica sem ter diminuído sua intensidade no desempenho de suas responsabilidades reprodutivas, sobrecarregando seu modo de viver.

⁴Unhabitat for a better human future. Disponível em: <http://unhabitat.org/urban-themes/gender/>. Acesso em 06 nov. 2015.

United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm-sp.htm>. Acesso em 06 nov. 2015.

Desta forma, é possível concluir que as políticas de desenvolvimento pautadas apenas na produtividade foram boas para o desenvolvimento, mas não garantiram melhorias na condição de vida das mulheres, pois a subordinação ao trabalho doméstico continua, ou seja, a relação social estabelecida continua marcada pela desigualdade reproduzida no tempo. Portanto, é possível concluir que não há possibilidade de desenvolvimento se não houver a distribuição do poder. Desta forma, é necessário alterar as relações de poder instituídas para que seja possível, alcançar uma maior equidade.

Assim, cabe abrir uma discussão sobre a democratização e os instrumentos que garantiram a participação popular nos processos de planejamento urbano no Brasil, que se deu a partir da criação do Estatuto da Cidade, quando começaram a implementação dos Planos Diretores Participativos, importante instrumento de promoção de mobilização social na participação de suas demandas através das conferências, audiências e Conselhos da Cidade. Nesta fase de transição do século XX para XXI, o movimento pela reforma urbana e de mulheres se destacou como protagonista nessa conquista, exercendo papel fundamental para promover tais mudanças ao provocar a discussão, questionamento dos papéis e poder das instituições, como família e Estado. Dessa forma, Gonzaga conclui que “[...] o Estado pode e deve desenvolver a incorporação dos chamados temas transversais em suas políticas públicas setoriais (sociais e de infra-estrutura urbana), que contemplem o desenvolvimento urbano e social para a melhoria do habitat.” (GONZAGA, 2004, p. 35).

Não há, na pauta da maioria das cidades brasileiras, a discussão de gênero como enfoque estratégico, nem mesmo as mulheres percebem esse canal como meio de reivindicar seus direitos. No estudo realizado por Gonzaga em São Paulo, a autora mostra que a maioria das mulheres entrevistadas relata que não tinha conhecimento e percepção sobre o seu direito à cidade. Esse fato traz à tona outra questão relevante sobre a participação da mulher na construção da cidade contemporânea: a necessidade de promover o debate e o empoderamento das mulheres envolvidas nos movimentos sociais, organizadas ou não, para participar com protagonismo dos espaços e instrumentos de participação social sobre o planejamento urbano. O tema sobre o direito à cidade é um debate que precisa ser fomentado entre as mulheres, logo, é um direito que precisa ser conquistado. Caso contrário, esse modelo excludente não será transformado, considerando que os planos diretores atuais, mesmo sendo incentivados a serem participativos, ainda são instrumentos que refletem uma ideologia restritiva, reguladora e, na maioria das cidades brasileiras, continua sendo regulado pelos princípios do modelo patriarcal.

Porém, mesmo tendo garantido alguns instrumentos que defendam a causa do movimento, isso não é suficiente para reverter a lógica excludente predominante no desenvolvimento da cidade. Neste sentido, Maricato faz uma crítica e traz como exemplo o conceito de Plano Diretor Estratégico aplicado em algumas cidades brasileiras, como é o caso de São Paulo, por ter um discurso universal, mas, na prática, faz uma abordagem fragmentada da cidade (MARICATO, 2013).

Para a organizadora do “Guia de urbanismo com perspectiva de gênero”, a geógrafa espanhola Marta Román, junto com esse processo de participação e empoderamento das mulheres para garantir sua participação no processo de construção das cidades, faz-se necessário pensar um novo modelo, pautado por um conceito de cidadania que se estrutura com prioridade através da inclusão da diversidade. E conclui que esse modelo de cidadania pode inspirar um novo modelo de cidade. Com esse raciocínio, tem-se a base para a inclusão completa de distintos grupos sociais que, no modelo patriarcal e funcionalista, ficam à margem do processo e do funcionamento da cidade.

Román e Velázquez (2008, p.19) trazem para discussão quatro demandas para fortalecer a atuação no espaço em favor das mulheres:

- 1- Considerar a mulher: conhecer as distintas formas de morar e de utilizar a cidade em função da mulher;
- 2- Contar com as mulheres: assegurar que a presença das mulheres esteja garantida em todos os âmbitos sociais e políticos, favorecendo sua participação e considerando sua opinião;
- 3- Valorizar e dar espaço a atividades que tradicionalmente são realizadas por mulheres;
- 4- Incorporar como assunto público as novas necessidades das mulheres;

Neste contexto, é preciso notar, também, a crítica que o movimento feminista vem fazendo há mais de 30 anos, denunciando o viés das políticas públicas que priorizam os homens e a cidade funcional, e que evidencia uma estrutura que não favorece a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. “Como é possível que ainda persista o pensamento da cidade por partes?” indaga Montaner, que traz no capítulo “Novas epistemologias para o urbanismo contemporâneo” alguns conceitos para pautar esse debate sobre a construção de um novo modelo de cidade, como a igualdade, diversidade, participação e sustentabilidade.” (MONTANER; MUXI, 2014, p. 209).

Dessa forma, percebe-se que a política, assim como as teorias que formulam as políticas urbanas e que pautam a ação do Estado, precisa de uma profunda revisão. Fica evidente que, para provocar tais transformações, será necessária uma mudança de

metodologia para planejar a cidade, com foco em tratá-la como ela é e cada vez mais próxima da realidade, para dar conta de toda a sua diversidade, diminuindo a desigualdade sócio-territorial.

Essa revisão passa por vários setores da sociedade, começando pela Universidade, que pode avançar seu olhar para as questões de gênero. Essa medida é uma forma de aproximar e sensibilizar os profissionais de todas as áreas sobre a necessidade de pensar integrada e interdisciplinarmente, criando assim um perfil de profissional capaz de ajudar e incentivar a busca de um novo modelo de planejamento urbano.

Na mesma medida, o Estado, ao incorporar essa visão transversal, pode ampliar o alcance das políticas públicas, atuando como agente estruturador da mudança. Ao dar destaque especial à mulher, se desencadeia o fortalecimento do capital social do lugar, pois, como destacaram Román e Velázquez, “as mulheres são responsáveis por outros coletivos mais vulneráveis e dependentes” (ROMÁN; VELÁZQUEZ 2008, p. 15). Essa percepção também aparece nos estudos realizados por Muxí e Montaner, quando afirmam que “a mulher mãe, cuidadora e nutridora, fala a partir de experiências compartilhadas” (MONTANER; MUXI, 2014, p. 208).

Dessa forma, considerar que a mulher é um ator relevante pode ampliar o alcance das políticas urbanas, contribuindo para a construção do capital social e cultural de uma cidade. Logo, faz todo sentido priorizar a inclusão das mulheres na pauta da discussão que engloba o fazer da cidade contemporânea.

Trata-se de uma mudança de paradigma, como sugere o pensamento do economista polonês Ignacy Sachs, quando afirma que a cidade é um ecossistema em que tudo está integrado e se relaciona. Para este autor os recursos são resultados de como as pessoas aprenderam a usá-la para atingir seus fins, sendo consequência de diversas atividades realizadas pelo homem. Assim, ao mudar o jeito de usar a cidade, muda-se o meio (SACHS; VIEIRA, 2007).

Diante desse fato, um novo modelo de desenvolvimento se faz necessário, um novo referencial ideológico para resolver problemas como a agressão da natureza e a exclusão social. A busca de um modelo mais eficiente está pautada na liberdade e no acesso à cidade, que promova a justiça social e que possibilite a construção de novas relações e formas de pensamento. Um novo estado de espírito, que dê legitimidade ao crescimento e onde será possível a escolha de um futuro desejado, uma nova prática política que garanta o acesso à cidadania. Podemos perceber na defesa de Sachs a representação simbólica do homem como representação da humanidade, ainda assim, sua defesa está em sintonia com o papel da mulher

como agente de uma percepção alinhada com a natureza e de um novo paradigma de mudança, trilhando o mesmo argumento que defendem Alambert e Gonzaga.

Um novo modelo precisa de uma nova abordagem de planejamento, que substitua o procedimento sistêmico e cartesiano por uma prática contínua, harmonizada com a gestão racional do ambiente e com a revisão de todos os objetivos e modalidades de ação, a exemplo do conceito da autoridade horizontal, que defende a participação efetiva da população local na realização das estratégias para o ecodesenvolvimento (SACHS; VIEIRA, 2007).

Esse pensamento está alinhado com o que diz Santoro (2008), ao considerar o planejamento urbano a partir do olhar de gênero com enfoque na participação da mulher e, com isso, incluir todas as minorias. Isso significaria pensar a partir de uma nova sensibilidade urbana, voltada a incluir as vozes de outros coletivos que, historicamente, foram invisíveis para o pensamento urbano generalista, funcionalista e que atua tradicionalmente em grande escala (SANTORO, 2008).

1.5 A participação da mulher no desenvolvimento da cidade de Blumenau

No início do século XIX, a vida urbana no Brasil praticamente não existia. Salvo algumas cidades coloniais, esse foi um período em que o Brasil era um enorme país rural. Durante o século XIX, com a consolidação do capitalismo e ascensão da industrialização, a sociedade brasileira passa por transformações urbanas e recebe incrementos que provocam uma reorganização nas vivências familiares. Essa transição marca a transformação da família patriarcal rural para a família burguesa urbana. Esse período de transição que vai do século XVIII ao XIX mostra uma cidade desorganizada, sendo apêndice da extensão rural, com baixa diferenciação social e sem muitas regras sobre a ocupação dos espaços públicos (D'INCÃO, 1997).

É neste contexto histórico que a origem da colonização de Blumenau acontece. Dois fatores se integram a sua história, dentre elas o momento que os imigrantes vêm em massa para o continente Americano e Latino Americano durante o século XVIII e XIX. Com esse movimento, desencadeia-se um processo de desenvolvimento da região, condição que impulsionou a vinda de imigrantes alemães para Blumenau, trazendo consigo suas habilidades e conhecimentos, os quais são determinantes para caracterizar o início desse período de colonização. Inicialmente, os imigrantes foram se adaptando em condições precárias de sobrevivência e, em seguida, ampliando para um processo de desenvolvimento do campo, contando com a força de trabalho da família dos colonos e, na sequência, para o movimento

do processo de industrialização. É nesse recorte histórico que este texto busca compreender a contribuição e a condição das mulheres no processo de desenvolvimento da cidade de Blumenau, tendo como suporte teórico os estudos e pesquisas realizados pelas historiadoras Cristina Scheibe Wolff (1991) e Maria Luiza Renaux (1995).

Wolff discute a relação de poder, hábito e influência da mulher durante o período de colonização da cidade de Blumenau a partir de 1850, um período em que a configuração espacial era limitada à casa do colonizador, alojamentos provisórios e lotes rurais, distantes uns dos outros, exigindo que se trilhassem longos caminhos para que as trocas comerciais e sociais acontecessem. Criou-se, assim, uma forte relação de vizinhança, solidariedade e vigilância. Neste contexto, Wolff destaca que a participação das mulheres ocorria em todas as atividades do cotidiano, porém não eram concedidos cargos de hierarquia, nem mesmo para as mulheres que eram trabalhadoras e administradoras dos negócios da família.

Embora não tivesse cargos na hierarquia da colônia e nem mesmo fossem reconhecidas como empresárias ou trabalhadoras, as mulheres tinham seus poderes, suas influências, seu espaço de decisão e de convencimento, sua rede tecida com boatos e apelos às instituições, que envolvia a sociedade local. Isto não as tornava iguais aos homens, ou mais poderosas que eles, como sugerem alguns ditos populares, do tipo: “Por trás de um grande homem sempre há uma grande mulher”. Apenas devemos reconhecer que elas não são objetivos passivos de um poder que estaria nas mãos dos homens. Elas são sujeitos de poder e de resistência e de estratégias múltiplas que muitas vezes mesclam poderes, resistência e submissão (WOLFF, 1991, p. 89)

Em Blumenau, os espaços de convivência e lazer modificaram-se com o processo de urbanização a partir de 1860, quando surgem as primeiras sociedades de tiro, canto e com a ampliação das atividades de lazer para toda a família, com opções de participação em bailes, piqueniques e apresentações de teatro. A divisão dos espaços era bem definida pelas atividades para homens e mulheres: os homens socializavam com a celebração do tiro e as mulheres em seus rituais sociais.

O objetivo destas sociedades ia além das opções de lazer, era também uma forma de organizar-se para o fomento da cultura, agricultura, elevar o nível social, moral e científico da colônia, porém esses assuntos eram determinados pelos homens que participavam e, por acreditar que esses assuntos não diziam respeito às mulheres, ficava a cargo delas as decisões práticas para atuação da vida cotidiana, como produzir, vender, cuidar e educar os filhos. Assim, é possível concluir que a influência da mulher se dava no universo da reprodução e da produção.

Cabe destacar que o avanço da urbanização proporcionou mudanças que influenciaram hábitos e o modo de vida durante esse período de transição entre o espaço rural e urbano, criando-se novas regras para o uso dos espaços de lazer, religião e espaço público, surgindo, assim, espaços de convivência nem sempre acessíveis a todas as classes, raças e gêneros. As mulheres podiam frequentar praticamente todos os lugares, mas era mais habitual o envolvimento com a ambiência doméstica e com a vizinhança, caracterizando uma relação marcada por vínculos de solidariedade e controle moral.

No ambiente familiar, a mulher tem o poder de ser a dona da casa, assumindo o papel da mãe e também a função de gerir a casa e o cotidiano da família. Era, juntamente com os filhos, a força de trabalho da família, cujo chefe era representado pela figura do pai.

Wolff comenta um fato curioso sobre o início da colonização: algumas cartas trocadas entre o colonizador e seus amigos na Alemanha, onde o colonizador dizia que era importante trazer mulheres para a colônia, pois elas eram tão importantes como o pão de cada dia. Essa fala revela como a mulher era recebida em Blumenau, sendo esperadas pela necessidade de sua força de trabalho e com a função de dar condições para que a vida cotidiana (caracterizada pela questão do afeto, do cuidado, do alimento, do asseio e da necessidade de companhia para superar a solidão) acontecesse.

A partir de 1880, com o surgimento das malharias Hering, Karsten e Garcia, a cidade passou a se transformar de sua fase rural para uma fase de industrialização. A produção de malhas marca um novo momento do desenvolvimento econômico da cidade. Com esse novo movimento econômico, homens e mulheres passaram a mudar seu fluxo diário, dividindo as tarefas da casa, com a lavoura e com a indústria. As mulheres tornaram-se donas de casa, agricultoras, costureiras e tecelãs e passaram a atuar na base do desenvolvimento econômico de Blumenau, que, neste momento histórico, estava em boa parte ancorado em habilidades femininas.

Entretanto, essa “nova” condição de habilidade e disposição de trabalho não assegurou às mulheres a equidade de salário com os homens, sendo que elas ainda se mantiveram na condição de submissão política. Com isso, percebe-se que a força de trabalho das mulheres blumenauenses sempre esteve presente em diversos setores da economia, mas em condições de submissão, recebendo menos que os homens e com pouco espaço de influência política e econômica, reproduzindo o cenário estudado no capítulo anterior, o qual abordou a condição da mulher ao longo da história.

É nessa perspectiva que ocorreu a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da cidade de Blumenau. Porém, Wolff destaca que o mérito pelo desenvolvimento econômico

e político é sempre registrado como sendo dos homens brancos e empresários, ficando à margem dos registros históricos a contribuição das classes sociais (operárias e mulheres), e questiona essa condição, quando levanta dados de que quase a metade dos imigrantes que vieram para a região de Blumenau no período de colonização eram mulheres, e vieram com essa condição para disponibilizar sua força de trabalho e comprometerem-se com o desenvolvimento da cidade e da família. Compreender essa dinâmica territorial e sua relação de gênero revela a influência dessas relações como uma questão chave no processo histórico de construção da cidade, em seus aspectos culturais, econômicos e políticos.

2 A MULHER E SUAS PERCEPÇÕES, DEMANDAS E REFLEXÕES SOBRE A CIDADE

Este capítulo visa apresentar o detalhamento da metodologia aplicada nesta dissertação, bem como seu resultado e análise. O exercício realizado para atingir o objetivo de levantar a percepção, demandas e reflexões sobre a mulher e seu direito à cidade tomou como base a metodologia desenvolvida por Adriana Ciacoletto em seu livro *“Espacios para la vida cotidiana: auditoria de calidad urbana com perspectiva de gênero”*, que tem como objetivo incorporar a perspectiva de gênero a partir da experiência das mulheres ao vivenciarem a cidade em suas atividades cotidianas.

Levantar indicadores de qualidade urbana para subsidiar as decisões de intervenção no espaço urbano e a execução das políticas de gênero no urbanismo, além de atender a necessidade de avaliar as transformações urbanas e seu impacto sobre a realidade social, possibilita a construção de um ambiente mais humano, tendo em conta a diversidade das necessidades das mulheres através de uma abordagem que contribui para a sustentabilidade social e ambiental da cidade. Esta metodologia foi desenvolvida pela autora no contexto catalão e espanhol desde os anos 80, coincidindo com os primeiros conselhos democráticos, como meio para fomentar a aplicação de recursos e melhorias nos espaços públicos através da regeneração urbana de bairros antigos.

Essa metodologia é realizada em três etapas:

- 1) Diagnóstico Participativo;
- 2) Avaliação do Espaço Urbano;
- 3) Avaliação da Gestão Urbana.

Para esta dissertação, como o objetivo é levantar a percepção das mulheres em relação ao seu direito à cidade, essa metodologia não será aplicada em sua integralidade, assim, serão utilizadas algumas ferramentas sugeridas na etapa do diagnóstico participativo. O diagnóstico participativo corresponde à primeira fase do processo de leitura da realidade, onde se obtém os dados junto às pessoas para avaliação dos espaços, incluindo aspectos físicos, sociais e funcionais. Neste caso, utilizando-se de metodologias qualitativas, a partir da perspectiva de gênero, para determinar em que condições se desenvolve a vida cotidiana das mulheres no espaço estudado.

Este método pode ser considerado como uma ferramenta de monitoramento da cidade a partir de uma fase de diagnóstico, que se realiza a partir do cruzamento entre diferentes atores para incorporar eficazmente a dimensão cotidiana em que está inserida a perspectiva de gênero no planejamento urbano. Os indicadores propostos são decorrentes da necessidade de analisar e avaliar em que medida os elementos físicos dos diferentes espaços satisfazem as necessidades das pessoas que vivem no local estudado, incluindo dados qualitativos necessários para compreender a realidade e para que eles possam ser mensuráveis e comparáveis, tendo como resultado uma auditoria urbana, onde o relato dos usuários indica a situação e eficiência dos espaços da cidade, o que possibilita uma ação direta do usuário com as definições de política pública e intervenções urbanas.

Essas ferramentas podem ser aplicadas para diferentes fins, por exemplo, pedagogicamente, como material de treinamento e capacitação da comunidade, ou também podem ser utilizadas como ferramentas analíticas e de avaliação em fase de planejamento. Podem ser usadas tanto pela comunidade, quanto por profissionais e técnicos ligados a um projeto urbanístico específico que queiram verificar o impacto em diferentes grupos sociais. As etapas sugeridas por Ciacoletto para realizar o diagnóstico participativo são:

- a) Percurso de reconhecimento;
- b) Observação participante;
- c) Dinâmicas participativas;
- d) Entrevistas.

Cabe ressaltar que o recorte espacial definido para esta dissertação envolve o território da cidade de Blumenau como um todo, confrontando as diversas realidades sócio-espaciais em que vivem os grupos de mulheres participantes. O objetivo é ter uma percepção geral das mulheres em relação ao seu direito à cidade. Desta forma, as ferramentas escolhidas para serem aplicadas nesta dissertação foram:

Percurso de Reconhecimento: Consiste em realizar, com grupos de pessoas envolvidas na pesquisa, caminhadas a pé, para fotografar e anotar diferentes situações encontradas. Essa atividade pode ter vários enfoques para observação. Ciacoletto ressalta que essas ferramentas de aproximação e interação com a realidade espacial estimulam uma maior compreensão sobre seus direitos, servindo como prática pedagógica e de tomada de consciência por parte dos cidadãos. Neste sentido, ela também ressalta a importância de

divulgar e socializar os resultados das oficinas, fotografias, textos etc., com o restante da comunidade.

No caso desta pesquisa, este exercício teve enfoque na temática da segurança da mulher na cidade de Blumenau. Foi realizado um mapeamento *online*⁵ cujo objetivo foi identificar os lugares que passam sensação de insegurança. Essa ferramenta permitiu realizar um mapeamento coletivo dos locais compreendidos como inseguros para as mulheres em Blumenau.

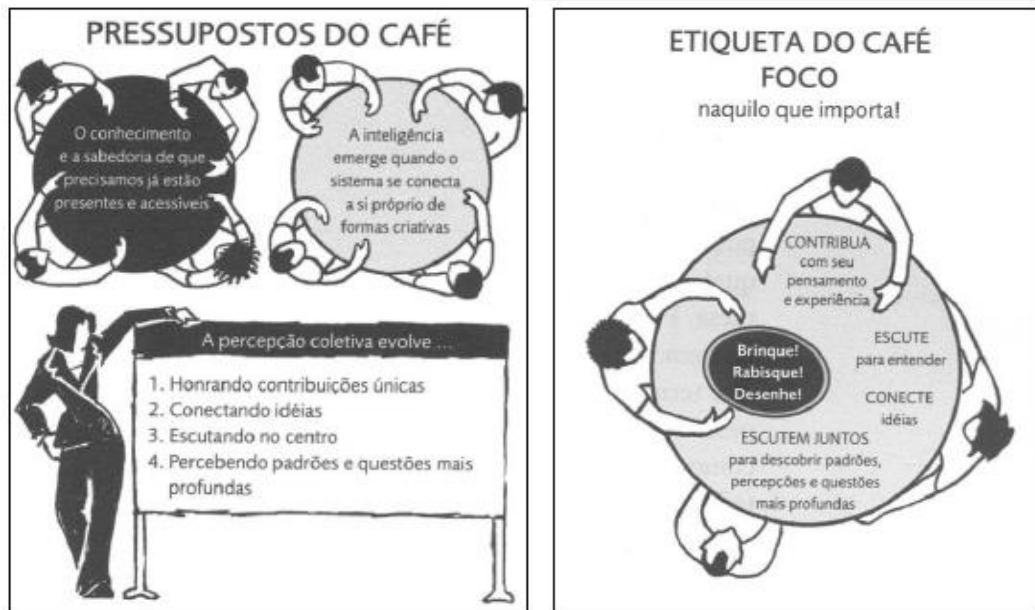
Diagnóstico urbano de gênero - DUG: Trata-se de um questionário detalhado, que busca complementar a atividade do percurso percorrido. Essa etapa foi aplicada através de uma pesquisa online, intitulada *Lugares das Mulheres: Diagnóstico Urbano de Gênero*⁶, com perguntas desenvolvidas a partir do material sugerido pelo método em questão.

Dinâmicas participativas: As dinâmicas participativas são um conjunto de atividades que se desenvolvem a partir da colaboração do usuário da cidade, com o objetivo de saber, a partir de seus comportamentos, hábitos e necessidades, como se dá a experiência do usuário em relação ao funcionamento dos espaços da cidade. Esta etapa ocorreu utilizando a ferramenta do *World Café*, a qual se trata de uma dinâmica que possibilita gerar *insights*, registros verbais, escritos e mapas sobre a questão-problema, tendo como foco descobrir e gerar conhecimento coletivo. Na Figura 3, encontra-se uma reprodução imagética da proposta metodológica e configuração espacial da dinâmica de *World Café* proposta por Brown e Isaacs:

⁵Formulário para o mapa coletivo sobre segurança na cidade disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1bSV84mVc7rq7dPNU3nE1O4Z_IeTfmLL1GhKzrpz-QAY/edit?uiv=1

⁶Formulário para o Diagnóstico Urbano de Gênero. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1uvOlxtGmlarDiFTM39NAd0CstnmlQrXo3Isjh6yFT64/edit?uiv=1>

Figura 3 - Proposta metodológica e configuração espacial da dinâmica de World Café.



Fonte: Brown e Isaacs (2007, p. 185).

As dinâmicas participativas *World Café* foram realizadas com a participação das mulheres dos locais e perfis determinados anteriormente, e a fase da pesquisa *online* foi aplicada a partir dos contatos nas redes sociais das mulheres que participaram das atividades presenciais, atingindo, assim, uma rede maior de mulheres. Em números, os encontros presenciais reuniram 55 mulheres, a pesquisa *online* teve a participação de 51 mulheres no questionário “Lugares das Mulheres: Diagnóstico Urbano de Gênero”, e 41 mulheres participaram do mapeamento coletivo dos espaços de insegurança, envolvendo um total de 147 mulheres.

Para nortear todos os conteúdos trabalhados na elaboração das ferramentas selecionadas (Percurso de Reconhecimento, Diagnóstico Urbano de Gênero e Dinâmicas Participativas), a pesquisa se dividiu a partir dos três eixos temáticos representados pela Figura 4, e os resultados são analisados a partir de cinco conceitos de qualidade urbana, que Ciacoletto considera necessários para uma boa adequação dos espaços da cidade para a vida cotidiana.

Figura 4 - Eixos temáticos estruturadores proposto pela metodologia “Espacios para La vida cotidiana: auditoria de qualidade urbana com perspectiva de gênero”.



Fonte: Ciacoletto (2014).

Os eixos estudados podem ser assim caracterizados:

Bairro e rede coletiva: Área determinada por um limite dentro do tecido urbano da cidade com uma determinada população residente, com características particulares. A rede cotidiana significa a relação entre os espaços e os equipamentos utilizados no cotidiano, onde as pessoas vivem suas realidades, como comércio, ponto de ônibus, ruas, espaços públicos.

Espaços de relação: São os espaços onde as pessoas interagem durante a realização de suas atividades cotidianas no entorno urbano, como calçadas, praças, esquinas, parques, ruas.

Equipamentos Cotidianos: São equipamentos indispensáveis, utilizados diariamente pelas pessoas do bairro como suporte para desenvolverem suas atividades da vida cotidiana.

Cada eixo se define a partir dos seguintes conceitos de qualidade urbana: a) proximidade, b) diversidade, c) autonomia, d) vitalidade e e) representatividade. Considera-se qualidade urbana as características necessárias para que o espaço urbano ofereça uma experiência positiva do cotidiano para as mulheres.

Ciacoletto (2014) define os conceitos de qualidade urbana como:

- a) **Proximidade:** Relação da distância em relação ao tempo percorrido entre os equipamentos da cidade, utilizados para realizar as tarefas cotidianas de

reprodução, produção e comunitária, considerando sua fluidez, conectividade entre as casas, comércio e equipamentos públicos, e levando em conta os meios de transporte disponíveis acessíveis a qualquer pessoa;

- b) **Diversidade:** Capacidade que o espaço oferece de promover a mistura social, física e funcional que permite o uso por uma variedade de pessoas, incitando diferentes atividades de uso e que atenda a variadas necessidades de pessoas, suas condições de gênero, idade, sexo e origem;
- c) **Autonomia:** É a condição que o espaço oferece para ser utilizado por qualquer pessoa com segurança, ser acessível para todas as pessoas, independente de qualquer condição física, limitações motoras ou que estejam com equipamentos de apoio;
- d) **Vitalidade:** é a capacidade de reunir, simultaneamente, a presença de pessoas diferentes envolvendo-se em atividades de interesse diverso. São espaços que estimulam os encontros e as trocas sociais, comerciais, culturais e políticas;
- e) **Representatividade:** A representatividade acontece quando se percebe e se tem o reconhecimento real e simbólico por toda a comunidade de modo a valorizar a memória, o patrimônio social das pessoas no processo de decisão urbana.

Com a intenção de capturar as percepções das mulheres em seu cotidiano em relação aos espaços e infraestrutura da cidade, essa metodologia nos ajuda a compreender como a vida se desenvolve na cidade, no desempenho de diferentes tarefas e papéis estudados anteriormente, como a reprodução, produção entre homens e mulheres, dentre outros.

Pode-se dizer que a metodologia proposta por Adriana Ciacoletto, ao envolver o usuário da cidade, traz esse recorte de gênero e disponibiliza um conjunto de ferramentas de interação e de trocas, aproximando os usuários da cidade com a sua própria realidade e desencadeando processos transversais de ações, em nível estrutural, de políticas públicas e de gestão pública.

Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, tais como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis. Resumindo, a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais

significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente (ARNSTEIN, 2002, p.1).

Assim, é possível concluir que se trata de um instrumento eficaz para promover a participação cidadã, defendida por Sherry R. Arnstein em seu texto/manifesto *Uma escada da participação cidadã*.

2.1 Lugares das Mulheres: A percepção das mulheres de Blumenau sobre seu direito à cidade: descrição e análise dos encontros do World Café

Aqui serão relatadas as experiências dos encontros do *World Café*, encontros esses que visaram promover um diálogo entre os grupos de mulheres que participaram da pesquisa, seguindo de um registro coletivo de suas percepções sobre seus direitos à cidade. Os encontros aconteceram durante o primeiro semestre de 2016 em diversos locais. Foram realizados seis encontros presenciais, envolvendo 55 mulheres da cidade de Blumenau com diferentes perfis socioeconômicos.

É importante relatar como foram estabelecidos os contatos e os critérios para organizar esses encontros entre os diferentes grupos de mulheres que participaram da pesquisa. Foram previstos três grupos distintos de mulheres - acadêmicas de arquitetura, movimento de mulheres e moradoras de bairro incluindo alguns condomínios residenciais do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. A partir dessa estrutura, deu-se a trajetória de contatos com as respectivas lideranças e os encontros foram sendo agendados conforme a disponibilidade dos grupos. Vale ressaltar que os grupos de mulheres definidos para compor a pesquisa não foram determinados pela localização geográfica, mas a questão do perfil socioeconômico e nível de engajamento com as questões das mulheres foi o critério principal para a escolha dos grupos.

O contato com as moradoras dos condomínios Minha Casa Minha vida se deu através de encontros organizados pelas assistentes sociais da Paniel, empresa contratada pela Caixa Econômica Federal para realizar atividades de integração social em alguns condomínios da cidade. Neste caso, o *World Café* aconteceu como uma atividade de integração e capacitação comunitária para as moradoras do Condomínio Residencial Parque Paraíso, no bairro Passo Manso, com a participação de 14 mulheres e do Condomínio Parque das Nascentes II, no bairro Progresso, onde aconteceram dois encontros, tendo o primeiro 9 participantes e o segundo, 10.

O encontro com as mulheres moradoras do bairro Itoupavazinha se deu através do contato com uma professora do Centro de Educação Infantil (CEI) Robert R. Barth, que organizou em sua casa e convidou algumas amigas e vizinhas para participarem, totalizando 7 mulheres.

Com o grupo de mulheres do curso de arquitetura, o *World Café* foi realizado como uma atividade proposta por mim durante o evento promovido pela rede de mobilização Minha Blumenau, integrando a programação do Circuito Mulheres Mobilizadas. Esse circuito reuniu, ao longo do mês de março de 2016, várias atividades para discutir os direitos das mulheres num âmbito geral na cidade de Blumenau. Foram várias temáticas abordadas por diversos grupos e coletivos de mulheres. Como o tema da discussão sobre o direito à cidade foi promovido no local conhecido como Galpão da Arquitetura da FURB, acabou concentrando um maior número de alunas da arquitetura, somando um total de 5 participantes.

O encontro com as mulheres representantes dos movimentos e coletivos foi realizado em uma atividade organizada por mim e o Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura durante programação do Ateliê Vertical 2016, atividade integradora do curso de Arquitetura e Urbanismo com a comunidade. Neste encontro, a atividade do *World Café* contou com a presença de mulheres de outras áreas da FURB e de coletivos da cidade, como representantes da Casa da Mãe Joana⁷, Mulheres do Movimento Lilás⁸ e União Brasileira de Mulheres (UBM)⁹.

Ainda durante o Ateliê Vertical, além do *World Café*, também foram realizadas duas performances com as alunas da arquitetura, motivadas pela discussão sobre direito das mulheres à cidade. Essa experiência também se encontra registrada neste capítulo, mesmo que não tenha sido prevista na metodologia, como consequência do debate promovido pelas integrantes da atividade aplicada no *World Café*.

Importante ressaltar que a fase de contato com representantes dos grupos para estruturar os encontros foi um momento de trocas significativas entre mim e as lideranças,

⁷ O Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana é uma organização feminista criada em junho de 2013 em Blumenau. Busca reunir as mulheres da região para grupos de estudos, ações, panfletagens, palestras e eventos em geral para divulgar o feminismo e articular estratégias para libertação feminina.

⁸ O Movimento Lilás é um movimento de mulheres cujo propósito é articular e promover momentos de encontro e diálogo entre os coletivos feministas, grupos de mulheres e comunidade para discutir as pautas das mulheres em Blumenau – ocupando os espaços, seja das praças ou de qualquer outro para conectar as pessoas, resgatar e ressignificar o caráter público, coletivo, político, pedagógico e de lazer dos espaços públicos da cidade. Criado em abril de 2016.

⁹ UBM – União Brasileira de Mulheres é uma entidade nacional, sem fins lucrativos, que luta pelos direitos e emancipação das mulheres, visando a construção de um mundo de igualdade contra toda opressão.

uma vez que a maioria das participantes se interessou pelo tema por nunca terem tido a oportunidade de fazer tal debate.

A seguir, os relatos serão transcritos contextualizando cada encontro e destacando as principais narrativas, que não terão suas autoras reveladas, pois a maioria das mulheres participantes da pesquisa solicitou que seus nomes fossem preservados. Apenas as imagens foram autorizadas para publicação.

A atividade do *World Café* recebeu um título - Lugares das Mulheres - para facilitar a compreensão do tema da pesquisa por aquelas que foram convidadas a participar. Essa simplificação foi necessária para tornar a comunicação inicial mais legível, uma vez que o tema do planejamento urbano e direito à cidade são conceitos complexos para o entendimento imediato pela maioria das mulheres que participaram da pesquisa.

Todas as mulheres que vieram para os encontros foram convidadas a participar do grupo do *Facebook* denominado Lugares das Mulheres¹⁰, grupo *online* criado para conectar as mulheres que participaram dos encontros e promover o acompanhamento das mesmas ao longo dos debates e desfechos da pesquisa. Esse ambiente ajudou a estabelecer uma rede entre as mulheres, uma vez que o debate continuou com diversos grupos com outras atividades não previstas, como o movimento da Praça Lilás, Manifesto Lilás entre outros momentos de discussão que serão aqui relatados.

Todos os encontros seguiram a mesma estrutura, desta forma, cabe detalhar as etapas dos encontros como padrão para todos os grupos. O roteiro (Apêndice A) foi entregue para cada grupo e conta com uma breve introdução para o exercício, destacando o objetivo de discutir coletivamente os direitos das mulheres à cidade na condição de usuárias, bem como perceber quais são as principais demandas para o desenvolvimento da rotina cotidiana e quais contribuições trariam para o planejamento urbano da cidade de Blumenau. No texto do roteiro fica claro o objetivo do conteúdo do encontro para a construção da Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau.

Sobre a condução do exercício, cada grupo teve uma anfitriã, que se manteve fixa na mesa com a função de registrar, na folha branca, todas as palavras-chave na coleta das informações e falas do grupo. No formato original do *World Café*, a cada pergunta é feito um rodízio entre os participantes, ficando a anfitriã fixa na mesa para realização da coleta, porém como a quantidade de participantes foi pequena em cada encontro, esse rodízio não foi possível. Manteve-se, então, a anfitriã para realizar os registros e as perguntas foram

¹⁰ O acesso para o ambiente virtual do grupo Lugares das Mulheres na rede social Facebook está disponível em: <https://www.facebook.com/groups/737144309720514/?fref=ts>

discutidas com o mesmo grupo do começo ao fim da atividade. Foram três perguntas com uma média 15 a 20 minutos de diálogo cada. Somando-se ao tempo de introdução e fechamento das discussões, os encontros tiveram em média uma hora e meia de duração. Desta forma, as perguntas que nortearam os diálogos foram as seguintes:

1) Blumenau atende seu direito à cidade? Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito à cidadania, à qualidade de vida e à emancipação.

2) Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.

3) Quais alternativas e soluções as mulheres incluiriam no planejamento da cidade?

Por fim, cabe mencionar que os diálogos foram gravados e registrados a partir da escrita coletiva. Esses relatos foram todos transcritos para serem analisados posteriormente aos encontros. Os registros originais escritos durante os encontros foram fotografados e os links de acesso às gravações estão disponíveis nos endereços eletrônicos indicados no início de cada relato.

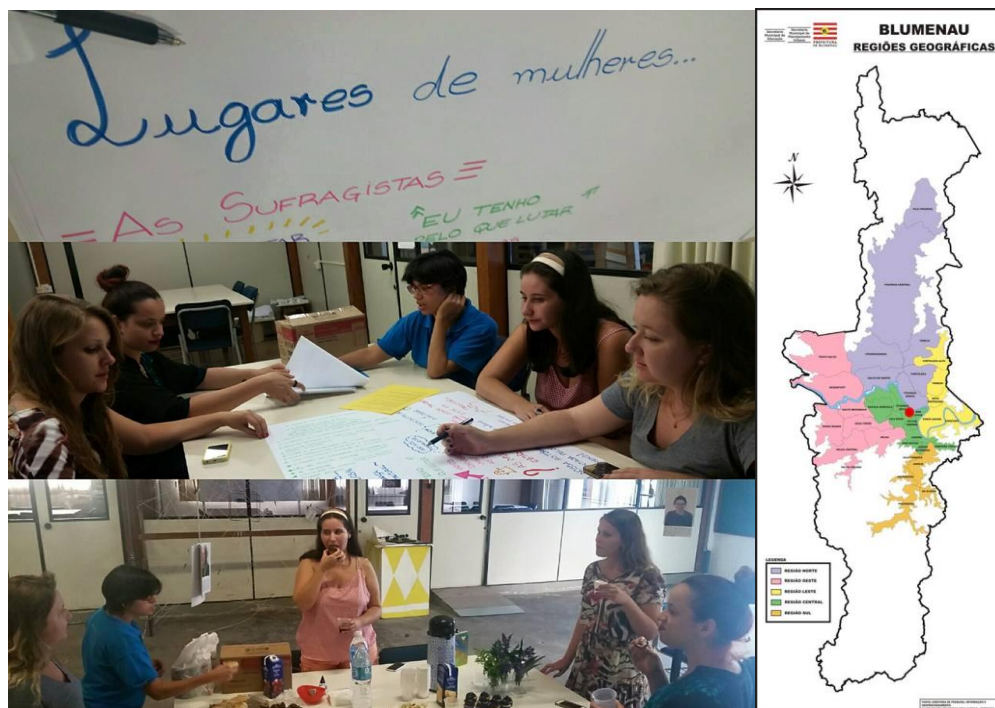
1. Grupo: Circuito Mulheres Mobilizadas

Local: Galpão da Arquitetura da FURB

Data: 12/03/2016

Participantes: 5 mulheres

Figura 5 - Fotos do primeiro encontro “Lugares das Mulheres - World Café”, realizado durante o Circuito Mulheres Mobilizadas no mês de março 2016 pela rede Minha Blumenau, no Bairro Vitor Konder no Galpão do Curso de Arquitetura – FURB.



Fonte: Autora.

O encontro do grupo 1 aconteceu no bairro Victor Konder no Galpão da Arquitetura da FURB, localizado próximo à região central da cidade como está indicado no mapa da Figura 5. Esse encontro reuniu 5 mulheres, entre alunas do curso de arquitetura e profissionais liberais, a maioria delas com faixa etária entre 20 e 25 anos. A seguir será descrito e analisado o registro realizado pelas participantes.

RODADA 1

Questão: Blumenau atende seu direito à cidade?

Refletindo sobre a rotina diária, aprofundaram a questão da sobrecarga de responsabilidade e que não têm divisão de tarefas com as famílias. O grupo começou esse

diálogo abordando a questão do corpo e da segurança, fizeram uma profunda discussão sobre o medo e a autonomia da mulher para utilizar a cidade, o direito de ir e vir e todos os limites que a cidade oferece para isso. Destacaram a questão do uso da cidade no período da noite, e identificam que a falta de iluminação pública e terrenos baldios são espaços de insegurança, e que muitas vezes desistem de usar a cidade neste período por medo. Concluíram que a cidade não está preparada para permitir que a mulher utilize a cidade sozinha.

Destacaram que a cidade não acolhe as atividades das mães e das crianças menores e bebês; que as famílias que se encontram nesta fase da vida têm seu acesso à cidade limitado; que o transporte coletivo não oferece segurança; que as calçadas não são acessíveis, em sua maioria, para a circulação com carrinhos de bebês e os espaços públicos de lazer não oferecem opção para crianças menores brincarem.

Outra questão levantada foi a falta de espaços e equipamentos para atender as necessidades básicas de uma criança ao utilizar a cidade, como banheiros públicos. Acreditam que a delimitação dos espaços específicos para amamentar gera um constrangimento para a mulher, pois essa é uma necessidade fisiológica e que qualquer lugar deve ser considerado apropriado para tal função. Concluíram que essa condição faz com que a vida das mulheres, mães de filhos na primeira infância, seja de isolamento e solidão. E que esse isolamento dificulta a sociabilidade das crianças em espaços públicos, ficando restritas aos ambientes de creches, à intimidade do lar e, em alguns casos, aos espaços de condomínios, onde as crianças crescem sem a experiência de aprender a se socializar em espaço público. Destacaram que a frase mais comum que escutam nesta fase é: “aqui não é lugar de criança”.

RODADA 2

Questão: Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.

Como alternativa, o grupo destacou a importância de inserir a mulher na política - para que as leis sejam feitas por mulheres - porque acham relevante buscar alternativas para garantir o direito à cidade. Sugeriram que a cidade precisa considerar espaços de lazer para todas as etapas de vida da criança e pensar espaços para mães realizarem suas atividades de lazer e equipamentos para atender à demanda das mulheres em suas atividades diárias ligadas a reprodução.

Ficou claro na fala do grupo a necessidade de encontrar e estruturar os espaços na cidade para os afazeres específicos das mulheres, por considerarem que a rotina das mulheres é sobreposta de várias atividades que incluem a dimensão da reprodução e da produção. Afirmando o que diz Zaida Muxi ao defender a importância de inserir a questão de gênero no planejamento urbano, uma vez que as mulheres utilizam a cidade de uma forma diferente do que os homens, surgem as especificidades, revelando que não há uma resposta de qualidade universal para o urbanismo, que é pensado de forma homogênea.

Outro aspecto levantado foi a consciência da falta de representação por parte das mulheres na construção da cidade, e esse é um dos critérios de qualidade levantado por Ciacoletto. Quando o grupo não se vê representado nas soluções, há um sentimento de limite de acesso e de pertencimento, e isso fica claro quando elas reivindicam espaços para todas as etapas da vida das crianças e para as mães.

Os espaços de relação, onde a vida acontece na cidade, a questão da mobilidade e segurança apareceram em destaque, revelando que há baixa autonomia por parte das mulheres ao usarem a cidade, por sentirem-se inseguras e sem condição de usar as calçadas e espaços de circulação.

2. Grupo: Itoupavazinha

Data: 31/04/2016

Áudio: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B7mTYxB83BTYzy1Dd21qRDBXdU0>

Participantes: 7 mulheres

Figura 6 - Fotos do segundo encontro “Lugares das Mulheres - World Café” realizado na residência da Professora Cirlei Daros, no bairro Itoupavazinha, em Blumenau.



Fonte: Autora.

O encontro realizado no bairro Itoupavazinha, localizado na região norte da cidade, reuniu 7 mulheres, em sua maioria professoras do CEI – Robert R. Barth, empresárias e profissionais autônomas, com faixa etária entre 20 e 50 anos. A seguir será descrito e analisado o registro realizado pelas participantes.

RODADA 1

Questão: Blumenau atende seu direito à cidade?

Nenhuma das mulheres presentes participou das reuniões do Plano Diretor, apenas uma integrante participou da associação dos moradores. Nenhuma participante tinha conhecimento sobre o Plano Diretor. Após explicação sobre o significado e abrangência do mesmo, uma das participantes se expressou da seguinte forma:

"É divulgado em jornais e tal, mas o povo não tem esse conhecimento, o que é esse plano? Pra quê serve? Ele é divulgado, mas não é explicado, então não adianta divulgar se não tem uma explicação".

Lembraram, no meio da discussão, que foi divulgado no "Jornal do Almoço" da RBS, mas que a maioria não sabia do que se tratava. Reclamaram que a maioria das audiências é marcada no centro da cidade e que é uma dificuldade para participar. Além da dificuldade de acesso, cabe destacar a falta de credibilidade com os resultados das audiências. Representando o que traz Arnstein sobre a questão da participação cidadã, quando não há encaminhamento daquilo que se faz coletivamente surge o sentimento de não pertencimento, manipulação e descrédito. Esse sentimento aparece nas falas desse trecho de diálogos entre algumas das participantes:

"E também não vale muito a pena, porque, na teoria, eles até escutam a gente, mas na prática eles não levam em consideração, não compensa ir".

"Mas é por isso que a coisa não funciona, exatamente por isso, porque o povo pensa: 'eu não vou ser ouvido, então eu não vou porque eu não vou ser ouvido' e aí não vai ser ouvido mesmo".

"É porque todo mundo acha que não vai fazer diferença".

"A gente vai, vai ser ouvido, mas eles não colocam em prática aquilo que a gente pediu, eles vão ver o que beneficia a eles, o que for mais prático pra eles, mais lucrativo pra eles, e não o que a comunidade tá pedindo, porque o que é a comunidade? É os bairros, o centro, é o comércio, o que vota é o bairro, mas o que eles fazem, projetam a cidade para o turismo e não para o morador que é quem deixa a cidade em pé o ano inteiro e não só nas datas comemorativas".

"Como é difícil trazer mulheres! Hoje eu convidei para vir aqui em casa quase intimando as pessoas, você tem que implorar para a mulher vir em qualquer tipo de reunião... Conversei por telefone, mandei *whats*, mas não adianta".

"Eu acho que está num geral, assim, tipo, eu começo a trabalhar, nós temos trabalho próprio, 9 horas até o meio dia, depois volto lá pelas 14 horas e vou até lá pelas 18 horas, depois às 22 horas eu começo meu terceiro turno, que é quando o caminhão chega e eu começo a trabalhar tudo de novo, então eu vim mesmo porque minha filha falou: 'vamos lá, mãe, vai ser legal' e aproveitei para te visitar (referindo-se a anfitriã, que tinha acabado de fazer uma cirurgia). Então, assim, em outras circunstâncias eu não iria, porque eu estou cansada, porque eu não tenho só o trabalho, tenho minha casa, tenho marido, tem a filha".

"A mulher tem diversas jornadas".

"A mulher fica acomodada com as coisas, tem mil e uma obrigações, com

trabalho, com a casa, com filhos... Deixa pra lá, rua tá ruim, mas tá bom assim, a gente se desloca. Ah, tá bom, os homens que decidem".

"Mas eu acho que a voz das pessoas tem peso sim, tem aquele projeto que já tem barba branca, daquela ponte no centro, aquele pessoal da Ponta Aguda não quis, foram lá, protestou e foi negado, por quê? Porque eles foram lá, protestaram, berraram e realmente vão mudar de local, não sei onde vai ser agora, provavelmente vai levar mais uns 10 anos".

"Eu acho isso: quanto mais gente na rua, melhor pra gente andar".

"Por isso que eu te digo, tava anoitecendo, eu ando ali na BR, nos dois lados é mato, tem a ponte, dos lados tem mato, então eu tenho que descer, tem muito terreno baldio, não tem iluminação, então teria que andar no escuro, então por isso que eu preferi ir pro ponto de ônibus, esperar quase uma hora pra chegar em casa, do que levar 15 ou 20 minutos caminhando a pé. Mas assim, minha filha quando fazia faculdade a noite na Uniasselvi, chegava 22h00min. Eu descia o morro e ia esperar a minha filha, pra ela não precisar 22h00min tá subindo sozinha o morro e também porque tem um matagal perto da minha casa. Todo dia, podia ter chuva forte, eu pegava minha sombrinha e ia lá buscar ela no ponto de ônibus".

"Acaba se colocando em risco, e muitas vezes podia ter acontecido com as duas".

A maioria das mulheres relatou que levavam e buscavam seus filhos na escola, quando eram menores, ou quando os filhos não tinham carro. Esse sentimento fica claro nesta fala: "A gente não depende de ônibus, mas se precisasse, não sairíamos de casa à noite."

Neste trecho da conversa apareceu a questão da falta da representação das mulheres, o descrédito com a participação, e o acúmulo de funções apareceu como um fator limitador para a participação das mulheres. Da mesma forma que em algumas falas percebeu-se a crença de que a participação coletiva pode ser uma saída para promover tais mudanças.

Outra questão importante que apareceu nesse debate foi o relato sobre o medo de usar a cidade e a necessidade de proteger os filhos durante os percursos no período noturno, afirmando o que fala Zaida Muxi sobre a questão da segurança e da mobilidade, onde ela aponta a necessidade das cidades buscarem uma solução para mobilidade mais segura para as mulheres.

RODADA 2

Questão: Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito a cidadania, qualidade de vida e a emancipação.

Nesta segunda rodada, elas identificaram que as praças são escassas e ficam longe de suas casas, e destacam que não tem praças no bairro; identificaram apenas o Parque Ramiro Ruediger como referência de espaço público de lazer. Consideraram este (o parque Ramiro) como sendo longe e centralizado, e que não atende a demanda do bairro. Sempre que vão usar, precisam se deslocar e isso é um impedimento diário. As creches também foram identificadas como insuficientes, e foram discutidas também as opções de lazer na cidade.

"Se nós formos considerar a nossa situação aqui do bairro, que é onde nós estamos, nós temos o shopping, espaço fechado e de consumo".

"Mas se a gente for analisar, nos últimos 10 anos, agora nos temos shopping, supermercado grande, temos rua asfaltada, eu acho que a nossa infraestrutura aqui é legal! Tem cinco creches, mas não tem vaga".

"Temos equipamentos de comércio, mas não tem praça, o shopping é um lazer pago, não público, tem que pagar pra ter".

"[...] E o lazer mais para homens que pra mulheres, isso que tem que ver, nós temos aqui a associação da Altona, que tem futebol, vôlei masculino, bocha, tem aqui, daí é aqui no Aurora, tem bocha, tem ali na Uniasselvi também, campinho de futebol".

"Sim porque eles têm tempo, né, nós 'tamo' sempre tendo que fazer as coisas".

"Eu sempre digo: 'oh, muitas pessoas dizem que muitos homens ajudam, ajudam, mas eles primeiro pensam no umbigo deles, depois eles ajudam'".

"Eles transferem a responsabilidade para a mulher, ajudar, ajudam porque os tempos são outros, mas responsabilidade ainda está muito nas costas das mulheres".

"E assim oh! Os homens têm o dia do futebolzinho deles, o dia da bocha, aí a mulher diz assim: 'Ah! eu vou sair e vou em algum lugar, aí tem que ver se dá, se o marido fica com o filho para poder liberar'".

Nesta rodada, duas questões sobre o conceito de qualidade foram abordadas. A falta de equipamentos para a rotina do cotidiano, como praças e creches, demonstrou que há uma baixa qualidade na rede urbana do bairro. Isso ficou claro quando elas apontaram a escassez de espaços de lazer e a falta de diversidade, e que a prioridade das atividades de lazer existentes são para os homens, restando às mulheres apenas o espaço de lazer dos shoppings, que é privado.

Também apareceu outra questão importante, que é a necessidade da divisão das tarefas cotidianas com os respectivos companheiros, afirmando que, nessa nova dinâmica de vida da mulher contemporânea, esse é um desafio constante para complementar o processo de

emancipação em relação ao seu tempo, desejos e qualidade de vida, como bem foi colocado por Gonzaga.

RODADA 3

Questão: Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.

Nesta etapa do diálogo, chama atenção a elaboração das propostas sobre a questão da mobilidade e sistema de funcionamento dos equipamentos públicos. Nesse trecho é possível compreender o que falou Montaner sobre a representação coletiva das mulheres, uma vez que a maioria das propostas indicadas abordou o problema de toda a família. Segue abaixo o registro das falas:

“Mais creche e com qualidade”.

“Mais transporte, ter linhas exclusivas para transporte para estudante, ônibus com espaço diferenciado para criança, com cadeirinha, assim como tem para o deficiente, considerar a segurança da criança”.

“Mais horários de ônibus para atender a demanda das mulheres com suas funções de reprodução, assim não precisaria pegar o ônibus tão lotado. Iluminação pública”.

"Postos de saúdes estão bem precários, e quem mais usa os postos de saúde são as mulheres, porque elas levam os seus filhos e chegam lá não tem médico, não tem atendimento nem pra ela nem pro filho, aí eles mandam no Pronto Socorro, aí chega no Pronto Socorro também não querem atender porque tem os Postos nos Bairros".

"Deveria ter um centro de atendimento à mulher, ginecologia, exames, tudo no mesmo espaço".

“Cada bairro precisaria ter uma estrutura de ouvidoria, pra levar para prefeitura, associação de moradores. Ter uma representante mulher”.

“Descentralizar as estrutura da cidade para os bairros, não deixar tão focado no centro”.

Houve a sugestão de ter um espaço de atendimento à criança integrado ao centro da saúde da mulher. Aproveitar pequenos espaços para fazer pequenas áreas de lazer, aproveitar os espaços designados para área pública nos loteamentos para criar uma rede de espaços

coletivos, de lazer e hortas multiuso. Utilizar os espaços desocupados pela tragédia de 2008 (enchente) e fazer espaços públicos.

Neste momento de fechamento do debate, as reivindicações e sugestões apontaram para a necessidade do fortalecimento das redes de equipamentos dos bairros para otimizar o cotidiano e o atendimento às demandas das famílias. Ficou evidente a dificuldade em utilizar os equipamentos de saúde por serem descentralizados e por não se ter uma informação clara de como e onde acontecem os atendimentos, exigindo assim um maior deslocamento por parte dos usuários.

3. Grupo: Passo Manso

Local: Residencial Parque Paraíso

Data: 22/04/2016

Áudio: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B7mTYxB83BTYWU5qRFkxTFVhZkk>

Participantes: 14 mulheres

Figura 7 - Foto do terceiro encontro “Lugares das Mulheres - World Café”, realizado no salão de festas do Residencial Jardim Paraíso, no bairro Passo Manso, em Blumenau.



Fonte: Autora.

O encontro realizado no bairro Passo Manso, localizado na região oeste da cidade, foi organizado pelas Assistentes Sociais da empresa Painei, que presta serviços para a Caixa Econômica Federal com atendimento às famílias que moram nos Condomínio MCMV. Neste caso, o encontro aconteceu no Residencial Jardim Paraíso e reuniu 14 mulheres, com faixa etária entre 20 e 70 anos. Entre elas, haviam mulheres aposentadas, diaristas, operárias e

profissionais da área da assistência social representando a empresa Paniel. A seguir será descrito e analisado o registro realizado pelas participantes.

RODADA 1

Questão: Blumenau atende seu direito à cidade?

Neste grupo, a primeira questão levantada foi o sentimento da insegurança e do medo, e explicaram quais são os diversos tipos de dificuldade e sentimentos que afligem seus cotidianos. Inicialmente, não apareceu uma fala direta sobre o direito à cidade, elas tiveram dificuldade de elaborar o conceito do direito, e começaram o diálogo com a seguinte fala:

“Esse negócio da segurança tá muito ruim, tá difícil pra nós. Qualquer horário do dia”.

“A gente sai pra trabalhar 05h00min da manhã, a gente percebe gente estranha que sai do nada, então tá horrível, você não tem segurança. Blumenau está igual Rio de Janeiro”.

Ampliando a pergunta para o grupo, se mais alguém compartilhava de tal sentimento, a resposta de uma moradora chamou a atenção, dizendo que não podia dizer nada, pois ela não saía de casa, porque tinha uma dificuldade de locomoção e que isso impedia que ela saísse na rua. Ao ser indagada sobre o sentimento do restante da família, ela responde que tem um neto, e que não tem coragem de deixá-lo andar sozinho na rua, porque tem muito medo, e que o seu marido leva e busca o neto na escola, e que esse é o principal trajeto que o neto faz na cidade. Disse também que sente medo da violência, tanto do trânsito como de violência física.

Sobre a questão da mobilidade, a maioria respondeu que se locomove na cidade de ônibus, consideraram o ponto de ônibus distante e o trajeto até ele, inseguro. Ao serem questionadas por que os consideram inseguros, a resposta foi a seguinte:

“Não, não é seguro não, porque bem de atrás tem uma capoeira, tem assim, a gente fica ali com medo, se cuidando toda vida né! Olhando sempre pros lados, fica muito na beirada da capoeira, né, não tem morador não tem nada, ele devia parar bem aqui na frente do condomínio”.

Consideraram o acesso até a “cidade” muito longe. Reclamaram da demora dos ônibus, argumentando que tem poucos horários, principalmente aos sábados e feriados. Ao

serem questionadas sobre o uso da cidade à noite, a maioria disse que não sai à noite, que usam mais a cidade durante o dia.

Ao serem questionadas sobre a percepção do direito à cidade, responderam que precisa ter mais ônibus, e reclamaram que não tem equipamento perto para realizar as atividades diárias, sempre dependem de ir até a “cidade”, que é muito longe e que não tem ônibus. Consideraram a centralidade mais próxima o supermercado *Cooper* e o terminal de ônibus da Velha, e reclamaram do banco, que não aceita receber contas, e que sentem falta de uma lotérica.

Sobre os equipamentos públicos, o acesso ao posto de saúde é próximo, porém a dificuldade está na logística de marcar os horários, fila etc. A escola também é bem avaliada pelo grupo, porém a escola da Rua Bahia é considerada a de acesso mais seguro, e a escola da Rua José Reuter a mais perigosa, porque precisa passar por um matagal. Neste caso, as crianças vão a pé, acompanhadas dos amigos.

Sobre a ocupação da região com vários condomínios, consideraram que tem poucos equipamentos, destacaram a vinda da delegacia como algo positivo, e que o posto de saúde é insuficiente.

Discutiram com profundidade a necessidade de áreas de lazer, destacaram que o bairro não tem praças e que o condomínio não tem área de lazer, e que o pouco que tem está quebrado e as crianças e jovens não têm espaço para brincar. Quando foram questionadas se a cidade tinha espaço para elas, disseram que os pontos que tem academia ao ar livre são distantes, e que isso é uma reivindicação dos moradores dos outros residenciais também. Esta constatação fica clara na seguinte fala:

“Tinha que ter espaço para as crianças, os *aborrecentes*, os *veiacos* e *pra nós*, tinha que ter alguma coisa pra gente fazer”.

Equipamentos da Pró-Família foram identificados como uma boa opção de lazer e aprendizado para toda família.

Sobre a participação: a maioria não participa das atividades do bairro. Não participaram do Plano Diretor, nunca ouviram falar, e não receberam convocação para participar das audiências de revisão do Plano Diretor 2016.

Esse trecho das falas apontou a falta de equipamentos urbanos para atender a demanda dos moradores dos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, uma vez que são dois condomínios próximos que geram uma demanda de mais de 700 famílias para a região. Outra

questão que foi possível levantar foi a falta de qualidade dos espaços de relação, calçadas, pontos de ônibus e terrenos baldios, mostrando uma realidade que afeta a segurança para caminhar e utilizar o transporte público. Ainda na análise dos critérios de qualidade urbana, chama atenção a falta de diversidade de uso dos equipamentos próximos aos condomínios, o que gera uma dependência maior de utilizar os equipamentos mais centrais da cidade, como é o caso da falta de bancos, comércio e espaço de lazer.

RODADA 2

Questão: Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito à cidadania, à qualidade de vida e à emancipação.

Refletindo sobre a rotina diária, aprofundaram a questão da sobrecarga de responsabilidade e que não têm divisão de tarefas com as famílias.

A maioria das mulheres do grupo, em idade produtiva, trabalha fora do bairro.

Não consideraram os ônibus atuais seguros e as mulheres idosas do grupo reclamaram sobre a segurança.

Vale ressaltar o debate sobre a demanda por mais espaços de lazer, a partir dos seguintes comentários:

“Mais espaço para as crianças brincarem, só tem no AG (Ambulatório Geral) da Velha ou no centro. Quando eles construíram todos esses residenciais, eles sabiam a quantidade de gente que iria vir morar aqui, e não tem espaço para as crianças brincarem e extravasar suas energias, porque dentro dos condomínios tem muita regra, então você não tem como dar liberdade. O pequeno parque que tinha no condomínio está destruído, e só era pra crianças de quatro anos pra baixo. Para adolescente não tem nada, para juniores nada tem”.

Quando foram questionadas se tinham opção de lazer para as mulheres, o grupo foi unânime em dizer que não tinha opção de lazer no bairro, e fazem uma reflexão sobre a condição das crianças:

“Tem um monte de terreno aqui pertinho, e podiam fazer um parque. Porque tem muita gente, e não tem onde pôr as crianças. Quem tem carro leva e pronto, e quem não tem carro tem que ficar aqui, só que nem tudo você consegue dizer ‘não’ para uma criança, tudo ‘não’ para um filho, tem hora que você tem que relaxar um pouco e deixar ele se expressar, porque o que vai acontecer: dentro da sua casa eles vão começar a brigar, vira aquela confusão, porque ‘aqui fora nada posso’ ‘pra dentro nada posso’, nas estradas as empresas reinam, as empresas estão filmando tudo e querem abrir processo

pra justiça, então, assim é o lugar que nós viemos parar, um cubículo e não temos direito a nada, nós só temos a casa, tudo aqui é conflito porque nós não temos espaço pra soltar”.

Questionadas sobre a bicicleta como meio de promover a mobilidade, algumas mulheres disseram que tem bicicleta, mas não usam. Destacaram que não tem bicicletário no condomínio, que algumas crianças vão para as escolas e consideram que se tivessem estrutura de bicicletário e ciclovias, teriam disposição e interesse de utilizá-las como meio de transporte no dia-a-dia.

Discutiram sobre o processo de mudança e adaptação das famílias no condomínio, considerando que a maioria das famílias veio de vários locais da cidade: Nova Esperança, Pedro Kraus, Coripós, Escola Agrícola, Vorstadt, Rua Araranguá, Velha, e que não foi fácil o início da adaptação, pois moravam anteriormente em casas, e, no início, tiveram que se organizar sozinhos e acreditam que se tivessem tido apoio de uma equipe do governo municipal para orientá-los, teria sido mais fácil.

Ao serem questionadas sobre essa experiência negativa de organização, se elas consideravam que teria uma chance de se organizar e melhorar, todas reagiram de forma negativa, considerando que os vínculos e as regras já estavam formados e que as pessoas eram resistentes, mas que as crianças, sim, poderiam mudar, porque elas poderiam aprender de um jeito diferente no ambiente em que vivem.

RODADA 3

Questão: Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.

As principais sugestões desenvolvidas nesta rodada incluíram a necessidade de ampliar a rede de equipamentos públicos como creches e espaços de lazer, como é possível verificar abaixo:

“Nos bairros, aumentar as creches”.

“Área de lazer para todas as idades”.

“Mais horário de ônibus, nos sábados e domingos”.

“Mais ciclovias”.

Foram incentivadas a escolher uma prioridade, dentre todos esses problemas levantados, e foram unânimes em escolher o espaço para crianças, uma praça para as crianças e adolescentes, e, no desenvolver da conversa, começaram a levantar as prioridades para elas também. Identificaram vários locais próximos que poderiam receber uma praça e se dispuseram a organizar um espaço no próprio condomínio. O grupo todo percebeu que a organização social é determinante para conseguir as mudanças necessárias, e que as mulheres do grupo têm disponibilidade para ação conjunta. Ao final da conversa, me convidaram para elaborar um projeto para o espaço das crianças e disseram que tendo ajuda para fazer o projeto elas poderiam organizar um mutirão para construção do espaço.

Este grupo expressou a necessidade e a disponibilidade de atuarem de forma coletiva, um sentimento que aparece em outros momentos do estudo sobre a disponibilidade das mulheres para participação de movimentos que influenciem a qualidade de vida de suas famílias. Neste caso o foco seria a mobilização para resolver os espaços das crianças.

4. Grupo: Bairro Progresso – Condomínio Residencial Parque das Nascentes II

Data: 29/04/2016

Áudio: <https://drive.google.com/drive/folders/0B7mTYxB83BTYT1R6QnZONUVVQVE>

Participantes: 9 mulheres

Figura 8 - Foto do quarto encontro “Lugares das Mulheres - World Café”, realizado no salão de festas do Residencial Parque das Nascentes II, no bairro Progresso, em Blumenau.



Fonte: Autora.

O encontro do grupo 4 aconteceu no bairro Progresso, situado na região sul da cidade de Blumenau, no Condomínio Minha Casa Minha Vida Residencial Parque das Nascentes II. Estiveram presentes 9 mulheres, com faixa etária entre 25 e 70, em sua maioria diaristas, operárias, trabalhadoras autônomas e aposentadas. Nesta reunião estiveram presentes também 4 homens moradores do residencial.

RODADA 1

Questão: Blumenau atende seu direito à cidade?

A reunião se inicia com a introdução da metodologia. A primeira pergunta realizada pela pesquisadora é se o grupo tinha conhecimento do Plano Diretor. Alguns responderam que não tinham conhecimento e a maioria disse que já tinha ouvido falar, mas não sabia o que era. Nenhuma pessoa do grupo declarou saber do que se tratava e ter participado do processo de construção do Plano Diretor. Nenhum participante recebeu o convite para participar das audiências públicas.

A discussão sobre o direito se iniciou com a fala de uma das integrantes, chamando a atenção para a questão da insegurança da cidade, principalmente para as mulheres, em todos os sentidos. Também foi levantada a questão do atraso e da falta de avanço em solucionar a questão do transporte público e, na saúde pública, percebem a perda dos direitos. Elas citaram como exemplo, a questão da alteração de idade para obter gratuidade na realização do exame de câncer de mama.

Reclamaram do sistema de atendimento nos equipamentos de saúde, onde o posto de saúde tem apenas um clínico geral. Foi dado o exemplo de uma mulher grávida, que quando precisa de médico não julgam ser correto que ela seja atendida no posto por um clínico geral, pois apontam que tem direito a um obstetra. A mesma situação foi citada para o caso das crianças, que são atendidas pelo clínico geral porque no posto não tem pediatra, e nem sempre são bem atendidas e encaminhadas para o especialista.

Relataram a dificuldade que é acessar os equipamentos de saúde disponíveis. As mulheres reclamam que a distância e a descentralização dos equipamentos de saúde são uma dificuldade para seu cotidiano, pois precisam pegar vários ônibus e geralmente não têm certeza se serão atendidas. Algumas chegam mesmo a perder um dia inteiro de serviço.

Por fim, reclamaram também da limpeza dos terminais urbanos, destacando as condições dos banheiros, que não são bem limpos, não têm papel higiênico e não têm sabonete para limpeza das mãos. Relataram, ainda, as condições dos bebedouros, sempre

sujos. Perceberam que essa falta de condições de higiene contribui para o risco de epidemias e também para a saúde das crianças ao utilizarem esses espaços.

Reclamam das condições das calçadas da cidade, ressaltando a questão dos buracos e riscos para pessoas com mobilidade reduzida, citando, como exemplo, os idosos.

RODADA 2

Questão: Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito a cidadania, qualidade de vida e a emancipação.

Perceberam que o fato de estarem isolados da cidade e não ter residências e comércio por perto é um fator de insegurança. Reclamaram da necessidade de ter uma centralidade próxima para realizar suas atividades diárias, bem como da falta de ciclovias, pois as condições das ciclovias (quando existentes) são fragmentadas, não permitindo um trajeto longo.

A mobilidade da maioria do grupo se dá com o uso do transporte coletivo, e relataram que não andam a pé porque os equipamentos são distantes e o caminho é inseguro devido aos terrenos baldios e à falta de iluminação.

Destacaram que três equipamentos seriam fundamentais nas proximidades do residencial: um posto policial, lotérica e farmácia, porque a distância destes locais, atualmente, dificulta o acesso dos idosos. Durante o debate sobre a distância e acesso aos equipamentos, o grupo questionou porque os Residenciais do Programa “Minha Casa Minha Vida” não podem ser perto da infraestrutura da cidade.

Sentem falta de um parque, pois mesmo tendo o Parque das Nascentes¹¹ na vizinhança, este não tem estrutura para ser utilizado.

Não usam o espaço da rua por causa da segurança. Não usam a cidade à noite.

Identificaram a dificuldade de acessar a Associação de Moradores e reclamaram que a mesma está sem atividade. Perceberam que a falta de articulação da Associação de Moradores prejudica a participação das pessoas.

A falta de opção de horário noturno no transporte público dificulta a participação nos eventos, e consideraram que as audiências públicas não são sérias, sendo apenas “faz de conta” pra cumprir com a obrigação legal.

¹¹ O Parque Municipal das Nascentes está localizado na região sul de Blumenau é considerado o maior parque municipal do país, com cerca de cinco mil hectares de extensão.

Chama a atenção na fala deste grupo, as mesmas demandas levantadas no grupo do Residencial Jardim Paraíso no bairro Passo Manso, ambos condomínios do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, onde a falta de equipamentos públicos, a precariedade dos espaços de relação e a falta de uma rede integrada de equipamentos representam uma baixa qualidade da condição urbana do local. Assim, é possível apontar que esses lugares não atendem as necessidades básicas de urbanidade a que seus moradores têm direito, uma vez que a distância e o isolamento do restante da cidade dificultam o uso da cidade com autonomia. A falta de diversidade de uso gera uma demanda maior pela mobilidade e apresenta baixa vitalidade, o que aumenta o sentimento de insegurança, além da percepção de não haver um canal de representatividade que dê conta de trazer alguma mudança para essa condição.

RODADA 3

Questão: Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.

Questionados sobre quais equipamentos de lazer poderiam ter no parque, foi unânime a necessidade de se ter uma pista de skate, parquinho e pista de caminhada. Não foram citadas áreas de esporte coletivo. Neste momento da discussão, uma moradora destacou a importância de ter uma biblioteca próxima, e sugeriu descentralizar o serviço da Biblioteca Pública Municipal para facilitar o acesso de todos.

Foi destacado o potencial do Parque das Nascentes, e percebem o potencial das belezas naturais para promover o ecoturismo. Consideraram que o Parque das Nascentes pode ser um vetor de desenvolvimento do bairro Progresso, assim como concordaram que as belezas naturais são uma identidade forte de Blumenau. Os moradores demonstraram ter percepção do valor ambiental dessa área e apontam a localização do parque perto do condomínio como algo positivo.

Reivindicaram a melhoria no transporte público para atender a demanda das mulheres e pedem maior profissionalismo por parte dos motoristas, no sentido de respeitar o limite de velocidade e de se atentarem para a condição das pessoas idosas e mulheres com crianças. Reivindicaram, ainda, pontos de ônibus de qualidade e com boa iluminação.

Pedem mais espaço dentro dos ônibus e o redimensionamento do tamanho dos corredores dos ônibus, pois as medidas atuais acabam por facilitar o contato físico entre os

corpos. Chamam atenção, nesta seara, para a questão da segurança para crianças de até quatro anos, porque nesta faixa etária, a criança ainda não tem como se proteger sozinha.

Discutiram, também, a responsabilidade de cada cidadão para fazer uma cidade melhor; falaram sobre o respeito aos mais velhos e sobre o atendimento de forma grosseira de alguns servidores públicos. Sugeriram também promover iniciativas de cursos de empreendedorismo e profissionalizantes para as mulheres em Blumenau.

5. Grupo: Bairro Progresso - Residencial Parque das Nascentes II

Data: 21/05/2016

Áudio: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B7mTYxB83BTYQVpzZmJfRzhBd1E>
<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B7mTYxB83BTYQVpzZmJfRzhBd1E>

Participantes: 10 mulheres

Figura 9 - Foto do quinto encontro “Lugares das Mulheres - World Café”, no bairro Progresso, no Residencial Parque das Nascentes II, em Blumenau.



Fonte: Autora.

O quinto encontro também aconteceu no Residencial Parque das Nascentes II, no bairro Progresso, um mês após o primeiro descrito anteriormente, a pedido das integrantes do primeiro encontro e pelas assistentes sociais da empresa Painel. Essa roda de conversa integrou um roteiro de atividades sobre direitos e cidadania promovida no condomínio. Teve a

participação de 10 mulheres, com faixa etária entre 13 a 70 anos, na sua maioria estudantes, diaristas e aposentadas.

RODADA 1

Questão: Blumenau atende seu direito à cidade?

Começaram a discussão identificando a dificuldade de ir ao centro com as crianças porque não tem ônibus com segurança e banheiros públicos. Consideraram que o banheiro é um equipamento que atende mais a necessidade das mulheres e das crianças. Ao serem indagadas se o fato de não haver banheiro público na cidade chega a ser um impedimento para o uso da cidade, elas consideraram que, em parte, sim, pois percebem que a mulher quando vai à cidade com as crianças sente falta desse equipamento.

Identificaram problemas no transporte público e destacaram o risco das condições atuais dos ônibus, que não oferecem segurança para idosos e crianças.

Consideraram poucas as opções de horários de ônibus fora do horário de pico. Afirmaram que os horários são muito concentrados, sendo que nos finais de semana existem poucas opções. Percebem que a cidade não foi bem projetada, e destacam o limite de tráfego das duas vias principais do bairro, a Rua Hermann Huscher e Rua Amazonas.

RODADA 2

Questão: Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito a cidadania, qualidade de vida e a emancipação.

Neste momento foi destacada a falta de policiamento e a falta de um posto policial perto do residencial. Percebem a insegurança na região em qualquer horário do dia, e relataram que têm medo de saírem sozinhas na rua, como ficou registrado neste depoimento:

“A gente fica com medo, não dá, você vai sair sozinha por aí? E ainda mais a gente, que tem limitação, não tem força nenhuma, vai que eles vêm e fazem alguma coisa com a gente”.

Não reconheceram nenhum espaço público próximo, citam como exemplo a falta de opção de restaurante acessível e opção para lazer nos finais de semana. As senhoras idosas reclamaram também da dificuldade de locomoção para utilizarem os equipamentos públicos disponíveis na cidade, por estarem muito distantes do condomínio. Reclamaram que não foi

cumprido o combinado, e que muito pouco foi feito pelo condomínio depois que eles vieram morar ali. Nesta fala, fica clara a leitura da compreensão do papel político da mulher:

“Não sei, eu acho que se tivesse uma mulher no comando, que enxergasse a necessidade da família, das condições de vida... Porque, poxa, tem mais de 2000 pessoas pra ter casa aqui e nós temos quantos apartamentos sem ser usado, sem porta e sem janela, só sendo ocupado por traficantes... e ficam expulsando as pessoas. Não tem autoridade que tome uma iniciativa, até o próprio juiz veio ali, olhou a situação principalmente ali no lado de baixo, e disse assim: ‘o jeito é fechar as portas e janelas com cimento’. Mas não é assim que se resolve essas coisas, poxa, tanta gente sem teto, e tanto teto ali sem ocupação, porque essas pessoas não podem ser removidas para liberar esses lugares que estão desocupados e acabar com a criminalidade? Eu acho que nós temos pouca segurança, falta de vontade dos meios políticos, sei lá, de tudo!”

Ao serem questionadas sobre os espaços para as crianças, responderam que não há lugar para elas:

“É complicado, aqueles maiorzinhos que vão para escola meio período, tudo bem, qual é a criança que quer ficar trancada entre quatro paredes o dia todo? Precisa de chão, de terra, precisa de atividade, e não tem, aqui eles correm ali no meio dos carros, riscam os carros, jogam pedras, quebram vidros. Eu acho assim que é um conjunto de falta de organização, não sei se é por culpa do condomínio ou de nós mesmos, porque às vezes a gente luta e batalha, vai atrás, olha eu já batalhei tanto indo atrás, lutando pelas coisas e a gente não consegue”.

Durante a discussão sobre os espaços de relação do bairro e disponibilidade de equipamentos, elas ressaltaram que sentem falta de lotérica, postos de saúde com mais profissionais, destacam que o posto atual não funciona bem, o AG (Ambulatório Geral) funciona à noite, porém não tem muita opção de ônibus para acessar a cidade no período noturno.

Outro ponto relevante abordado foi a questão da rotina de medo que é a convivência com a presença dos traficantes dentro do condomínio:

“Mas chega sexta, sábado e domingo, eles se reúnem em uns dois ou três carros ali embaixo, abrem o capô e colocam o som que estremece todo o prédio, e daí, armados, pulam por cima e ameaçam: ‘Vem seu pé de porco! se você tem coragem, ali quem manda somos nós!’. Já aconteceu, que eu e mais 3 pessoas ligamos para polícia, a polícia chega, olha, vê que eles estão mais armados que eles, que a própria polícia, eles fazem a volta e vão embora, não fazem nada. A gente tem que conviver com isso, daí você não dorme, fica preocupada de pegar um tiro, das mães que tem criança”.

Na discussão sobre as ameaças, elas ressaltaram a falta de segurança devido ao aumento dos roubos e ação dos traficantes. Não se referiram ao medo de violência sexual.

RODADA 3

Questão: Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.

Nesta rodada elas sugeriram um parque para a comunidade, para atender toda a região próxima ao condomínio; equipamentos de exercício, com profissional da área acompanhando a comunidade e policiamento. Consideraram o Parque das Nascentes um potencial, mas destacaram que eles não usam tanto, quem usa mais é quem vem de fora; destacaram que falta estrutura pública e gratuita, existem muitos pesque-e-pague e cachoeiras na região, mas o acesso é privado.

Ressaltaram a importância de ter um posto policial. Pediram para mudar o horário do posto de saúde para abrir mais cedo, para não atrapalhar o fluxo de trabalho das mulheres. Consideraram necessária uma solução para os horários de funcionamento dos equipamentos públicos, para facilitar o dia-a-dia das mulheres e para alinhar as tarefas com a família e com o trabalho. Sugeriram antecipar a abertura dos equipamentos e adiar o fechamento, com revezamento dos servidores.

Falaram da importância de ter um restaurante no bairro que abra aos domingos. Identificaram que não tem muitos restaurantes no bairro Garcia, e os existentes, estão mais próximos do centro.

Consideraram importante a participação das mulheres na política, como é possível perceber nesta fala:

“Porque a mulher sabe do que se passa, ela tem três etapas de trabalho, em casa, com a família, e parece que na opção masculina eles não aceitam que as mulheres se envolvam na política e assumam mais essa responsabilidade também. Isso tem que ser mudado, já tinha que ter mudado há bastantes anos, essa inferioridade que eles dão para o lado da mulher, porque tem mais mulheres inteligentes que saberiam dirigir o país, um município, às vezes com mais comando que um homem”.

Encerram o encontro discutindo os limites que se tem por não se ter uma maior representação política de mulheres, e que compreendem que um dos motivos dessa realidade é

a falta de tempo das mulheres participarem das questões políticas, e ressaltam a dificuldade de mais mulheres terem vindo participar dos encontros da pesquisa.

6. Grupo: Ateliê Vertical 2016 - Carta das mulheres para a cidade de Blumenau

Data: 19/05/2016

Vídeos: <https://drive.google.com/drive/folders/0B7mTYxB83BTYd2Njbc1tLW1Fanc>

Participantes: 10 mulheres

Figura 10- Foto do sexto encontro “Lugares das Mulheres - World Café” realizado no bairro Victor Konder no Galpão da Arquitetura da FURB durante o Ateliê Vertical 2016, atividade realizada pelo grupo Mulheres na Cidade, organizado pelo Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura da FURB e coordenado pela Professora Daniela Sarmento.



Fonte: Autora.

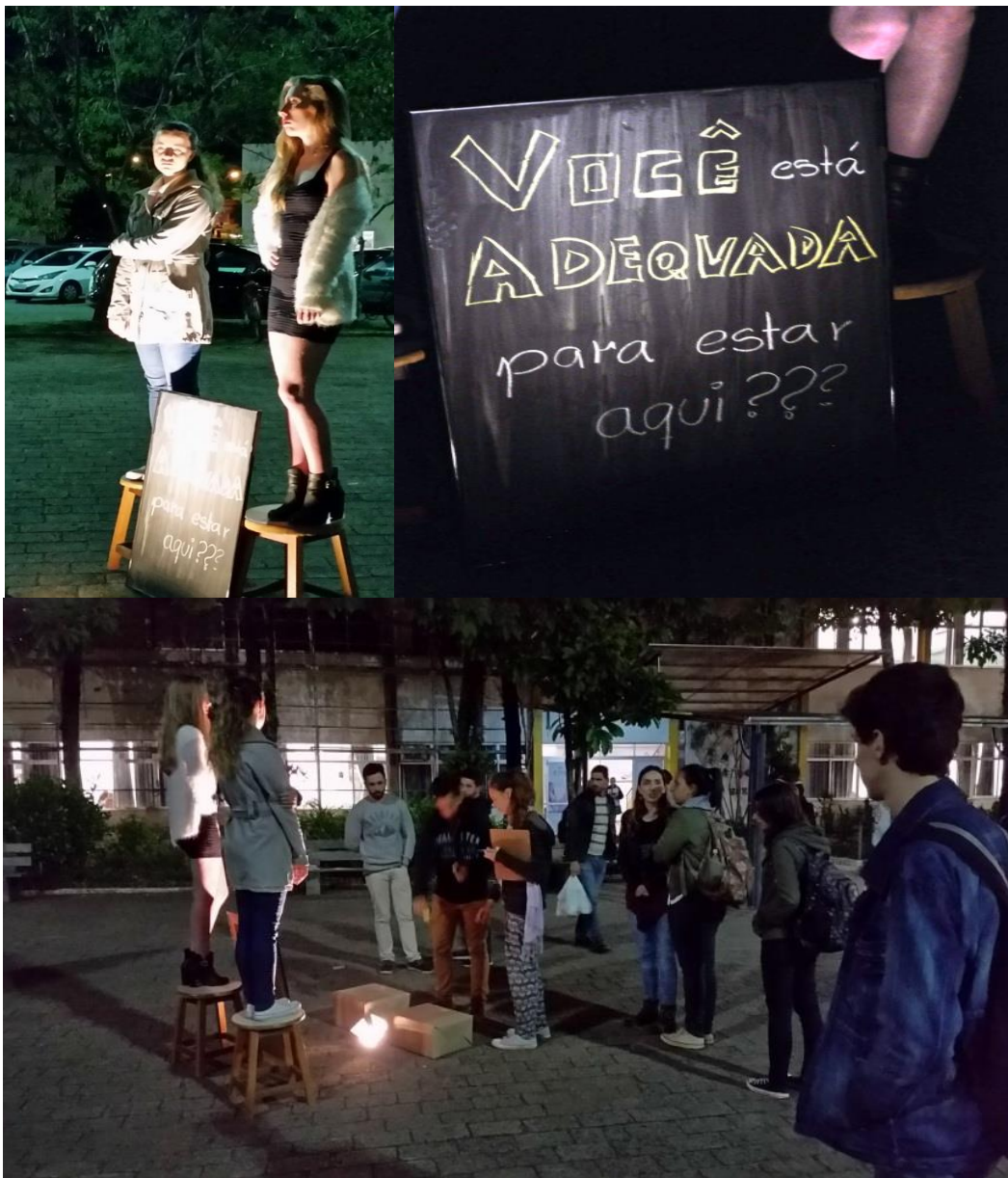
O sexto encontro aconteceu no Galpão da Arquitetura da FURB, próximo ao centro da cidade, durante a atividade do Ateliê Vertical promovido pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo. O encontro reuniu 10 mulheres com diferentes perfis com idade entre 20 e 50 anos: estudantes da FURB, professoras, profissionais autônomas, integrantes dos coletivos de mulheres Casa da Mãe Joana, UBM e Movimento Lilás.

RODADA 1

Questão: Blumenau atende seu direito à cidade?

Perceberam que o direito à cidade é limitado e que é preciso provocar a percepção desse direito. Um grupo destacou a importância da arte como instrumento de libertação e provocação, utilizando como exemplo as performances que o coletivo “LEENA - Mulheres na Arquitetura” realizou no pátio da biblioteca durante as atividades do Ateliê Vertical 2016, como se pode visualizar nas figuras 11 e 12 a seguir:

Figura 11- Foto da performance “Corpos Invisíveis” que aconteceu no pátio da Biblioteca Central da FURB durante o Ateliê Vertical 2016, atividade realizada pelo grupo Mulheres na cidade, organizado pelo Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura da FURB.



Fonte: Autora.

Figura 12 - Foto da performance “Corpos Invisíveis” que aconteceu no pátio da Biblioteca Central da FURB durante o Ateliê Vertical 2016, atividade realizada pelo grupo Mulheres na Cidade, organizado pelo Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura da FURB.



Fonte: Autora.

Nessa performance, elas abordaram o tema do corpo e sua relação com o espaço, identificando os limites e conflitos que as mulheres vivem no seu dia-a-dia. Discutiram sobre o direito de estar em qualquer lugar e vestida de qualquer maneira e, com isso, chamar a atenção para o assédio e a pré-determinação dos espaços propícios para as mulheres como uma condição de opressão. Destacaram que falar, expressar e questionar sobre essa condição é fundamental para a emancipação da mulher em relação ao seu direito à cidade.

Aprofundaram a questão da falta de percepção do direito à cidade, alegando que a maioria das mulheres não vivencia o seu próprio empoderamento, que a condição de invisibilidade é uma questão determinante para ser trabalhada, que o autoconhecimento e a emancipação das mulheres precisam ser trabalhados, de modo a aflorar as transformações de comportamento. Sentimento percebido neste comentário feito com tom de ironia:

“Por que outras pessoas determinam onde é o nosso lugar? Sério que nós não poderíamos estar aqui?”.

Houve um momento em que lembraram a história das vestimentas das mulheres como limitadoras de sua mobilidade, e usam como exemplo o uso do salto alto, espartilhos e vestidos; ressaltaram que o direito de andar de bicicleta foi revolucionário para a mobilidade das mulheres. Ao se libertarem do uso do espartilho e poderem usar calças, modificou-se o modo de utilizar o espaço público, conquistou-se o direito de conduzir seu próprio meio de transporte, por exemplo, a bicicleta, em que, até então, o padrão determinado era ir na garupa, sentada e de lado. Enfatiza uma das participantes:

“O fato de a mulher poder sair da garupa e passar a dirigir a bicicleta, ou uma moto, possibilitou maior agilidade para mobilidade e autonomia para as mulheres, inclusive por ser um meio de transporte mais barato e acessível”.

Levantaram a questão do terceiro turno de trabalho, alegando que, para a mulher, ao utilizar a cidade no período da noite, ela está mais suscetível à insegurança e que essa situação deveria ser considerada pelas empresas, trazendo alguma medida de compensação para proteger as mulheres que trabalham à noite, uma vez que estão mais vulneráveis neste período pela falta de infraestrutura.

Consideraram que a exclusão da discussão de gênero nas escolas é um impedimento para o avanço dos direitos das mulheres, pois o debate e o enfrentamento dessas desigualdades acabam sendo velados do cotidiano de aprendizado da sociedade.

RODADA 2

Questão: Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito a cidadania, qualidade de vida e a emancipação.

Destacaram a questão da segurança como sendo uma das questões mais graves da cidade. Acreditam que a cidade não oferece condições para as mulheres utilizarem-na com autonomia e segurança. Neste debate, duas questões são colocadas: o que se refere à infraestrutura da cidade, como pouca iluminação nos locais mais distantes, localização de abrigos de ônibus em locais ermos, os terrenos baldios e construções abandonadas; e também a questão cultural do assédio, dando como exemplo o assédio dentro do transporte coletivo e o medo de andar sozinha pela cidade, bem como a invasão de privacidade em relação ao corpo.

Discutiram sobre a dificuldade de poder acessar qualquer lugar da cidade sem se sentirem constrangidas, e dão como exemplo o desejo de poder entrar em um bar e pedir uma cerveja, ou poder ficar só sem ser assediada, e, principalmente, poder utilizar a cidade a qualquer hora do dia e com qualquer roupa sem se sentir constrangida. Percebem também que estes condicionantes que determinam o modo de usar a cidade são uma questão construída culturalmente, e destacam que isso precisa ser mudado.

Sobre acessibilidade, disseram que as condições das calçadas da cidade são péssimas, que não há ciclovias suficientes e que o transporte coletivo precisa ser adaptado para as necessidades e horários das atividades da mulher e da família.

A questão da humanização do parto e direito de parir e nascer em um local acolhedor foi amplamente discutido pelo grupo, por considerarem que a cidade, em sua estrutura de saúde, não tem maternidades humanizadas. E que esse equipamento público precisa ser revisado e melhor preparado para atender à demanda das mulheres em seu momento de ser mãe e dos filhos no momento de nascer.

Destacaram a importância dos banheiros públicos e a dificuldade de usarem a cidade pela ausência de um sistema de equipamentos que atenda as necessidades dos usuários da cidade em suas tarefas cotidianas e de lazer. Enfatizaram as necessidades das mulheres, das crianças e dos idosos, que, por uma questão fisiológica, precisam utilizar mais o banheiro durante o dia, e que, por conta da cidade não disponibilizar esses equipamentos, muitas vezes isso é um impeditivo de saírem de casa e utilizarem a cidade com mais frequência ou por períodos maiores de tempo.

Consideraram os espaços de lazer da cidade insuficientes e excessivamente concentrados na região central da cidade e destacaram que os poucos espaços disponíveis nos bairros são precários. Além da questão dos espaços de lazer, foi discutida também a descentralização dos serviços e do comércio, ressaltando como negativa a monofuncionalidade dos bairros, exigindo das mulheres, em suas atividades com a família, que percorrem longas distâncias na cidade para realizarem sua rotina diária. Junto com esse debate, foi destacada também a dificuldade de dividir as responsabilidades dessa rotina com seus parceiros e com a família, e concluem que essa condição dificulta e sobrecarrega o cotidiano das mulheres.

RODADA 3

Questão: Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.

Começaram esta rodada de discussão debatendo a necessidade de se pensar políticas públicas para as mulheres. Ressaltaram a falta de representação das mulheres nos espaços de decisões políticas da cidade, e consideraram que a falta de participação e mobilização são responsáveis por Blumenau ser uma cidade carente de Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e que essa é uma pauta prioritária para se avançar no direito à cidadania e à cidade.

Destacaram que, para que haja o envolvimento das mulheres na arena política, é necessário investir em capacitação, porque as mulheres, por estarem há muito tempo envolvidas com suas rotinas de mais de duas jornadas de trabalho, não têm o hábito de se envolverem com frequência nas atividades políticas da cidade. Consideraram que isso precisa ser resolvido criando condições para que as mulheres se capacitem, se sintam estimuladas e tenham estrutura para participar das atividades de debate sobre seus direitos, como espaços adequados para levar os filhos e horários flexíveis para facilitar a participação.

A questão da estrutura da cidade foi um tema com diversas sugestões, as quais são listadas da seguinte forma:

- a) Melhoria da acessibilidade, dando condições para que idosos, carrinhos de bebês, cadeirantes, e todas as pessoas circulem com mais segurança na cidade. Nesse momento, discutem o conceito da cidade pensada para todas as pessoas, o desenho universal e a humanização dos espaços da cidade;
- b) Ampliação das ciclovias, porque acreditam que a bicicleta seja um meio de transporte estratégico para as mulheres desenvolverem suas atividades cotidianas, devido a sua necessidade de deslocamentos contínuos e de curta distância pela cidade;
- c) Estimular a diversidade de uso nos bairros, para que tenham mais opção de equipamentos urbanos e de serviços próximos ao seu local de moradia e de trabalho, incentivando o uso da cidade a pé e com curta distância. Isso agilizaria o cotidiano na divisão do tempo entre as tarefas de trabalho e com a família;
- d) Criação de uma rede de equipamentos para a cidade, pensada para atender a demanda das mulheres, como banheiros públicos com fraldário, bebedouros, ruas mais

iluminadas, hospitais com ambientes acolhedores e humanizados e pontos de ônibus próximo a lugares mais movimentados.

Concluíram essa rodada, destacando a importância da mobilização e sensibilização das mulheres para participarem do sistema político, e que o mesmo deve dar condições para que esse envolvimento ocorra. Acreditam que pequenas iniciativas promovem aprendizados significativos, e que é importante esse movimento das mulheres pela cidade para que o mesmo se desenvolva com mais empatia e colaboração para a construção de uma cultura de cuidado, amor e paz.

Ao finalizar a análise das falas das mulheres que participaram dos encontros do World Café – Lugares das mulheres foi possível perceber uma repetição pela demanda da segurança, mobilidade, equipamentos públicos que atendam a demanda da família e a necessidade de melhoria dos espaços de relação onde a vida cotidiana acontece. São demandas que, ao serem comparadas com os relatos analisados nos estudos de Zaida Muxi e Terezinha Gonzaga, podemos perceber que, de uma maneira geral, se unificam pelas mesmas reivindicações e se apresentam alinhadas com os conceitos sugeridos ao estudar a metodologia desenvolvida por Ciacoletto.

Desta forma, ancorada pela percepção e experiência relatada a partir da fala dessas mulheres e tendo como suporte a revisão bibliográfica realizada neste trabalho, foi possível a construção da Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau, um documento que teve como propósito sintetizar todas essas demandas levantadas para servir como amparo teórico para ampliar o debate sobre o direito das mulheres à cidade junto ao movimento de mulheres de Blumenau. O contexto da construção dessa carta será abordado posteriormente no capítulo III.

2.2 Lugares das Mulheres: Diagnóstico urbano de gênero

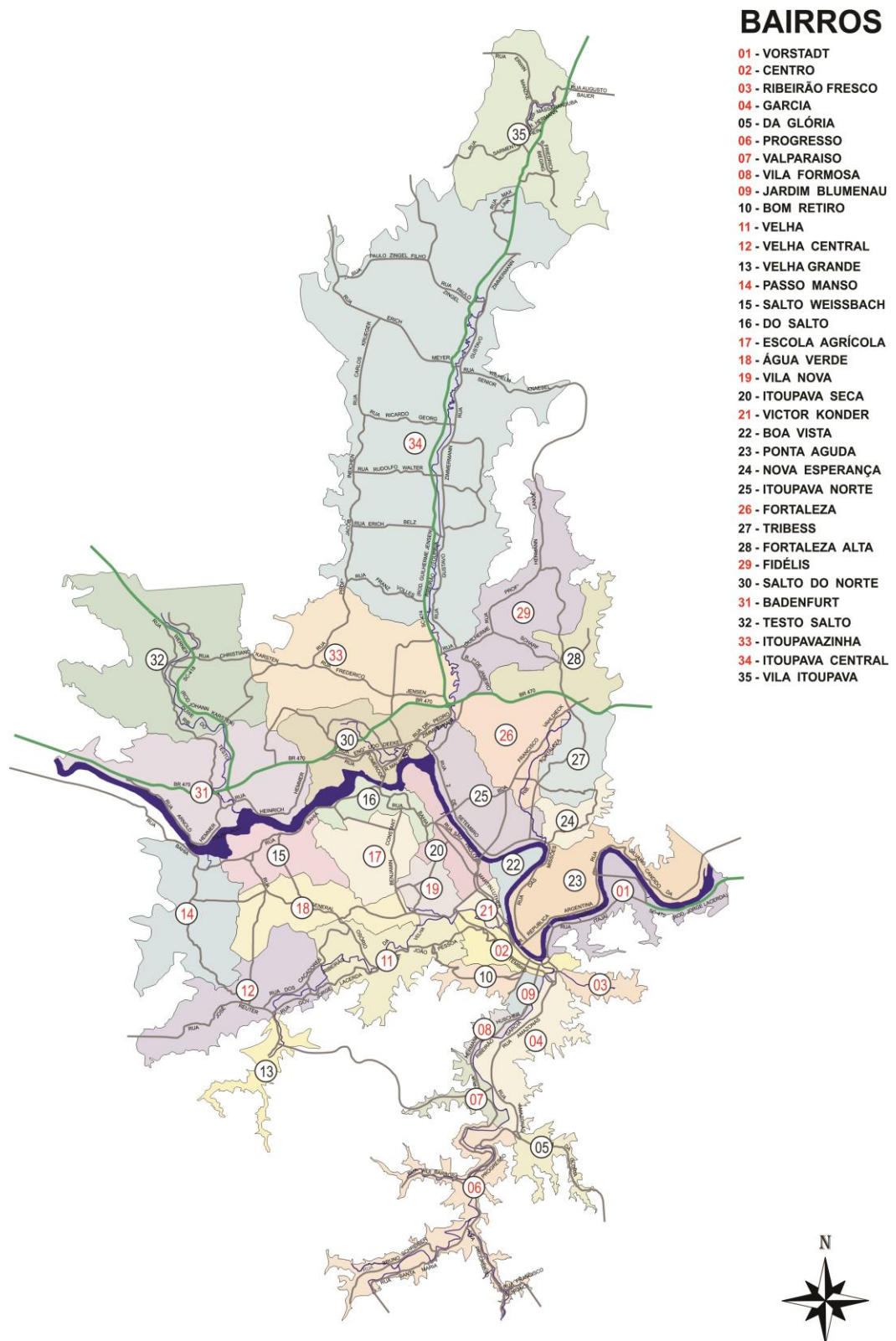
A entrevista *online* “Lugares das Mulheres: Diagnóstico urbano de gênero”¹², foi aplicada a partir da rede das mulheres que participaram dos encontros presenciais e que se dispuseram participar do “Lugares das Mulheres - ambiente virtual da pesquisa”¹³. Este ambiente foi criado com objetivo de fomentar a discussão sobre o direito das mulheres à

¹²Acesso ao formulário online da pesquisa, disponível em: “Lugares das Mulheres: Diagnóstico urbano de gênero” <https://docs.google.com/a/terra.arq.br/forms/d/e/1FAIpQLScz1Gsh-oLVIwCiYZLYxDwDW0Ak-84aG18JqHKL3-k6HZLVg/viewform?c=0&w=1>

¹³Grupo virtual “Lugares das Mulheres”, disponível na rede social *Facebook* em: <https://www.facebook.com/groups/737144309720514/?fref=ts>

cidade a partir das discussões que foram promovidas junto com o grupo de mulheres selecionadas para participar desta pesquisa. Seguindo uma recomendação sugerida no capítulo 3 do livro *Mujeres Trabajando*, material desenvolvido pelas arquitetas do *Colletiu Punt 6*, que sugere mecanismos para a divulgação e compartilhamento das experiências vivenciadas, esse ambiente virtual possibilitou o acesso de mais de 270 mulheres ao conteúdo discutido durante a pesquisa *online*. Neste local, os formulários da pesquisa foram divulgados e ficaram disponíveis durante 4 meses, recebendo um acesso total de 92 mulheres que responderam aos dois questionários. Na figura 13 estão identificados os bairros que tiveram participação das mulheres nessa fase da pesquisa.

Figura 13 – Mapa das Regiões geográficas de Blumenau, com a marcação de todos os bairros que foram acessados na pesquisa online *Lugares das Mulheres: diagnóstico urbano de gênero*.



Fonte: Base de dados FURB, adaptado pela autora e Laís Spengler.

As perguntas foram desenvolvidas de forma a responder os três eixos sugeridos pela metodologia estudada, citados anteriormente na figura 4. Com esse exercício, foi possível perceber que, mesmo que tenha sido aplicado a mulheres de diversas regiões da cidade (Figura 13) e que os temas abordados tenham sido os mesmos que fundamentaram a discussão presencial, a maioria das percepções se repete, apontando que os problemas enfrentados pelas mulheres para exercerem seu direito à cidade estão relacionados a questões estruturantes e transversais aos limites e ao funcionamento da cidade. É possível identificar nas análises que se apresentam a seguir (Figuras 14 e 15), uma representação das respostas objetivas e descritivas que foram sugeridas no questionário.

Sobre o entendimento do bairro em rede, onde se apresenta as condições da cidade para os usuários poderem desenvolver suas atividades cotidianas, ao serem questionadas sobre a qualidade de suporte da cidade para realização de suas tarefas cotidianas, bem como sobre a capacidade de mobilidade e acesso, pontos positivos e negativos e sugestões, as respostas se apresentaram da seguinte forma:

Figura 14 - Resultado dos questionários sobre as condições da cidade em rede.

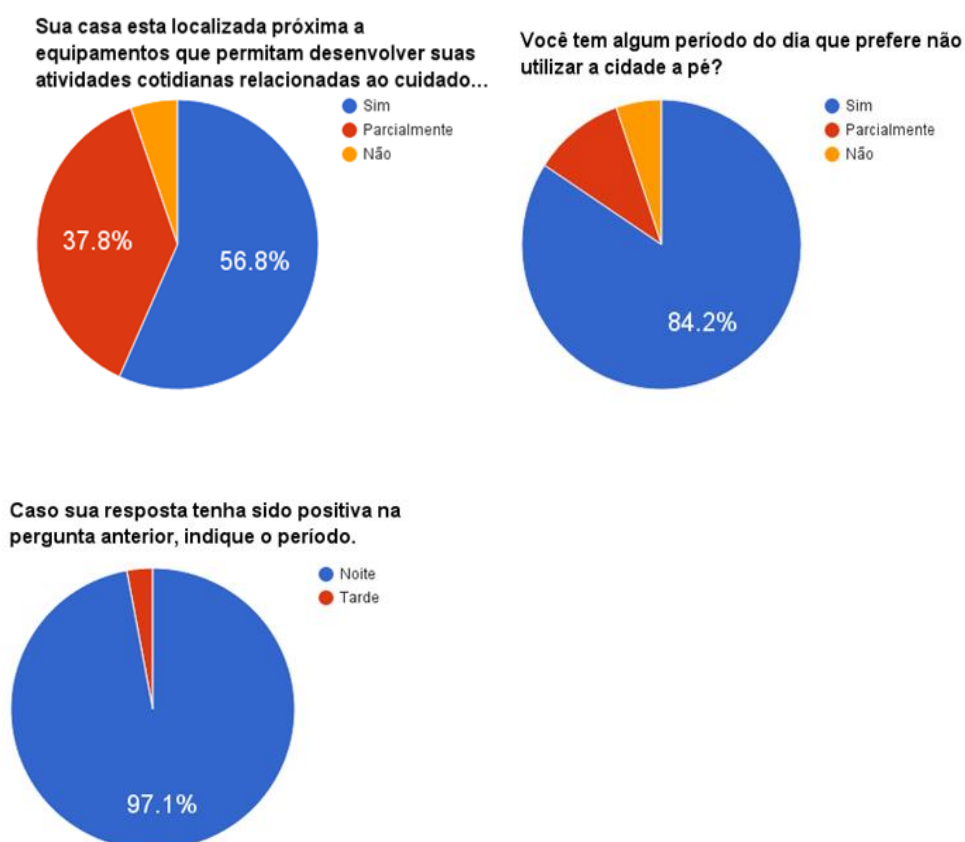
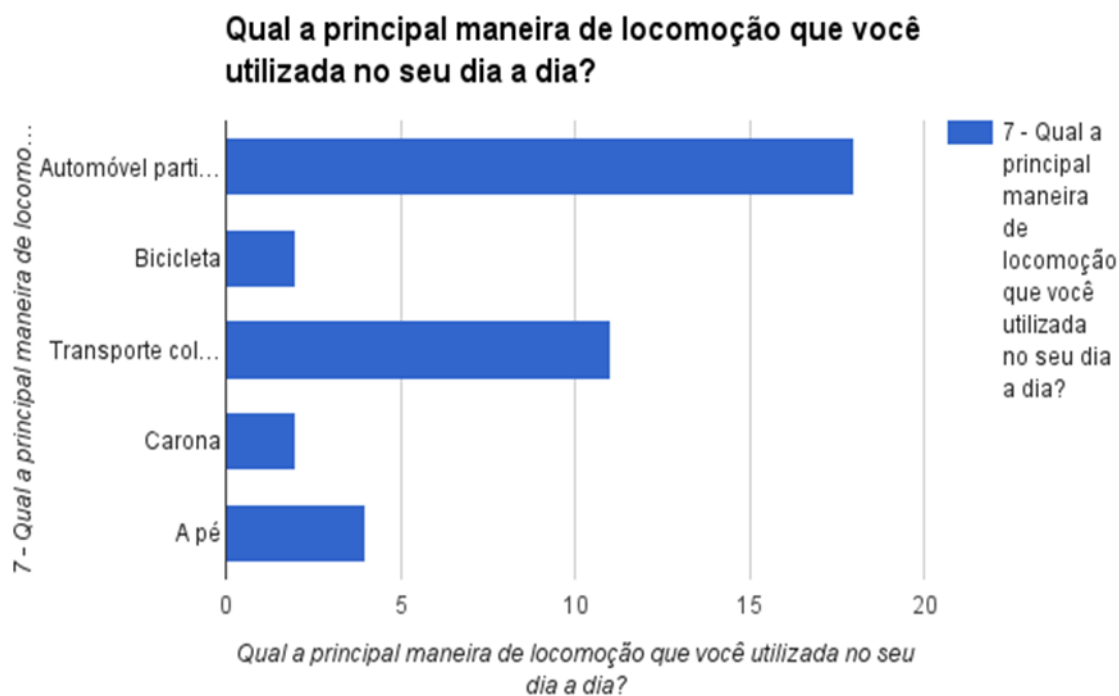


Figura 15 - Resultado sobre a preferência das usuárias pelo meio de locomoção para realização de suas atividades diárias.



Fonte: Autora.

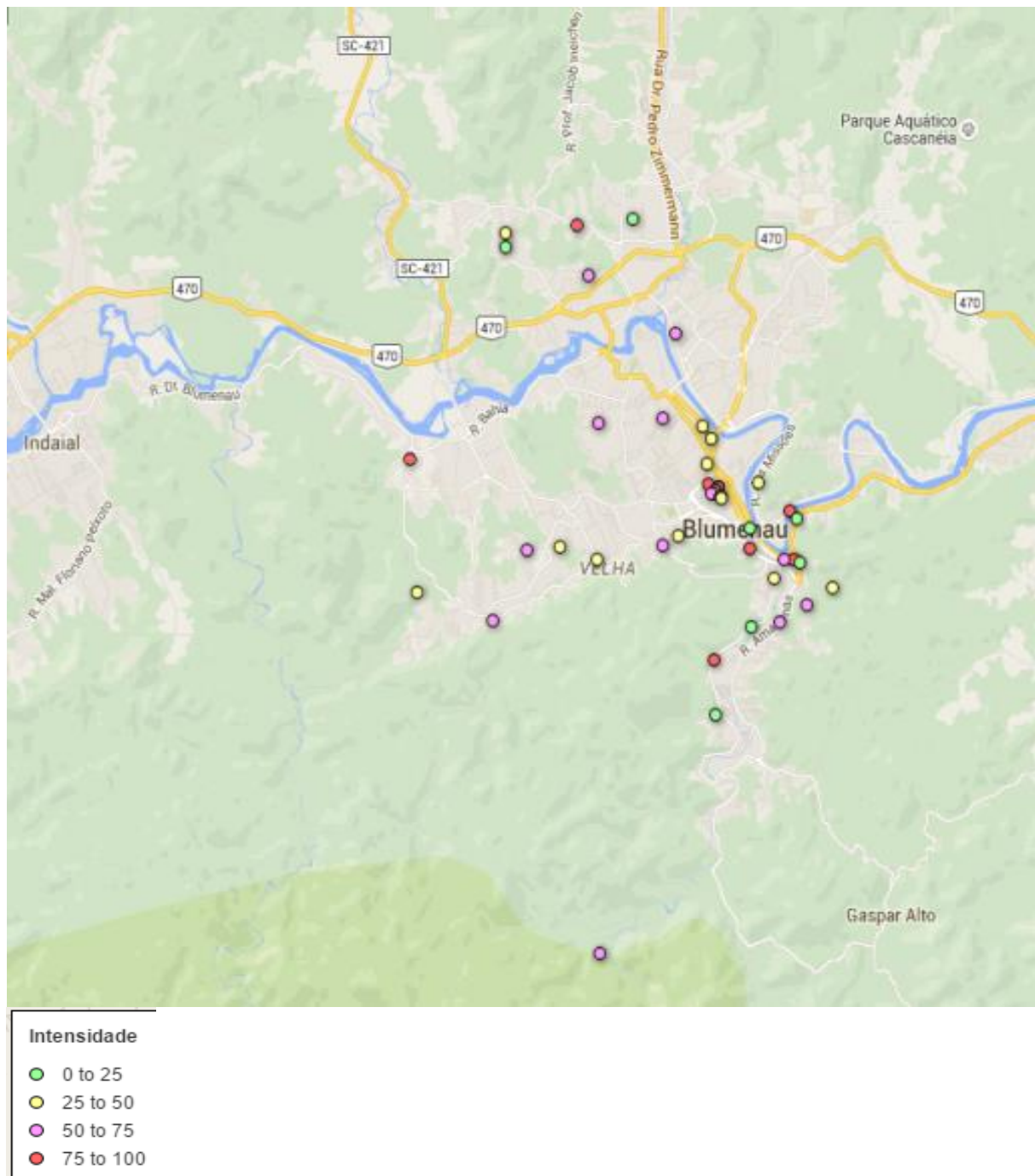
Sobre as questões elaboradas para compreender a percepção sobre o espaço relacional, que significa a forma como são utilizados os espaços e as condições enfrentadas para que trocas sociais e as atividades do cotidiano aconteçam, duas questões foram destacadas: a dificuldade de acesso à cidade e a insegurança para utilizá-la. Através da técnica Percurso de Reconhecimento, sugerida por Ciacoletto, foi desenvolvido um formulário “Lugares das Mulheres: espaços de insegurança na cidade”¹⁴ com o objetivo de construir um mapa coletivo sobre os espaços inseguros de Blumenau percebidos pelas mulheres ao longo do dia e da noite, enquanto utilizam a cidade para realização de suas atividades. O resultado apontou os lugares percebidos, e, com isso, se identifica uma alternativa *online* de ferramenta de informação que pode ser utilizada como base para a implementação de políticas públicas de segurança.

A técnica supracitada desenvolvida neste exercício apresentou um exemplo prático de como é possível aplicar a questão de gênero na gestão urbana, tendo como objetivo solucionar

¹⁴ Acesso ao formulário online da pesquisa “Lugares das Mulheres: espaços de insegurança na cidade”, disponível em: <https://docs.google.com/a/terra.arq.br/forms/d/e/1FAIpQLSdbraRTPzFG660PQgoVzIJ9wF43tFjcT58kiFrbnj8Imdydtg/viewform?c=0&w=1>

os problemas dos locais inseguros da cidade, identificados pelas mulheres, mas que trarão benefícios a todos. Os locais inseguros identificados coletivamente pelas 41 mulheres que responderam a esse formulário específico apresentam o seguinte resultado (Figuras 16 e 17):

Figura 16- Mapa com a marcação dos locais citados pelas mulheres que participaram do formulário para construção do mapa coletivo.



Fonte: Mapa gerado pelo formulário da pesquisa, elaborado pela autora e Alessandra Bernardi.

Figura 17 - Relação das ruas citadas na identificação do mapa coletivo sobre os locais de insegurança da cidade. Na coluna à direita, apresenta a intensidade do sentimento percebido pelas usuárias.

Relação dos nomes das ruas citadas	Intensidade do sentimento de insegurança
Rua Araranguá	50 - 75
Rua Divinópolis, 445 – Velha, Blumenau	50 - 75
Rua Pastor Oswaldo Hesse	25 - 50
Rua Jordão 3500 – Progresso, Blumenau/SC	0 - 25, 25 - 50
Rua Alberto Kath, 476 - Itoupavazinha – Blumenau	0 - 25
Rua Mathias Herkenhoff, 345	25 - 50
Rua Iguaçu	25 - 50
Rua das Palmeiras	0 - 25
Rua Antônio Zendron	0 - 25
Rua XV de Novembro, na Praça Dr. Blumenau.	50 - 75
Rua Heinrich Hosang (em toda sua extensão) principalmente de manhã cedo, fim da tarde e começo da noite.	50 - 75
Rua 2 de Setembro - Itoupava Norte – Blumenau	50 - 75
Rua Max Hering - Victor Konder – Blumenau	25 - 50
Rua São Paulo, 2499 - Victor Konder, Blumenau - SC - À noite	25 - 50
Rua Mafra, 74 – Velha	50 - 75
Rua Cerro Azul, 682	50 - 75
Rua XV de novembro	0 - 25
Rua Isabel de Souza Marciano	
Rua Frederico Jensen	75 - 100
Rua General Osório, 322	25 - 50
Rua Norberto Seara Heusi	50 - 75
Rua Herman Huscher.	0 - 25
Rua Ponte dos Arcos - Ponta Aguda	75 - 100
Rua Amsterdam – Blumenau	25 - 50
Rua Amsterdam, 606 – Itoupavazinha	0 - 25
Rua Itajaí - Bairro Vorstadt	0 - 25
Rua Heinrich Hosang, 285	50 - 75
Rua Max Hering - Victor Konder – Blumenau	75 - 100
Rua Heinrich Hosang, 295	50 - 75
Rua João Pessoa – Velha	25 - 50
Túnel do Shopping Neumarkt usado como travessia subterrânea da Rua Sete de Setembro	75 - 100
Rua das Missões	25 - 50
Rua Amazonas, 1400 - Garcia – Blumenau	50 - 75
Rua Johann G. H. Hadlich, 281- Bairro Passo Manso	75 - 100
Rua Heinrich Hosang,	50 - 75
Rua Hermann Huscher - Garcia / Blumenau	75 - 100
Rua Iguape	25 - 50
Rua em frente ao Terminal da Velha	50 - 75
Rua Heinrich Hosang	75 - 100
Rua Max Hering, 19	0 - 25
Rua Max Hering, 175 - Bairro Victor Konder – Blumenau	25 - 50

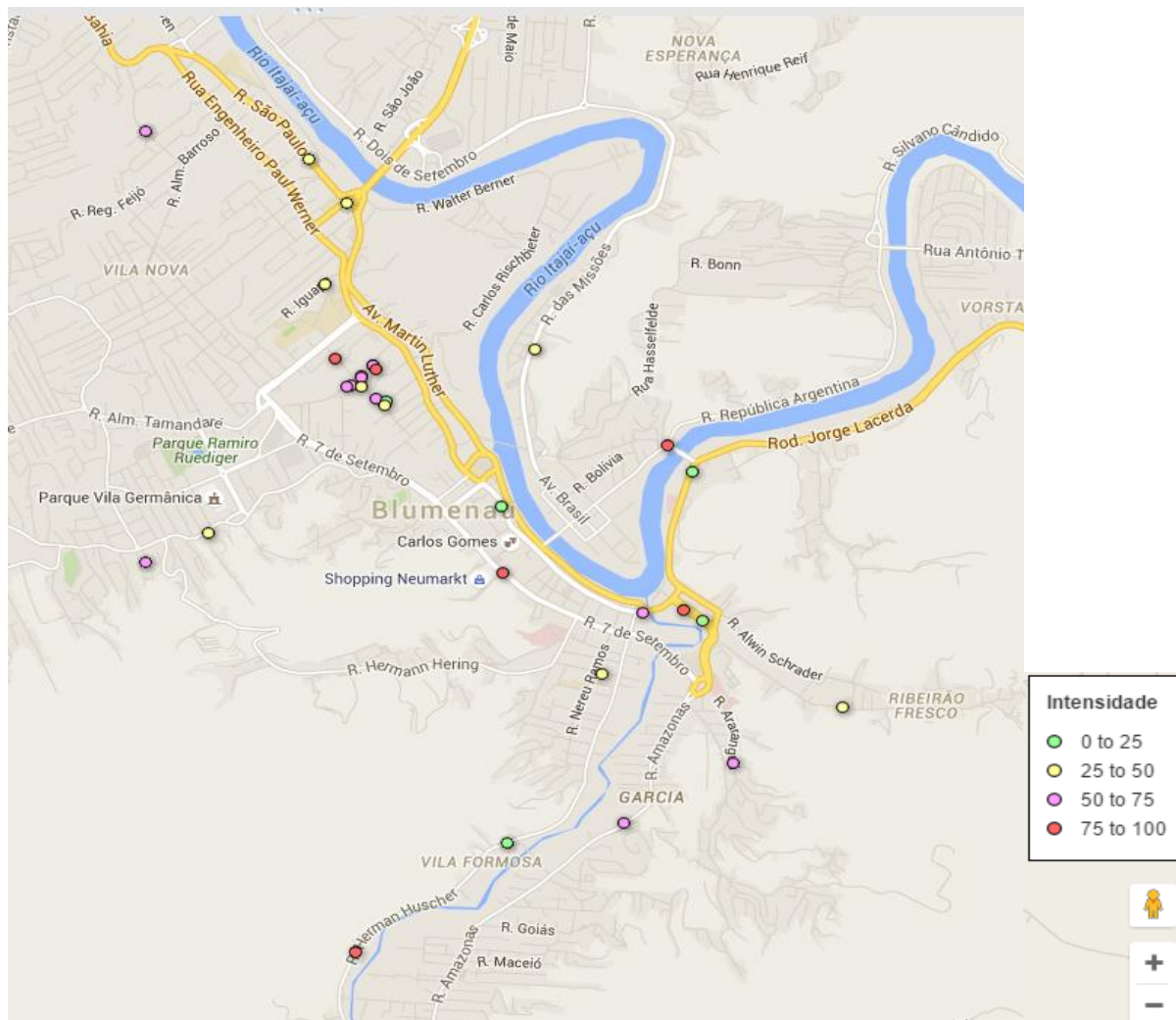
Rua Amazonas/Rua das Palmeiras	75 - 100
Rua Heinrich Hosang, 400	50 - 75
Rua Coronel Vidal Ramos, 163 - Jardim Blumenau – Blumenau	25 - 50
Rua Max Hering - Victor Konder – Blumenau	50 - 75
Rua Gustavo Salinger, Itoupava Seca	50 - 75
Rua Heinrich Hosang (entre a rua Max Hering e Batalhão dos Bombeiros)	50 - 75
Rua Max Humpl - Salto Norte – Blumenau	50 - 75

Fonte: Listagem gerada pelo formulário da pesquisa, elaborado pela autora.

Neste exercício¹⁵, apresentado nas figuras 16 e 17, é possível levantar, além do local considerado inseguro, a intensidade do medo e o motivo da escolha do local como aparece na figura 18. Dessa forma, foi possível obter informações detalhadas das condições dos locais e qual ação é necessária para melhorar o espaço. No caso, os principais pontos e problemas levantados estão representados nas Figuras 18 e 19, e, no Apêndice C, encontra-se o levantamento fotográfico dos 10 lugares mais citados pela pesquisa.

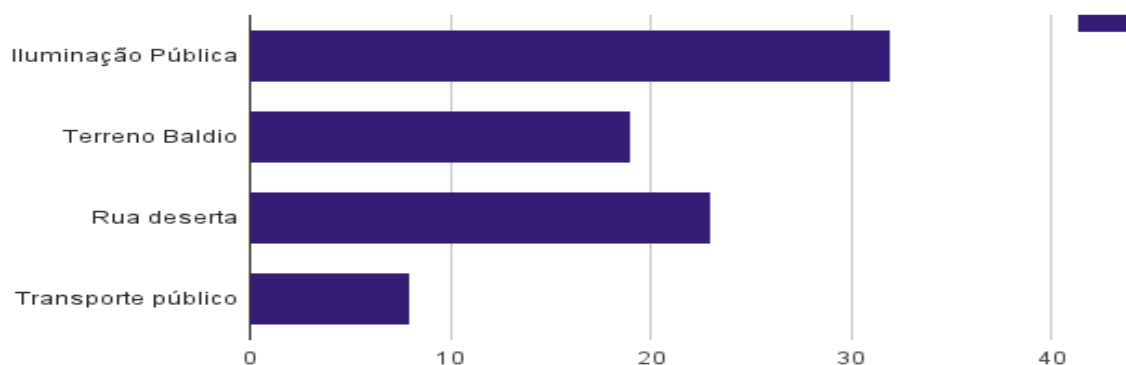
¹⁵Resultado completo do formulário Lugares das mulheres - Mapa coletivo encontra-se disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1HcQL6NqLZH9f8MB5mkW0QIEYChMKySCA9_vyv08xHo/edit#gid=541306074

Figura 18 - Recorte aproximado dos locais mais citados pelas mulheres que participaram da pesquisa Lugares das Mulheres - Mapa Coletivo.



Fonte: Mapa gerado pelo formulário da pesquisa elaborado pela autora.

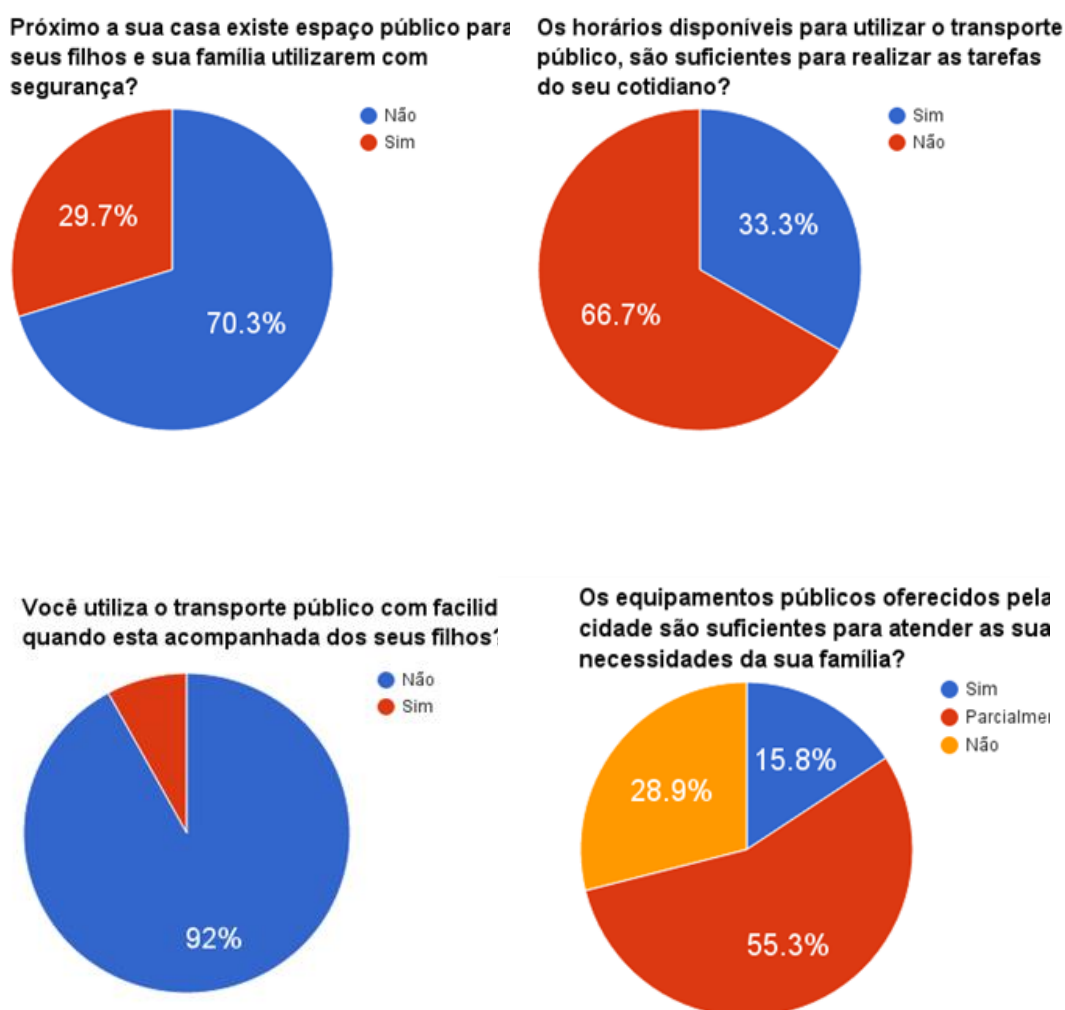
Figura 19- Principais características dos locais indicados no formulário Lugares das Mulheres - Mapa Coletivo que geram a sensação de insegurança percebida pelas usuárias.



Fonte: Gráfico gerado pelo formulário da pesquisa elaborado pela autora.

O terceiro bloco de perguntas foi estruturado para levantar a percepção das usuárias da cidade em relação à disponibilidade dos equipamentos públicos, que são os espaços onde as atividades públicas são oferecidas. Coube investigar, nesta etapa, se os mesmos são suficientes, por quem são utilizados e quais atividades são oferecidas. Os resultados podem ser conferidos na Figura 20:

Figura 20- Resultado das perguntas sobre a disponibilidade e condições dos equipamentos públicos.



Fonte: Gráficos gerados pelo formulário da pesquisa elaborado pela autora.

Complementando as perguntas objetivas, cujo resultado foi apresentado nos gráficos anteriormente, foram formuladas três perguntas descritivas¹⁶: uma questionando sobre a percepção do seu direito à cidade, outra sobre as principais dificuldades encontradas para realização das atividades do cotidiano e uma terceira, solicitando sugestões de prioridades e soluções para a cidade.

Sobre a primeira pergunta, a maioria das mulheres percebe que o direito à cidade está relacionado ao acesso de todos os cidadãos aos espaços e equipamentos públicos da cidade, além da capacidade de ter mobilidade com segurança e a oportunidade de participar das

¹⁶Resultado completo do formulário Lugares das mulheres - Mapa coletivo encontra-se disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1KNOWQH6tuzDbwBJzXSksWoGAA3x1-i8UGCoXMZ51QIq/edit#gid=702739620>

decisões da cidade. Destaca-se, em algumas respostas, o sentimento de não terem esse direito atendido e o baixo índice de participação no Plano Diretor, visto que apenas 20,3% das entrevistadas acusaram ter participado de alguma atividade do Plano Diretor. Cabe ressaltar que nas entrevistas presenciais a maioria das mulheres respondeu da mesma forma, como pode ser verificado nos seguintes comentários registrados:

“Fico à margem da cultura, do esporte e do lazer. Meu lugar é na fábrica, na cozinha e na igreja”.

“Todo cidadão tem deveres e direitos quanto à sua cidade. Na atual situação, penso que nossos direitos não estão sendo respeitados, tão pouco compreendidos pelos responsáveis.”

Ao responderem a pergunta sobre as principais dificuldades encontradas para realizarem suas atividades cotidianas, a questão da acessibilidade foi a mais citada. Relatam sobre a necessidade de ter mais horários de ônibus disponíveis ao longo do dia, a necessidade de ter um sistema de ciclovias que dê condições de circular com segurança e a condição das calçadas, que se apresentam em péssimas condições e sem arborização. Esses três pontos – transporte público, ciclovias e calçadas arborizadas – foram as questões mais abordadas pelas usuárias da cidade que participaram da pesquisa. Este dado aponta que a mobilidade oferecida pela cidade, hoje, não oferece condições suficientes para as mulheres desenvolverem suas atividades cotidianas com segurança. Os relatos revelam a disposição de realizarem suas atividades utilizando esses meios citados, mas não o fazem por não se sentirem seguras e pela falta de estrutura suficiente.

“Não é em todas as ruas da cidade que possui espaço para os pedestres caminharem. Poucos horários de ônibus para a região aonde moro, além de não me sentir muito segura, às vezes, para ir a pé a algum local que seja próximo da onde moro”.

Ainda sobre locomoção diária:

“- Embora consiga fazer a maioria dos trajetos a pé, existe o problema do conforto nesses deslocamentos;
- A falta de arborização e a má qualidade das calçadas;
- Pouco tempo no semáforo de pedestres (poucos segundos para atravessar a rua), enquanto os carros seguem tranquilamente, muitas vezes com apenas uma pessoa dentro do carro, confortável, no ar condicionado. E os pedestres (crianças, idosos, necessidades especiais) esperando muito tempo pra atravessar a rua no sol ou chuva.”.

“Mesmo com essas dificuldades, eu ainda faço, porque preciso e quero. Mas, se fosse uma pessoa de idade, uma mãe com crianças, ou uma pessoa deficiente, esses três pontos dificultam muito mais o cotidiano”.

Sobre a relação de prioridade e sugestões, foi muito citado a necessidade de ter as calçadas revitalizadas e arborizadas, mais espaços de lazer e cultura. Sugerem também a descentralização dos equipamentos públicos, para facilitar o acesso próximo aos bairros, pois consideram que a centralização dificulta a mobilidade diária quando necessitam utilizar tais equipamentos. Melhoria e ampliação de horários para o transporte público. Sobre a necessidade de novos equipamentos, defendem a criação de um Hospital Público Infantil.

A percepção geral das mulheres que participaram da pesquisa, quando questionadas sobre as principais qualidades da cidade, aponta para as seguintes questões: sobre a diversidade de uso, chama a atenção o fato de que vários comentários trazem como vantagem a presença do comércio espalhado pela cidade. Nessa lógica, justifica-se porque apontam a necessidade de descentralizar também os equipamentos públicos. Complementando essa questão do uso da cidade e defendendo a necessidade da proximidade dos equipamentos como um facilitador para a realização das atividades cotidianas, há também a necessidade do transporte coletivo, com a mesma função: agilizar a mobilidade entre a diversidade de atividades realizadas pelas mulheres ao longo do dia. Destacam a presença da Universidade como um fator positivo para o desenvolvimento do conhecimento. A beleza da paisagem e a qualidade ambiental também aparecem como elementos positivos da cidade, e, mesmo que falem árvores nas calçadas, valorizam o fato de a cidade ter seus parques naturais preservados.

Assim, é possível concluir que as percepções e demandas levantadas nos dois exercícios de pesquisa, tanto nos encontros do *World Café* como no espaço *online*, trouxeram reflexões e apontaram para questões similares, onde a questão da segurança, mobilidade e os espaços de uso público foram os pontos mais discutidos entre as usuárias da cidade.

Cabe ressaltar a disposição das mulheres participantes em querer participar dos espaços de decisão, mas não terem tempo, e também o fato de que a maioria das mulheres não sabia o que era o Plano Diretor e também não tinha parado para pensar ou conversar sobre o seu direito à cidade. Desta forma, os relatos reforçam as questões discutidas nos capítulos anteriores, onde fica clara, em vários momentos, a condição da mulher de viver em função da reprodução, do seu condicionamento ao espaço privado, da dificuldade de fluir na cena pública, do enfrentamento do medo e da insegurança. A discussão que se abre, então, a partir desta experiência coletiva, é a necessidade de pensar a cidade com as mulheres. Além, claro,

do desafio de buscar metodologias de participação que possibilitem incluir, a partir da experiência de viver a cidade, a necessidade de todos.

3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS POSSIBILIDADES

Neste capítulo identificar-se-ão alguns casos, movimentos e avanços que apontam para a inclusão da demanda das mulheres no desenvolvimento das cidades. Com esse objetivo, serão abordadas algumas experiências nacionais, nas quais a questão de gênero foi incluída nas decisões de planejamento das cidades. Serão apresentados os casos da cidade de São Paulo, através do Plano Diretor Estratégico, e da cidade de Santo André. A escolha dessas duas cidades deve-se ao fato de que são as únicas cidades brasileiras que passaram pela experiência de inclusão da questão de gênero e tiveram suas experiências em políticas urbanas publicadas. Assim, a análise acontece a partir de artigos científicos e entrevista com a Secretária da Secretaria de Políticas para Mulheres do Município de Santo André, Silmara Conchão.

Outro estudo realizado foi um levantamento sobre a participação das mulheres nas arenas de decisões coletivas da cidade a fim de averiguar sua representatividade e a equidade de gênero nos Conselhos Municipais deliberativos da cidade Blumenau.

Com a conclusão deste estudo, foi possível construir um documento síntese para representar as demandas levantadas pelas mulheres durante a pesquisa realizada. Esse documento, intitulado Carta das Mulheres para Cidade de Blumenau, ofereceu conteúdo para a segunda fase do trabalho, que não estava prevista inicialmente na metodologia, uma vez que o conteúdo da pesquisa foi utilizado para representar e debater as contribuições e demandas das mulheres nas arenas públicas de manifestação de debates da cidade. Desta forma, cabe relatar ao longo deste capítulo, como se deu esse processo e como foram esses momentos.

3.1 A participação das mulheres como representantes da sociedade civil nos conselhos deliberativos da cidade de Blumenau

Discutir sobre a participação social requer um entendimento sobre quem e como as decisões econômicas, sociais e políticas são tomadas para o desenvolvimento da sociedade. Necessário compreender que o princípio da participação social é um caminho democrático que legitima as decisões que precisam ser tomadas quando se pensa o bem comum. Rocha e Bursztyn (2005) fazem essa reflexão e trazem uma abordagem sobre a questão da participação sob a luz de alguns autores que nos ajudam a compreender o tema principal desta reflexão.

Segundo Sayago (2000 apud ROCHA; BURSZTYN, 2005, p. 1) participação social pode ser entendida como a conexão entre o indivíduo e a sociedade. Numa visão mais ampla, é possível relacionar participação social com o “processo de redefinição entre público e privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor de sujeitos sociais que geralmente não tem acesso” (JACOBI, apud ROCHA; BURSZTYN, 2005, p. 1).

Para Sherry Arnstein (2002), o ponto chave da participação cidadã está atrelado ao poder cidadão, por considerar que a participação é a redistribuição do poder, dando aos cidadãos excluídos dos processos políticos e econômicos a possibilidade de promover reformas sociais relevantes e que permitam ter acesso e compartilhar os benefícios de toda sociedade. Seguindo esse argumento da participação de todos, Rocha e Bursztyn (2005) afirmam que a participação é um imperativo para o desenvolvimento sustentável, por considerar que as decisões em atender as necessidades básicas de todos, no presente, inclui as necessidades das futuras gerações, que não podem participar no momento. Logo, são as gerações presentes que definem o futuro de todos. Isso significa colocar a vida de todas as pessoas para definir as decisões econômicas, sociais e ambientais. Quando falamos em todas as pessoas, Valdivia (2016) chama a atenção sobre o risco de se lançar uma visão genérica e afirma que a neutralidade invisibiliza a diversidade de experiências e necessidades das pessoas, e que isso tende a privilegiar determinados grupos e sujeitos (por gênero, classe social, origem...).

Essa questão provoca uma reflexão sobre a condição e as necessidades das mulheres diante dos processos de participação onde se definem as políticas públicas e se promove o desenvolvimento. Considerando o que diz Urquiza (2003 apud ROCHA; BURSZTYN, 2005) sobre o desenvolvimento sustentável estar intimamente ligado a qualidade e a quantidade do capital humano e social envolvido no processo de desenvolvimento, ele faz uma ponderação importante sobre as desigualdades e diferenças socioeconômicas e culturais como sendo uma condição não resolvida no Brasil. Diante dessa condição, cabe a pergunta: como se dá o envolvimento das mulheres nos espaços de participação e decisão compartilhada sobre o desenvolvimento da cidade?

O objetivo deste capítulo foi levantar os índices de participação das mulheres nos Conselhos Municipais deliberativos, considerados como a principal arena de participação para decisão política, econômica e administrativa da cidade de Blumenau. Este exercício possibilitou a compreensão de quais são os temas relacionados à cidade que interessam às mulheres e quais os papéis que as mesmas desempenham na arena de decisão da sociedade blumenauense, além de anunciar o nível de equidade de gênero nos Conselhos Municipais.

Os dados para realização deste trabalho foram solicitados às Secretarias Municipais que possuem, em sua estrutura administrativa, espaços para participação da sociedade e que possuem Conselhos Deliberativos. Hoje, Blumenau possui em sua estrutura administrativa¹⁷ vinte e dois Conselhos Municipais deliberativos e seis conselhos consultivos, órgãos colegiados formados por representantes do poder público municipal e sociedade civil organizada.

Para a análise dos dados, foram considerados os representantes da sociedade civil dos seguintes Conselhos Municipais deliberativos¹⁸:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Conselho Municipal de Habitação;
Conselho Municipal de Assistência Social;
Conselho Municipal de Contribuintes;
Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social;
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
Conselho Municipal de Educação;
Conselho Municipal de Saúde;
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau;
Conselho Municipal do Meio Ambiente;
Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau;
Conselho Municipal de Planejamento Urbano;
Conselho da Cidade de Blumenau.
Conselho Municipal de Política Cultural;
Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas;
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

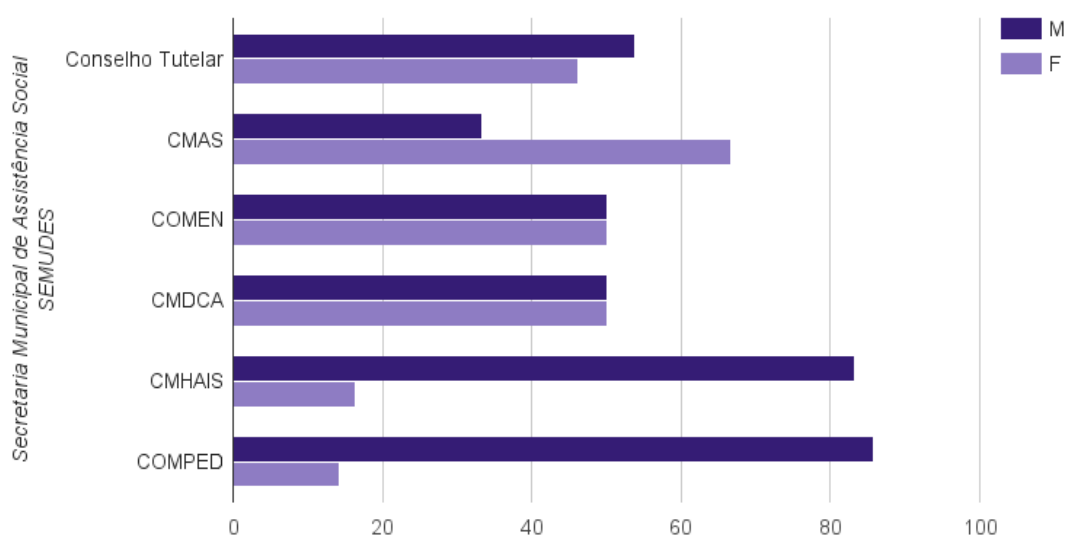
Dos 22 Conselhos existentes, 16 disponibilizaram informações completas, sendo que a maioria das informações não estava disponível no ambiente online da Prefeitura Municipal de Blumenau. Neste caso, foi solicitado diretamente aos responsáveis pela administração dos Conselhos, sendo que apenas a Secretaria de Planejamento não disponibilizou os nomes dos

¹⁷Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/estrutura-administrativa/pagina/estrutura-administrativa>. Acesso em 10 dez. 2016.

¹⁸Todos os dados disponibilizados pelas Secretarias Municipais de Blumenau sobre a composição dos membros dos Conselhos Municipais estão disponíveis em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B7mTYxB83BTYbDFrRGJIWm9SSmM>

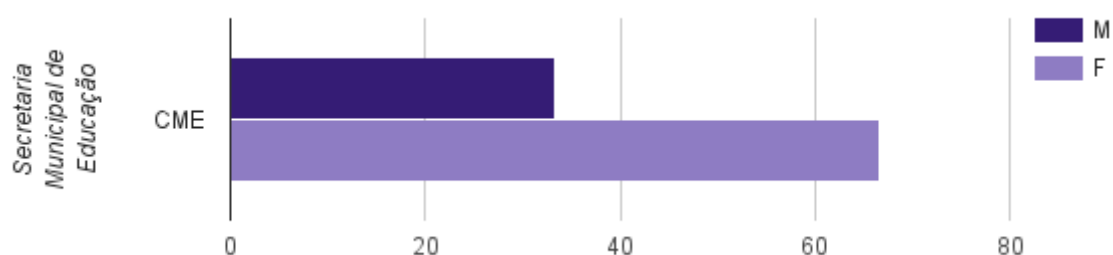
conselheiros do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau (COPE) e do Conselho da Cidade de Blumenau (CONCIBLU). O restante das secretarias atendeu ao pedido e as informações foram consideradas para a construção dos gráficos. Nos gráficos a seguir (Figuras 21 a 28) ficam expostos os resultados, em percentual, relativos à participação e equidade de gênero nos Conselhos Municipais deliberativos de Blumenau.

Figura 21- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Assistência Social do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social; COMEN - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas; CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CMHAIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social; COMPED - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



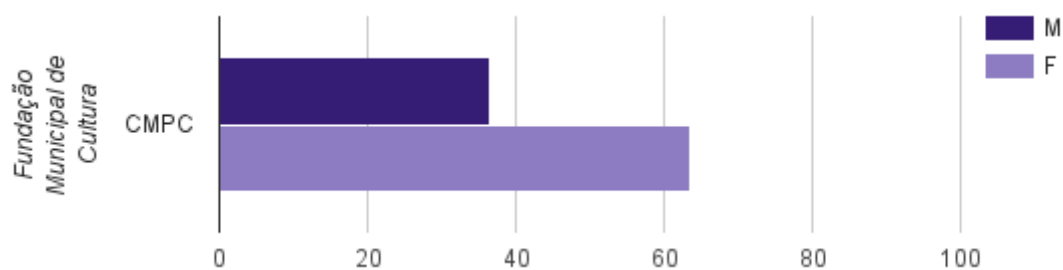
Fonte: Autora.

Figura 22- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição do CME - Conselho Municipal de Educação que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Educação do Município de Blumenau.



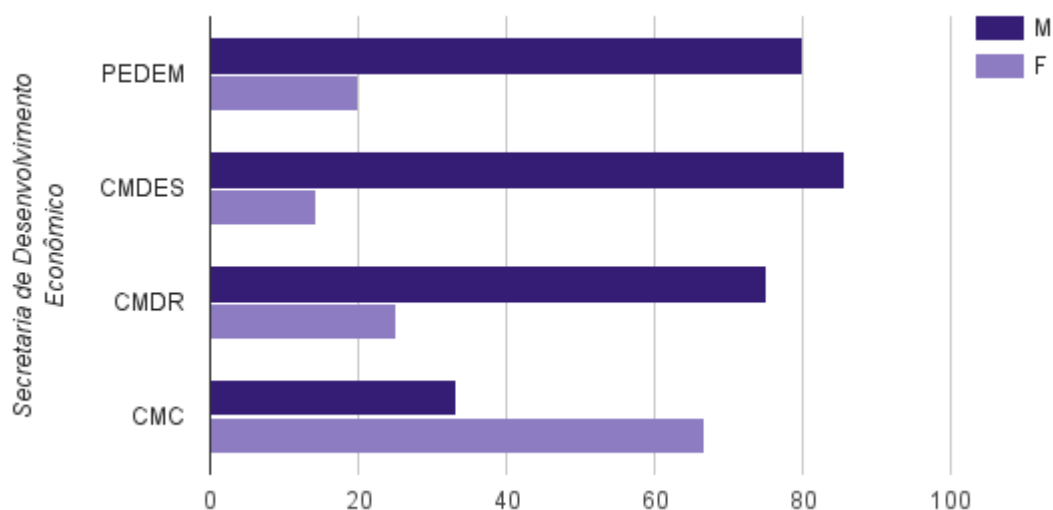
Fonte: Autora.

Figura 23 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição do CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural que compõem a estrutura administrativa da Fundação Cultural do Município de Blumenau.



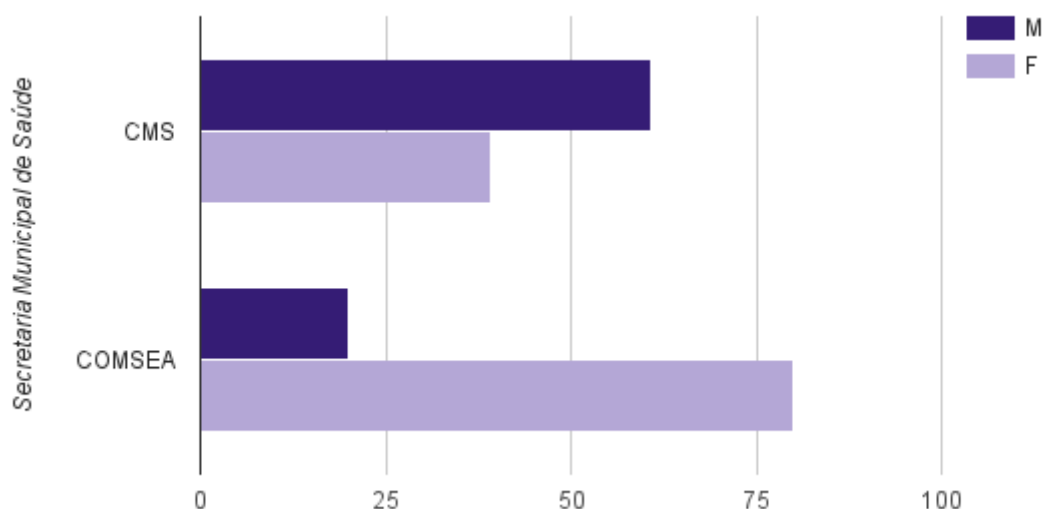
Fonte: Autora.

Figura 24- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: PEDEM - Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico; CMDES - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social; CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; CMC - Conselho Municipal de Contribuintes.



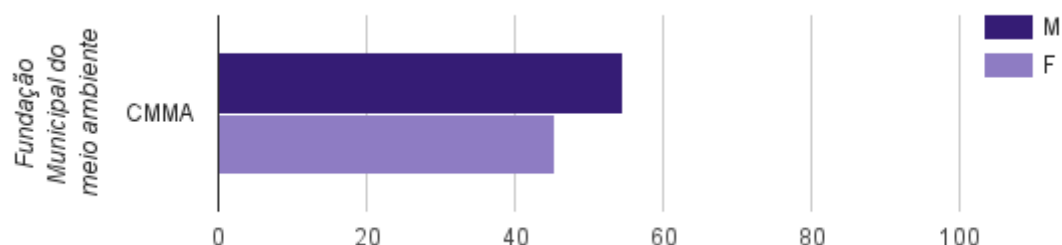
Fonte: Autora.

Figura 25- Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Saúde do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: CMS - Conselho Municipal de Saúde; COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau.



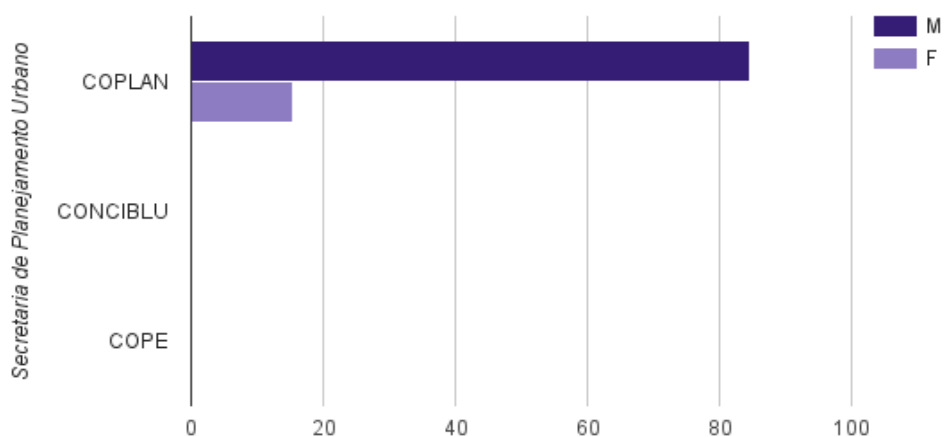
Fonte: Autora.

Figura 26 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição do CMMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente que compõem a estrutura administrativa da Fundação Municipal de Meio Ambiente.



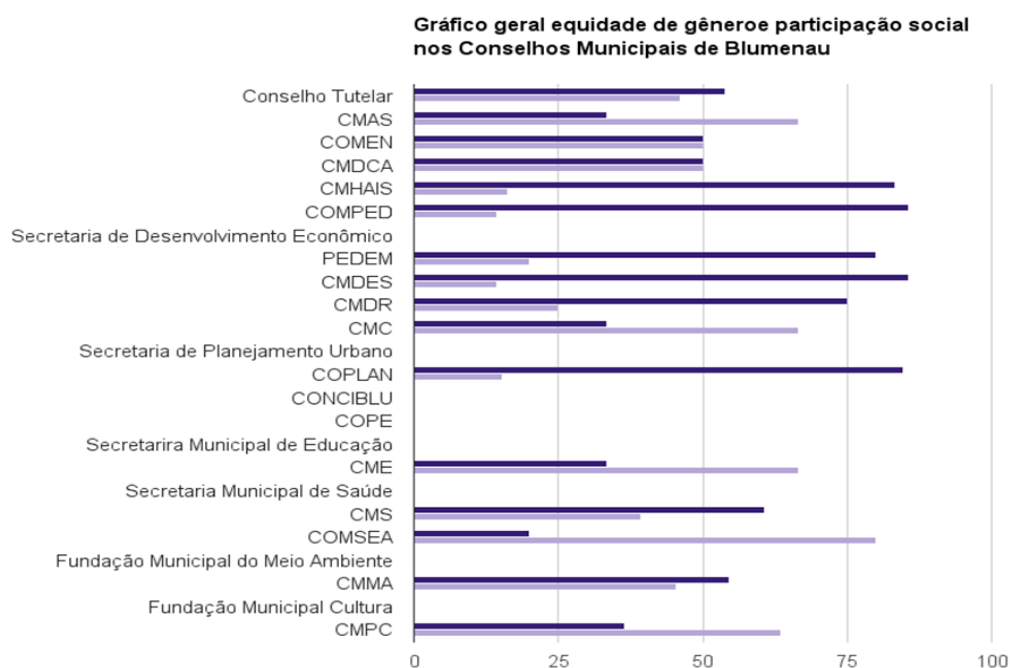
Fonte: Autora.

Figura 27 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais que compõem a estrutura administrativa da Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Blumenau. São os seguintes conselhos: COPLAN - Conselho Municipal de Planejamento Urbano; CONCIBLU - Conselho da Cidade de Blumenau; COPE - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau.



Fonte: Autora.

Figura 28 - Equidade de gênero entre os membros indicados pela sociedade civil organizada para composição dos Conselhos Municipais deliberativos que compõem a estrutura administrativa das Secretarias e Fundações do Município de Blumenau.



Fonte: Autora.

Quando Gutiérrez (1997 apud VALDÍVIA, 2016, p. 1) afirma que as diferenças sexuais provocam desigualdades sociais, que a construção cultural reforça as diferenças sexuais e de identidade de gênero, e, com isso, determina a função que desempenha nas organizações sociais, isso nos ajuda a entender que essa divisão de papéis construída culturalmente revela os espaços de influência. Segundo Valdívía (2016), é dada aos homens a associação do domínio da esfera pública e, com isso, se associa a eles todo o trabalho produtivo, as atividades econômicas e o mundo político. Já para as mulheres, são associadas as atividades da vida reprodutiva e dos cuidados designados para a esfera do espaço privado. Essa condição afirmada por séculos pode ser considerada uma falácia, uma vez que as mulheres sempre estiveram envolvidas com a vida pública, trabalhando em diversos lugares, como fábricas, comércio e de forma autônoma.

Essa reflexão trazida pelos autores afirma a realidade das informações encontradas nos gráficos das figuras 21 a 24, uma vez que todos os conselhos que deliberam sobre as atividades ligadas ao cuidado e a reprodução, como é o caso dos conselhos das Secretarias de Assistência Social, Cultura e Educação, têm, em quase toda a maioria, representantes femininas da sociedade civil organizada. Já os conselhos ilustrados nas figuras 25 a 28, que

deliberam sobre a esfera produtiva, como é o caso das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano têm, em sua maioria, os homens como representantes. Diante deste desequilíbrio de representatividade, cabe dizer que os espaços de participação da cidade de Blumenau são desiguais.

Na figura 27 temos a relação da participação em todos os conselhos, onde é possível perceber que, no geral, a participação dos homens é superior à participação das mulheres. Cabe, então, refletir sobre as razões que levam a esse cenário de desigualdade. Um fato já abordado é a questão dos papéis sociais e a relação das tarefas públicas e privadas, porém é importante refletir sobre outra questão, que é a disponibilidade de tempo para participação das atividades coletivas e reuniões. Afirma Boccia (2003 apud VALDÍVIA, 2016) que o tempo pessoal condiciona totalmente o tempo social, e, nessa perspectiva, considerar que a mulher acumula as atividades da reprodução e as responsabilidades com as tarefas produtivas, considerando os casos em que as famílias não conseguem resolver essa demanda de forma equilibrada, podemos dizer que as mulheres vivem uma jornada de sobrecarga de responsabilidades, e concluir, com isso, que falta de tempo é uma razão que impede as mulheres de participarem desses eventos.

Esse cenário se agrava diante da falta de flexibilidade de horário para ocorrência das reuniões e a falta de estrutura para acolher os filhos durante as atividades de representação coletiva, considerando que a maioria das reuniões dos Conselhos acontece no período de horário comercial, em locais centralizados, e sem nenhum suporte para acolher as mulheres que precisam de espaço para deixar seus filhos durante as reuniões.

Desta forma, podemos concluir que diante de tais desigualdades e limitações, existe uma lacuna para ser resolvida de modo a garantir a participação das mulheres e promover a equidade de gênero nos conselhos da cidade de Blumenau.

3.2 Experiências e referências de políticas urbanas com enfoque na questão da mulher

O tema sobre o direito das mulheres à cidade vem sendo debatido em importantes fóruns nacionais e internacionais e percebe-se o avanço dessa discussão pela temática abordada no Habitat III¹⁹- 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que aconteceu em outubro de 2016 em Quito, no

¹⁹Programação completa do evento Habitat III encontra-se disponível em: <https://www.habitat3.org/>. Texto referência da área: Coesão Social e da Igualdade - Cidades Habitáveis <https://www.habitat3.org/bitcache/6152487d463cc5f9b70ac32fc32321cf31f59953?vid=542862&disposition=inline&op=view> Acesso em 02 jun. 2016.

Equador. Quando a questão da igualdade de gênero está incluída entre os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável²⁰ para o milênio e num momento histórico em que as Nações Unidas declaram que “O espaço urbano não oferece igualdade de tratamento para homens e mulheres”, fica claro que existe uma mudança de paradigma em curso e que é preciso atenção para transformar essa realidade. Para complementar a defesa da importância da integração de vários atores da sociedade na construção da cidade como modelo de espaço social, Nelson Saule Junior, advogado especializado em direito urbanístico e integrante da equipe técnica do Instituto Pólis, faz o seguinte apontamento:

Para que haja cidades justas, humanas, saudáveis e democráticas, é preciso incorporar os direitos humanos no campo da governança das cidades, de modo que as formas de gestão e as políticas públicas tenham como resultados de impacto a eliminação das desigualdades sociais, das práticas de discriminação em todas as formas da segregação de indivíduos, grupos sociais e comunidades, em razão do tipo de moradia e da localização dos assentamentos em que vivem. Em diversas regiões do mundo, são muitas as experiências de lutas sociais para modificar os modos de governar, planejar e desenvolver as cidades, de modo que os seus habitantes apropriem-se e usufruam a riqueza, tanto no aspecto econômico, como também na produção do conhecimento e da cultura.” (SAULE JUNIOR, 2005, p.1).

No Brasil, esse debate tem sido abordado com relevância por diversas organizações não governamentais, movimentos populares, associações profissionais, pesquisadores, grupos religiosos e organizações políticas que adotam uma plataforma de reforma urbana, especialmente a partir do processo de democratização do país em meados da década de 1980. Tal debate ressalta a importância da plataforma da reforma urbana para o avanço das políticas públicas neste setor no país, contribuindo para desencadear vários processos de mudança no que tange à segregação e à discriminação nas cidades brasileiras.

A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil aponta mudanças significativas com a criação, no ano de 2003, do Ministério das Cidades, solicitação que foi incluída na Constituição Federal em 1988 através de uma emenda Popular de Reforma Urbana encaminhada ao Congresso Federal pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que contou com mais de 250 mil assinaturas e garantiu a inserção do capítulo sobre política urbana da Constituição Brasileira. Essa importante conquista é fruto de um amplo movimento que envolveu diversos setores da sociedade, tais como arquitetos urbanistas, advogados, engenheiros e a participação dos movimentos sociais.

²⁰Texto completo: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” encontra-se disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 02 jun. 2016.

Foram 25 anos de articulação e pressão popular organizada pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que trouxe como enfoque principal de luta as seguintes bandeiras: direito à propriedade, o direito a construir, o combate a especulação imobiliária e a promoção da função social da propriedade. Além da criação do Ministério das Cidades, importante órgão do Estado que tem como objetivo promover a equidade social e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, outro resultado prático que cabe ressaltar foi a conquista do Estatuto da Cidade, outorgado pelo Congresso Federal em 2001, que garantiu o princípio da gestão democrática da cidade e que, por isso, pode ser considerado um avanço, uma vez que implementou os Planos Diretores Participativos, Conselhos das Cidades e criou novas regras para liberação e gestão das verbas públicas. Além disso, houve também a criação de novas regras para realizar investimentos federais, deixando a liberação dos recursos condicionada a estudos de impactos ambientais e sociais.

O Estatuto da Cidade traz o Plano Diretor como instrumento chave para promover o ordenamento das políticas urbanas no âmbito dos municípios brasileiros, definindo estratégias para garantir dois aspectos relevantes: o cumprimento da função social da propriedade e a participação da sociedade. Esta nova legislação possibilita que o processo de discussão do Plano Diretor defina normas para promover o respeito à propriedade e sua função social no âmbito do território municipal. Desta forma, os planos deixam de ser estruturados apenas a partir do ponto de vista técnico e passam a ser implementados a partir de uma perspectiva mais política e estratégica, com o objetivo de democratizar a arena de decisão, trazendo instrumentos que dêem condições de promover a participação de diversos segmentos da sociedade, moradores e associações de bairros que antes não tinham acesso a debate algum sobre a cidade.

Esse processo participativo foi instrumentalizado pelos Planos Diretores através das Conferências das Cidades e pelos Conselhos das Cidades, ambientes de debate e de deliberação criados para a construção das políticas públicas territoriais, as quais podem ser entendidas como uma ação afirmativa da aplicação do princípio democrático previsto na Constituição de 1988 no Estatuto da Cidade.

Cabe ressaltar a importância da implementação dos novos instrumentos que incentivam a mobilização social, como o formato sugerido para os planos diretores participativos, entre outros instrumentos que buscam promover novas abordagens e possibilidades para implementação de políticas públicas urbanas. Porém, para Renato Cymbalista, esses instrumentos não são suficientes para alavancar as transformações necessárias para o quadro urbano do país, alegando que o debate que tenta enfrentar a questão

da participação dos cidadãos no processo de construção da cidade representa uma lacuna entre o discurso e a prática eficaz. O autor preceitua que apenas a renovação do discurso não será suficiente se não houver mudanças na prática, que tenham como objetivo a efetiva reforma urbana (CYMBALISTA, 2006).

Em 2006, na fase inicial de implementação dos Planos Diretores Participativos, foram mobilizados 1.682 municípios brasileiros acima de 20 mil habitantes. Este processo visou à criação dos planos em municípios onde até então não havia Plano Diretor regulamentado e também para promover a revisão nas cidades que tinham seus planos já aprovados. Foi, sem dúvida, o maior movimento realizado em todo Brasil ao longo de sua história, visando à discussão e regulamentação das questões sobre o território urbano brasileiro.

Porém, diante das publicações estudadas, foi encontrado o relato de que apenas dois municípios brasileiros incluíram em suas pautas a discussão sobre a questão de gênero para a elaboração das políticas urbanas: as cidades de Santo André e São Paulo. Segundo Gonzaga (2004), isso ocorreu por intermédio do movimento de mulheres, que conseguiu participar ativamente do processo de construção do Plano Diretor para incluir suas demandas referentes ao ordenamento do território. Essa é uma questão para se refletir, diante do desafio de considerar esse processo participativo como estratégico para garantir a equidade e justiça social para as cidades brasileiras.

Diante desta conjuntura, apontam-se algumas questões para reflexão: Qual é o alcance e como está sendo realizado o processo proposto como participativo para os planos diretores? A metodologia utilizada, pautada nos eixos estruturais de infraestrutura e questões econômicas da cidade, contempla de forma clara o entendimento de todos a respeito das soluções trazidas para ordenar o espaço da cidade? Os fóruns de representatividade e debate garantem, de forma ampla, a inclusão da demanda de todos? Será que é legível para a comunidade o entendimento do debate técnico que se faz sobre a cidade?

Não há a intenção, nesta pesquisa, de buscar respostas para todos esses questionamentos, mas sim, realizar um recorte para ampliar o entendimento sobre o enfoque da participação e contribuição da mulher, relatando algumas experiências de participação para o fomento da elaboração de políticas urbanas, mais especificamente, trazendo um enfoque para iniciativas que revelem a mulher como público específico. Trata-se de um exercício que visa ampliar o entendimento sobre o papel feminino na construção da cidade contemporânea, organizando algumas iniciativas e recomendações.

Numa breve análise sobre a participação da mulher na construção da cidade e na luta de seus direitos e cidadania, ressalta-se que, historicamente, muitos movimentos de bairros, comunitários e de saúde têm sua base na organização feminina.

No Brasil, o movimento de mulheres pode ser tomado como referência nesse processo de mudanças. Um exemplo que vale relatar foi o processo de construção do Plano Diretor de São Paulo, que, através da Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo, conseguiu incluir no Artigo 22 do Capítulo II do Plano Diretor Estratégico - PDE a obrigatoriedade dos assuntos de gênero nas ações de políticas sociais. Dentro desse artigo foi criado um adendo chamado “Diretrizes Específicas para a Mulher” que orienta para a necessidade de incluir a questão de gênero na construção de políticas urbanas e sociais (GONZAGA, 2004) considerado como um avanço a forma transversal como foi incluída a questão de gênero no Plano Diretor da cidade de São Paulo, principalmente no que implica a construção das leis que regulamentam o território. Tal aspecto pode ser observado no seguinte texto:

Art. 22 - As ações do Poder Público devem garantir a transversalidade das políticas de gênero e raça, e as destinadas às crianças e adolescente, aos jovens, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, permeando o conjunto das políticas sociais e buscando alterar a lógica da desigualdade e discriminação nas diversas áreas (SÃO PAULO, 2002).

A autora destacou o diferencial que essa abordagem traz em relação ao reconhecimento da desigualdade que existe ao deliberar sobre o desenvolvimento das leis que regem as políticas urbanas, e considera que, ao trazer o enfoque de gênero, o Plano Diretor de São Paulo abre uma significativa possibilidade de promover a equidade social no território urbanizado.

A seguir serão listadas as principais recomendações registradas nas Diretrizes Específicas para as Mulheres (DEM) referentes às políticas urbanas e sociais de gênero que foram sugeridas para inclusão no Plano Diretor Estratégico de São Paulo através da uma audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em setembro de 2002:

- a) Priorizar programas habitacionais com subsídios para mulheres que chefiam as famílias;
- b) Garantir que o título da propriedade ou de concessão real de uso seja feito em nome da mulher;

- c) Na questão do uso do solo, a criação da lei que obriga a murar os terrenos vazios da cidade;
- d) Desenvolver campanhas educativas de combate ao assédio sexual nos transportes;
- e) Garantir a aplicação de normas que garantam a acessibilidade aos edifícios e levem à diminuição das barreiras arquitetônicas, promovendo o rebaixamento de guias para locomoção dos carrinhos de bebês, de feira, etc.;
- f) Relocação dos pontos de ônibus em lugares ermos, pois favorecem o estupro das mulheres;
- g) Banheiros públicos de qualidade e gratuitos, localizados em locais centrais e periferias;
- h) Criar condições para as mulheres utilizarem os espaços públicos com estrutura para atender as necessidades dos filhos, como fraldário, bancos, playground, arborização;
- i) Criação de itinerários interbairros, que passem pelas creches, escolas, unidades básicas de saúde e comércio;
- j) Garantir a aplicação de normas para diminuir as barreiras arquitetônicas de edifícios e espaços públicos, qualificar os passeios com rebaixamento da via para acesso de carrinhos de bebês, cadeirante, idosos;
- k) Fortalecimento e implementação dos espaços de amparo a mulheres vítimas da violência doméstica e sexual;
- l) Aumento do número de creches e escolas integrais, como os Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUS;
- m) Iluminação pública como estratégia para garantir segurança;
- n) Sistema de sinalização nos espaços da cidade que possam oferecer risco de violência contra a mulher;
- o) Garantir a participação da mulher em organismos de representação, como orçamento participativo, conselhos e conferências;
- p) Participação das entidades das mulheres nas agências de desenvolvimento social e econômico.

Essas são algumas das reivindicações que apontam a perspectiva de gênero para o desenvolvimento de políticas urbanas. Dessa forma, o debate sobre a necessidade de infraestrutura para si e para os filhos, como creches, escolas, espaços culturais, de lazer, esporte e

segurança pode ser entendido como um arranjo estratégico para o processo de urbanização da cidade, e significa dar suporte ao direito à reprodução e a autonomia da mulher para acessar a sua emancipação e cidadania. Santoro (2008) também afirma que criar regras que incluam as demandas das mulheres nas políticas territoriais significa incluir a todos.

A experiência dos movimentos de mulheres na luta pela inclusão das demandas de gênero no processo de planejamento da cidade de Santo André se deu de forma muito semelhante ao processo da cidade de São Paulo. Foi determinante, em ambos os casos, a organização do movimento social de mulheres e o canal de participação disponibilizado por parte do poder público, contando com apoio de vereadores e a disponibilidade, por parte da prefeitura, em abrir o processo de construção do plano diretor num formato participativo.

Gonzaga considera o plano diretor de Santo André o pioneiro na inclusão da questão de gênero, uma vez que este apresentou um plano setorial exclusivo para tratar a questão da mulher. Intitulado “Plano Municipal dos Direitos das Mulheres (PMDM)”, ele estabeleceu políticas específicas voltadas para mulheres, integradas a todos os setores da administração, o que ampliou a possibilidade de aplicar ações previstas no plano, como creches, escolas, mobilidade, espaços públicos. Logo, tais demandas passaram a ser incorporadas de forma transversal em todas as secretarias da administração municipal.

Abaixo segue uma síntese dos principais itens que compõe a Seção XII que constitui as diretrizes do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres (PMDM) da cidade de Santo André.

- I. Estabelecer políticas públicas aos órgãos municipais, combatendo a discriminação e objetivando a melhoria da qualidade de vida da população feminina da cidade;
 - II. Estabelecer maior participação do poder público na socialização do trabalho doméstico, visando a facilitar a gestão da vida cotidiana com melhoria e criação de equipamentos sociais, tais como: postos de saúde, creches, refeitórios, cozinhas e lavanderias coletivas, escolas em período integral;
 - III. Formular programa que incentive o emprego e incentivos fiscais, financeiros e técnicos, voltados especificamente para mulheres, de modo que se estimule a formação e o desenvolvimento de pequenas e micro empresas;
 - IV. Estabelecer normas para a formação de um banco de dados sobre a mulher no município, objetivando inventariar a situação da mulher;
 - V. Assegurar a participação das mulheres na elaboração, acompanhamento e gestão dos programas e equipamentos públicos.
- (SANTO ANDRÉ, 1990).

E assim segue o detalhamento em várias áreas, como ordenamento territorial, trazendo diretrizes para os programas habitacionais; na questão sobre meio ambiente, com orientações para que os espaços públicos com área verde sejam distribuídos na cidade de forma a atender, com equipamentos e infraestrutura, diferentes demandas de público, destacando-se os espaços para mulheres em período de amamentação e que precisem de cuidados com os bebês.

Para compreender os resultados obtidos por esse movimento, foi realizada uma entrevista com Silmara Conchão²¹, atual Secretária da Secretaria das Mulheres de Santo André, no dia 20 de abril de 2016, com o objetivo de identificar os principais avanços que a cidade conquistou com a inclusão do tema de gênero no plano diretor e saber se houve a continuidade do processo de emancipação das mulheres em relação à construção e acesso à cidade.

Conchão relatou o histórico do movimento de mulheres de Santo André durante o período de 1998 a 2002, considerando os principais momentos em que as mulheres estiveram engajadas na discussão da cidade e garantiram a inclusão de suas pautas na elaboração do Plano Diretor de Santo André. Foram vários encontros promovidos na cidade, organizado pelo movimento de mulheres e pela Secretaria de Mulheres do Município. Esse trabalho contou com a consultoria da geógrafa feminista Sonia Calió e pela arquiteta também feminista Terezinha Gonzaga.

Ao relatar sobre os principais avanços percebidos pela inclusão das questões de gênero na pauta do planejamento urbano da cidade de Santo André, Conchão destacou os seguintes pontos como relevantes:

- a) Titularidade habitacional dada às mulheres, em conjuntos habitacionais de interesse social, permitindo a garantia do acesso à habitação e gestão da moradia e segurança familiar;
- b) Descentralização dos serviços de saúde, facilitando o fluxo diário com cuidados consigo e com familiares;
- c) Aumento do acesso a programas de créditos (Banco do Povo) para mulheres, melhorando sua condição de vida e autonomia;

²¹ Entrevista realizada pela mestrandia em 20 de abril de 2016 (arquivo pessoal).

d) Aumento do número de creches. Essa questão foi colocada como demanda estratégica para o plano diretor, e hoje se percebe os avanços em ter uma rede acessível para famílias, liberando as mulheres para o mercado de trabalho;

e) A emancipação das mulheres líderes do movimento, ampliando os espaços de participação política, social e acadêmica;

f) Melhora da infraestrutura de iluminação pública, facilitando o acesso à cidade durante o período noturno.

Nos dois casos levantados, percebe-se um avanço significativo no engajamento e percepção por parte das mulheres que participaram deste processo do seu direito à cidade e o avanço na conquista de leis que garantem tais direitos. Entretanto, é preciso questionar como essa lei está sendo aplicada no dia-a-dia, e se essa articulação política é suficiente para promover, de fato, mudanças no cotidiano das mulheres no seu desenvolvimento diário entre as demandas do ambiente privado e seu desempenho na esfera pública. Ambas as experiências expressam uma mudança significativa na busca de exigir do público condições para a mulher participar desse espaço, porém a questão é a continuidade do processo. Uma vez incluída a lei no Plano Diretor, o desafio estaria em fazer sua aplicação ocorrer de modo satisfatório.

Especificamente sobre a questão metodológica de como manter e continuar avançando nas conquistas pelo direito à cidade percebe-se que em ambas as experiências relatadas, ocorridas na esfera política e no âmbito do detalhamento da lei, a discussão versa sobre ações específicas de como será possível sua execução no cotidiano. Neste sentido, um caminho para promover a função social da cidade de ser acessível a todos, se dá com o incentivo à participação na gestão democrática da cidade, e, para isso, estimular e orientar as mulheres para atuarem nos espaços de decisão e formulação de programas, projetos e planos de desenvolvimento pode ser um caminho para emancipação e conquista pelo direito à cidade.

3.3 Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau: as demandas das mulheres para construção de políticas urbanas

Com os relatos obtidos durante as entrevistas, foi possível sistematizar as principais demandas levantadas pelas mulheres, tendo como resultado o documento “Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau” que foi lida e protocolada durante a realização da sexta Conferência Municipal das Cidades, realizada em 04 de junho de 2016 na cidade de Blumenau, encontro este que trouxe como lema central “Cidades inclusivas, participativas e

socialmente justas” tendo como objetivo identificar os problemas enfrentados na cidade e buscar, de forma participativa, soluções para ampliar e garantir o direito à função social da propriedade e garantir a qualidade de vida nas cidades.

Neste evento o conteúdo da carta foi debatido e protocolado para ser encaminhado para o processo de Revisão do Plano Diretor de Blumenau e para a Conferência Estadual das Cidades. Cabe ressaltar a ampla participação do movimento de mulheres neste encontro da Conferência Municipal das Cidades, e o número expressivo de mulheres eleitas como delegadas para acompanhar o processo da discussão sobre a cidade na Conferência Estadual das Cidades, prevista para acontecer no segundo semestre de 2016, porém esta Conferência Estadual não aconteceu.

O conteúdo da carta, trazendo as demandas das mulheres sobre seu direito à cidade, integrou também o Manifesto Lilás²² (figura 29), documento construído coletivamente, envolvendo diversos coletivos de mulheres que participam do movimento pela criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Blumenau, onde cada coletivo preparou um texto expressando suas reivindicações e demandas.

²²Conteúdo completo do Manifesto Lilás. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/0B7mTYxB83BTYbEFjMTVCeHpGMWM>. Acesso em 20 jan. 2017.

Figura 29 - A imagem à esquerda traz o registro da reunião do Movimento Lilás, realizada no Galpão da Arquitetura, no mês de setembro/2016 com representantes de diversos coletivos da cidade para elaboração do texto do Manifesto Lilás. A imagem à direita traz a imagem publicada pelo movimento com todos os manifestos assinados, divulgando o compromisso assumido pelos candidatos com as pautas das mulheres e apoio à criação do Conselho Municipal de Mulheres de Blumenau. Imagem inferior retrata a instalação pública feita pelas mulheres na Praça Lilás do mês de novembro/2016 na Praça Getúlio Vargas, no bairro Garcia.



Fonte: Acervo online Movimento Lilás.

Assim, pode-se dizer que esse manifesto representa as principais pautas que serão defendidas pelo novo conselho. Este documento foi entregue a todos os candidatos a prefeito

de Blumenau nas eleições de 2016²³ e está sendo divulgado e discutido nos encontros das mulheres na Praça Lilás.

O conteúdo da Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau tem como objetivo sistematizar os principais tópicos discutidos e relacionados como prioridade pelas mulheres durante os encontros da aplicação da pesquisa. O texto completo da carta está disponível no Apêndice B e no seu endereço online²⁴. A seguir segue a lista de demandas entregue na Conferência das Cidades de 2016 e que integrou o Manifesto Lilás:

a) Sobre a participação da mulher na cidade

- Inclusão das questões de gênero na formulação da lei do Plano Diretor das cidades como um capítulo de caráter transversal e integrado com todas as secretarias do município.
- Estimular e criar condições para que as mulheres participem das discussões sobre a cidade, facilitando os horários, realizando os encontros em locais descentralizados, disponibilizando o espaço para as crianças poderem acompanhar as mães que não tem com quem deixar seus filhos durante as atividades.

b) Sobre a segurança das mulheres na cidade

- Incorporar, oficialmente, no sistema de equipamento urbano da cidade, espaço para acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência, incluindo a estruturação da delegacia da mulher, plantão de apoio e assistência social, bem como ampliar a quantidade de casas de apoio às mulheres.
- Criar lei responsabilizando donos de terrenos baldios e abandonados pela manutenção e constante limpeza, para mantê-los com boa visibilidade, pois esses espaços representam a principal causa de insegurança para as mulheres na cidade.
- Criar lei específica para incentivar que todos os prédios residenciais, comerciais e públicos, tenham abertura e uso prioritário virado para o lado da rua, evitando assim longos percursos vazios sem vitalidade.

²³Os candidatos que assinaram o Manifesto Lilás foram: Napoleão Bernardes (PSDB), Valmor Schiochet (PT), Arnaldo Zimmermann (PCdoB), Jean Kuhlmann (PSD) e Ivan Naatz (PDT).

²⁴Texto completo da Carta das Mulheres para Cidade Blumenau encontra-se disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B7mTYxB83BTYbEFjMTVCeHpGMWM>

- Criar plano de iluminação pública para dar visibilidade em locais mais distantes e isolados, próximo a pontos de ônibus e equipamentos públicos.
- Estimular a diversidade de uso nos bairros com atividades comerciais, culturais, de lazer, educacional e de saúde, com horários de funcionamento diversificados para atender a demanda das mulheres fora dos seus horários de trabalho.

c) Mobilidade e acesso à cidade para as mulheres

- Considerar como prioridade os investimentos em transporte público, pedonal e cicloviário.
- Criar sistema de transporte público que garanta mais horários para atividade da reprodução e mais segurança para idosos e crianças.
- Ampliar a disponibilidade de horários de ônibus, criando um sistema pautado nas diversas demandas das cidades e levando-se em considerando a condição dos usuários, como, por exemplo, criar linhas exclusivas para estudantes, linha para interligar os equipamentos de saúde, ampliar os horários durante o final de semana para estimular os passeios e sociabilização.
- Ter um plano de arborização e calçadas que dêem condições de caminhabilidade para todos, inclusive mulheres gestantes, carrinhos de bebê, idosos, cadeirantes, deficientes visuais, e pessoas com mobilidade reduzida.
- Dar prioridade para implantação do sistema de ciclovias. A bicicleta representa um forte aliado à mobilidade para execução de todas as tarefas cotidianas, ligadas à reprodução e à produção, mas para as mulheres torna-se ainda mais especial, devido à possibilidade de se locomover com maior agilidade e autonomia.
- Disponibilizar os pontos de ônibus em locais iluminados e próximos de vitalidade. Permitir descida em qualquer lugar da cidade após as 20h apenas para as mulheres.

d) Equipamentos públicos e gestão da vida cotidiana

- Criação de um sistema de equipamentos de ensino para atendimento em tempo integral para creches e escolas, articulados com espaços e programas de cultura, arte e lazer e cidadania complementares. Que os espaços educacionais sejam prioridade de investimento público nas cidades.

- Criar programa de incentivos fiscais, renda e suporte técnico para criação de renda e empreendedorismo para mulheres.
- Implantar, nos espaços públicos, estrutura para acolher mães, crianças e idosos, com infraestrutura de banheiros, fraldários e bebedouro.
- Reservar áreas verdes na cidade para implantação de parques e praças e áreas de preservação ambiental, com estrutura de lazer para todas as idades, atividades coletivas e educação ambiental para todas as idades.
- Utilizar com prioridade as áreas residuais da cidade, cedidas pelos loteamentos, para criar um sistema de micro praças e equipamentos públicos descentralizados, com diversidade de uso, como por exemplo: hortas comunitárias, feiras, parque infantil, campo de futebol, biblioteca, mini praças, pista de skate, patins, quadra de vôlei, etc.
- Implementar programas de segurança alimentar, criando sistema de hortas comunitárias, feiras livres com preços acessíveis e descentralizados na cidade, estimular a agricultura familiar e urbana.

e) Habitação

- Atender com urgência a falta de segurança vivida pelas famílias dos condomínios residenciais do Programa “Minha Casa Minha Vida” e moradores de áreas de risco, pois essa condição de vulnerabilidade afeta diretamente a vida de todos, mas, em especial, a vida das mulheres, por serem, em sua maioria, responsáveis pela administração do cotidiano e do sustento de suas famílias.
- Garantir e ouvir as mulheres moradoras das áreas de risco e conjuntos habitacionais para elaboração das políticas públicas habitacionais, assim como tornar os projetos habitacionais participativos.

Durante esse processo, foi possível perceber, através do conteúdo discutido a partir do tema proposto neste trabalho, como o entendimento de algumas mulheres sobre seu direito à cidade possibilitou o desencadeamento de algumas ações, como o surgimento da Praça Lilás²⁵, uma atividade sugerida e promovida pelos coletivos que participam do movimento pela criação do Conselho de Políticas Públicas para as Mulheres de Blumenau, que será relatado a seguir.

²⁵Ambiente online com registro dos encontros e conteúdo promovido pelo Movimento Lilás. Disponível em: <https://www.facebook.com/pracalilasbnu/?fref=ts>

Com isso, é possível compreender, a partir deste exercício, que o entendimento e o envolvimento das mulheres sobre o seu direito à cidade passou do segundo para o terceiro degrau da participação, tendo como resultado o processo de informação, como sugere Arnstein (2002), pois, a partir do momento em que o conteúdo foi divulgado, o tema passou a ser compreendido e, em seguida, reivindicado.

3.4 Praça Lilás e a construção do Conselho Municipal de Políticas públicas para as mulheres de Blumenau

O movimento da Praça Lilás inicia-se a partir da luta das mulheres que participam do processo de criação do Conselho Municipal de Mulheres de Blumenau, e está representado por mulheres e coletivos que estão engajados nessa trajetória, participando das reuniões mensais para encaminhamento das demandas do movimento, das Conferências Municipais e Estaduais de Políticas Públicas para as Mulheres, das Audiências Públicas e dos fóruns de participação oferecidos na cidade. Ao longo de 2016, foram várias atividades realizadas, ressaltando-se a periodicidade dos encontros, com o objetivo de formular a lei para criação do Conselho, a realização de uma Audiência Pública, chamada para anunciar a necessidade da criação do Conselho Municipal de Mulheres de Blumenau, a construção do texto do Manifesto Lilás, documento entregue a todos os candidatos que disputaram as eleições para prefeitura de Blumenau, e as atividades realizadas nas praças da cidade, com o objetivo de levar a discussão sobre a criação do Conselho para uma conversa ampliada com as mulheres da cidade, possibilitando assim que mais mulheres estejam informadas sobre esse movimento que representa a todas.

Destaca-se que os encontros promovidos nas praças também têm como objetivo, além de divulgar as pautas do conselho, criar um momento de encontro nos espaços públicos focado nas mulheres, para promover o lazer, a cultura e as trocas de experiência e saberes. Resgata-se, assim, o caráter público, político e coletivo dos espaços da cidade. Os encontros são organizados a partir do princípio da autogestão, e, de forma voluntária, as pessoas oferecem suas atividades, que podem ser desde um tema para roda de conversa, oficinas criativas, artesanato e brincadeiras. Assim, a Praça Lilás é mobilizada por vários grupos de mulheres de Blumenau que participam das discussões para a criação do Conselho Municipal de Mulheres de Blumenau, estendendo-se a todos os cidadãos que queiram participar. Para receber as atividades da Praça Lilás, foi definido como critério principal a possibilidade de serem realizadas em espaços públicos dos bairros, facilitando a mobilidade das mulheres.

A primeira Praça Lilás aconteceu no dia 03 de julho de 2016, no bairro da Velha, na praça ao lado do Ambulatório Geral Haroldo Bachmann e do Terminal Urbano, durante um sábado, das 10h até 16h. Neste primeiro encontro, as atividades foram organizadas a partir das redes comunitárias existentes no bairro, que participavam das atividades de mulheres do Ambulatório Geral, pela Liga da Saúde Coletiva, pelo Coletivo LEENA - Mulheres da Arquitetura e pelo Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana, e representantes do movimento pela Humanização do Nascimento.

As atividades realizadas durante o dia foram propostas de forma voluntária e organizadas a partir do princípio da autogestão. As principais atividades desenvolvidas foram as rodas de conversas, que trouxeram como tema o debate sobre o direito ao SUS, a humanização do parto, a violência contra a mulher e a violência no trânsito. Esta atividade teve um engajamento significativo, reunindo mulheres de diversas idades e de vários locais da cidade, tendo uma expressiva participação da comunidade local, como mostra o registro da Figura 30 a seguir:

Figura 30 - Rodas de conversa da primeira Praça Lilás, realizada no Bairro da Velha em Blumenau, no dia 03/07/2016.



Fonte: Acervo online Movimento Lilás.

Diversas atividades foram desenvolvidas ao longo do dia, como oficina de *tie dye*, música, caricatura em balões, crochê com as mãos, medicina integrativa, execução de uma horta, troca de mudas e aprendizado sobre ervas. Alguns desses momentos estão registrados na Figura 31 abaixo:

Figura 31- Atividades oferecidas pelos participantes da primeira Praça Lilás que aconteceu no bairro da Velha em Blumenau no dia 03/07/2016.



Fonte: Acervo online Movimento Lilás.

Após a realização da primeira Praça Lilás, surgiu a necessidade de organizar a comunicação para permitir que mais pessoas pudessem conhecer a proposta de encontro na praça e poder, assim, ofertar suas atividades e participar. Diante desta necessidade, foi desenvolvido um site²⁶, uma fanpage²⁷ e um formulário de inscrição²⁸ online para dar suporte à comunicação do projeto da Praça Lilás. Esses ambientes virtuais, além de ajudar na comunicação, são um espaço para o registro das atividades promovidas pelo Movimento, e assim, funciona como uma ferramenta de articulação e conexão para estabelecer a rede de

²⁶ O site do Movimento Lilás está disponível em: <https://www.pracalilasbnu.esy.es>

²⁷ A fanpage do Movimento Lilás está disponível em: <https://www.facebook.com/pracalilasbnu/>

²⁸ Formulário para inscrição das atividades para Praça Lilás está disponível em: https://docs.google.com/a/terra.arq.br/forms/d/e/1FAIpQLSdsX75kXqYczCWjZg78ltEHFvTjecA1HU8Vx_I_R5spxfQLnA/viewform?c=0&w=1

mulheres motivadas pela defesa das pautas que serão defendidas pelo Conselho de Mulheres de Blumenau.

Nos meses de setembro e novembro de 2016 aconteceram a segunda e a terceira edição da Praça Lilás. Em setembro, o encontro aconteceu na Praça Arnaldo Machado da Veiga localizada no bairro Escola Agrícola²⁹. Por conta do mau tempo, foi cancelado algumas vezes, e, por essa razão, o encontro não teve um número expressivo de participantes no dia da atividade. Nesta atividade foi possível testar o potencial de engajamento das ferramentas *online* criadas, onde 30% das atividades oferecidas nesse dia foram sugeridas pelo formulário eletrônico, como o varal de poética feminista, exposição de arte da ONG Enlourescer, e alguns temas para as rodas de conversa. Algumas das atividades, como oficina de crochê com as mãos, danças circulares e origami, foram realizadas no segundo encontro da Praça Lilás registrados na Figura 32 a seguir:

Figura 32 - Atividades realizadas na segunda edição da Praça Lilás que aconteceu no Bairro Escola Agrícola no dia 03/09/2016, na Praça Arnaldo Machado da Veiga.



Fonte: Acervo online do Movimento Lilás.

A terceira edição da Praça Lilás³⁰ aconteceu no bairro Garcia, na Praça Getúlio Vargas, no dia 19 de novembro de 2016. Esta edição foi praticamente divulgada via redes

²⁹Convite para o encontro da segunda Praça Lilás está disponível em: <https://www.facebook.com/events/1107871709307010/>

³⁰Convite para o encontro da terceira Praça Lilás está disponível em: <https://www.facebook.com/events/612000482340717/>

sociais, e teve 20% das atividades sugeridas enviadas pelo formulário eletrônico. A participação da comunidade não foi expressiva, mesmo estando ao lado do terminal urbano. Neste dia, a maioria das mulheres que esteve na praça, estava levando seus filhos para brincar, ou eram líderes da comunidade, e mulheres que vieram atraídas pela comunicação das redes sociais com curiosidade em saber o propósito da Praça Lilás.

As atividades oferecidas foram rodas de conversa, oficina de crochê, oficina de caleidoscópio, exposição de arte da ONG Enlourescer, instalação do Manifesto Lilás, lojinha do amor, tapete do desenho, origami e um show acústico de música popular. Algumas imagens das atividades estão registradas na Figura 33 abaixo:

Figura 33 - Atividades realizadas na terceira edição da Praça Lilás, que aconteceu no Bairro Garcia no dia 19/11/2016 na Praça Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo online do Movimento Lilás.

Com a realização das três edições da Praça Lilás, foi possível identificar que esse formato de encontro pode ser considerado como uma ferramenta eficaz para promover o engajamento da comunidade através do resgate do hábito do uso do espaço público como arena de trocas, política e aprendizagem. Assim, a estratégia de levar o debate da criação do Conselho de Mulheres para ser discutido no espaço público desencadeou um despertar de consciência e colaboração, estabelecendo conexões importantes para a criação de uma rede de mulheres conscientes do seu direito a políticas públicas e seu espaço na cidade.

Diante deste potencial, alguns desafios se colocam, uma vez que foi possível perceber que um dos motivos de algumas mulheres não terem participado foi a falta de tempo e a falta de hábito de utilizar o espaço público para o lazer e o debate a acerca da cidadania. Um caminho possível, apontado pelo grupo de mulheres que articulam o movimento, é alterar o horário das atividades para o período da tarde, para facilitar o acesso das mulheres após seu horário de trabalho, realizar encontros nos bairros para divulgar o propósito do Conselho Municipal de Mulheres nos grupos já estabelecidos na comunidade, como clubes de mães, associações, empresas, sindicatos, e, assim, convidar pessoalmente as mulheres que participam destes encontros. Esta ação presencial complementaria a ação virtual, criando sinergia para criação de uma rede de mulheres engajadas pelo despertar dos direitos das mulheres de Blumenau.

Diante do potencial de engajamento percebido nas atividades realizadas ao longo dos encontros da Praça Lilás, volta-se aos degraus da participação, sugerido por Arnstein (2002), uma vez que trata-se de um mecanismo eficaz de comunicação e informação, e, neste caso, tendo como tema os direitos das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda sua assimetria de interpretações e linguagens, homens e mulheres se constroem socialmente e assim, os territórios se estabelecem, como o território da caça, da coleta, da amamentação, da procriação. Os homens aprenderam a ser mais fortes, buscarem no espaço de fora sua arena de expressão, enquanto que as mulheres aprenderam a se comunicar e a perceber o que está perto. Tendo a linguagem como instrumento, elas transmitem de geração em geração o aperfeiçoamento a partir das percepções, e assim, criam-se as regras do mundo, que são desconstruídas diante de novas necessidades e adaptações.

Pelo poder conferido aos homens é que se justifica que a história do mundo foi contada a partir de uma perspectiva masculina³¹, o que revela que, nas disputas territoriais, as mulheres estão, historicamente, submetidas à determinação do poder patriarcal. Dessa forma, o desafio que se coloca para o século XXI é que essa disputa ou entendimento de território precisa de uma profunda revisão, e isso exige um aprofundamento na realidade contemporânea, considerando sua complexidade social, econômica e ambiental, além de toda a dicotomia entre as relações de classe, gênero e etnia. Assim, as raízes predominantes na sociedade, que se expressam no espaço da cidade, anunciam a necessidade de uma desconstrução dos processos de exclusão, visando novas alternativas e possibilidades de fomentar a igualdade, a diversidade, a participação e a sustentabilidade.

Uma alternativa é trazer para esse processo de desconstrução a perspectiva do pensamento feminista, como sugere Montaner (2012), uma vez que esse pensamento envolve uma visão de mundo que parte do valor da experiência pessoal, entendendo-se que todo pessoal é político. Assim, o resultado das relações pode ser a fonte de uma nova interpretação mais humanista do mundo, ao considerar as habilidades das mulheres em estar atentas com a realidade próxima e de apoiar as relações sociais, tendo resiliência e empatia, uma vez que a mulher se relaciona na perspectiva do outro. Porém, cabe perguntar: Como inserir a mulher no contexto de mudança, ter condições de falar, ser ouvida e compreendida? Essa é uma questão chave que se abriu a partir desse estudo.

Cabe aqui destacar o movimento de mulheres estabelecido em Blumenau, o que reforça o potencial e a disposição das mulheres em participarem das questões que foram levantadas ao longo do trabalho. Igualmente necessário apontar também a relevância de todos

³¹Somente na segunda metade do século XX teve início o registro de uma história das mulheres, e posteriormente, da relação de gênero.

os coletivos de mulheres existentes na cidade e seu engajamento em diversas lutas acerca da vida das mesmas, mostrando, assim, que o movimento de mulheres de Blumenau está engajado em diversos temas da sociedade. Num primeiro momento, os objetivos do movimento podem parecer dispersos, uma vez que o movimento de mulheres não apresenta uma unidade de luta. Porém, a diversidade de temas afeta a todas, assim como os problemas do mundo. Assim, pode-se concluir que o movimento de mulheres atua hoje de forma transversal e em rede, o que alguns autores caracterizam como uma revolução em curso.

A importância da expressão, da fala e da participação das mulheres no contexto da construção do território como caminho para uma nova relação de igualdade e de acesso aos direitos das mulheres, aponta a necessidade do aprofundamento em busca de alternativas para o fomento da participação dessas no contexto da construção da cidade. Desta forma faz-se necessário o aprimoramento dos processos de sensibilização, engajamento e fortalecimento dos movimentos sociais ancorados no conceito da participação cidadã.

Neste contexto, existe um universo a ser explorado, apoiado e estudado para o desenvolvimento de tecnologias e novas abordagens para fomentar a participação das mulheres no contexto da cidade e de suas demandas, no sentido de atualizar o papel da mulher diante da complexidade da sociedade contemporânea. Diante desse cenário, existe um caminho a ser iluminado para dar condições de a sociedade avançar no modo de se relacionar com igualdade e liberdade, trazendo uma nova perspectiva que valorize a experiência de todos e a diversidade.

Desta forma, ao considerar a pergunta inicial que motivou o início desta pesquisa, sobre a contribuição das mulheres para a construção da cidade contemporânea, é possível perceber, a partir dos estudos sobre a participação das mulheres ao longo da história de Blumenau, e, na pesquisa atual, sobre a percepção das mulheres sobre o seu direito à cidade, que a influência das mulheres no desenvolvimento da cidade se deu a partir de duas características marcantes: a pré-determinação ao trabalho e a disposição à solidariedade. Percebe-se que a condição ao trabalho e a solidariedade geraram uma rotina de vida que afastou as mulheres da arena política ao longo da história de Blumenau, e, com isso, pode-se dizer que a cidade se desenvolveu com a pouca participação direta das mulheres nas instâncias de decisão política.

Chama a atenção, nesse caso, que a maioria das mulheres entrevistadas acusou nunca ter percebido essa condição. Tal fato sinaliza a necessidade de continuar esse estudo sobre a condição das mulheres no processo de construção da cidade, uma vez que ficou claro que as demandas das mulheres não estão sendo atendidas.

O entendimento sobre essa questão amplia-se sobre o universo da cidade, apresentando-se como um caminho transversal para aplicação de políticas públicas que buscam atender a diversidade e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Tal fato demonstra que as demandas das mulheres no planejamento urbano não implicam fazer uma cidade especializada unicamente para as mulheres, excluindo o lugar e a demanda dos outros cidadãos, mas, sim, afirmar uma perspectiva que representa uma nova abordagem de inclusão, do olhar, da opinião, da percepção e da contribuição das mulheres na construção da cidade contemporânea, trazendo assim uma nova dimensão ao desenvolvimento da cidade e da sociedade.

Diante deste contexto, a Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau reuniu e sintetizou a fala dessas mulheres que realizaram o exercício sugerido pela pesquisa, que, mesmo sendo uma exploração inicial, reflete um recorte da realidade e exprime a percepção dessas mulheres sobre seu direito à cidade. Uma vez ao elegerem como temas prioritários a necessidade de mais participação das mulheres no cenário político, segurança pública, mobilidade, rede de equipamentos públicos e habitação, trouxeram luz para esses temas, explorando todas as suas especificidades com o propósito de resolver as questões cotidianas que influenciam suas vidas como usuárias da cidade.

Assim cabe resgatar a fala de Muxi (2012), para quem o objetivo do projeto urbano com perspectiva de gênero é melhorar a condição de vida, assim não há problema ou necessidade que seja considerada menor que não deve ser atendida.

Diante desse pensamento, o conteúdo da Carta traz a urgência de se colocar na pauta da construção da cidade contemporânea as demandas relativas às atividades da reprodução, e com isso colocá-las em pé de igualdade como critério para tomada de decisões estratégicas para o desenvolvimento das cidades. Para ilustrar, cabe resgatar algumas questões sinalizadas na Carta, como a necessidade de rever a lógica de mobilidade da cidade, disponibilizando alternativas de rotas e horários para o transporte público para atender a demanda das pessoas que necessitam utilizar os equipamentos públicos ao longo do dia fora do fluxo produtivo, e, com isso, atender as necessidades dos estudantes, mulheres, crianças e idosos para que possam circular na cidade com mais segurança e acessibilidade. Além disso, há a necessidade de se criar projetos que garantam a qualidade e segurança dos espaços de relação, pois são nos trajetos entre os equipamentos da cidade que as atividades da vida cotidiana acontecem. Por essa razão, cabe solucionar a falta de banheiros públicos e bebedouro, a questão dos terrenos baldios, da falta de iluminação pública, acessibilidade e arborização das calçadas e ciclovias,

bem como descentralizar a rede de equipamentos públicos e serviços para que os deslocamentos sejam mais curtos e os bairros tenham maior diversidade e vitalidade.

Outra questão chave que aparece na Carta é a situação atual em que vivem as mulheres chefes de família nos Condomínios Minha Casa Minha Vida. Os relatos revelam que por serem elas, em sua maioria, as responsáveis pelo sustento de suas famílias, as condições de desconexão com o fluxo das atividades da cidade, a relação direta com a violência, falta de mobilidade e de opção para o lazer, reflete o que diz Muxi (2012), que não se resolve a questão da habitação apenas disponibilizando o espaço da casa, para isso é preciso integrar a rede de equipamentos da cidade, e, com isso, buscar condições para que a vida cotidiana aconteça. Hoje, nos dois condomínios estudados, os relatos apontam que esses espaços encontram-se desarticulados com a rede da cidade, e os equipamentos públicos, como creches e postos de saúde próximos, não atendem a demanda criada nesses espaços. Essa situação exige dessas mulheres cuidadoras uma sobrecarga ainda maior para solucionar suas rotinas de assistência as suas famílias, acumulando, assim, as tarefas da reprodução e da produção ao tempo perdido pela falta de acesso. Diante desse cenário, justifica-se o silêncio ocorrido nos primeiros momentos da atividade do World Café, quando eram abordadas para refletirem sobre seus direitos à cidade.

Assim, é possível concluir que a busca pelo exercício pleno da cidadania, tendo como aplicação real o cotidiano da vida das mulheres, pressupõe um caminho de feminilização dos conceitos de Planejamento e das práticas das Políticas Públicas, para que as mulheres possam alcançar o direito de circular com segurança, acessar todos os lugares que desejarem, dispor de equipamentos públicos que atendam as demandas oriundas das atividades com a reprodução, ter espaço para empreendedorismo e participação política e assim, ver diluídos os limites que determinam o vínculo da mulher com o espaço privado, ampliando sua condição de ser parte do espaço público e político da cidade. Uma vez que, com a criação de infraestruturas sociais de apoio às mulheres, atende-se também a família, isso significa avançar no entendimento do planejamento universal e mergulhar nas especificidades dos usuários da cidade. Assim, a provocação que se coloca é a urgência de revisar a dimensão do conceito de "cidadania e democracia", repensando a política "tradicional" universalista marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação sexual.

REFERÊNCIAS

- ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – Participe**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002. Disponível em: <http://aeessp.org.br/escada.pdf>. Acesso em 10 nov.2016.
- BENKO, Georges. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999.
- BROWN, J.; ISAACS, D. **O World Café: dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?: reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- CALIÓ, Sônia Alves. **Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana**. 1991. 194 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CIACOLETTO, Adriana. **Espacios para la vida cotidiana: auditoría de calidad urbana com perspectiva de género**. 2014. Disponível em: <http://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>. Acesso em 02 fev. 2016.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 164 p. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola, v.16).
- _____, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 29-45, jun. 2006.
- COSTA, Delaine Martins. **Introdução ao Planejamento para o gênero: um guia prático**. Rio de Janeiro: Ibam: Fundação Ford, 1997. 76 p. (Textos de Administração Municipal, 14).
- D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary del; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.
- GAIGER, Luiz Inácio. Políticas públicas de Economia Social e Solidária na América Latina: desafios aquém e além da linha abissal. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (orgs). **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher**: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo: Annablume, 2004. 336 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: _____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 27-66.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do feminismo ao multiculturalismo. São Paulo: Ática, 2012. v. 2.

JEAN, Bruno. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento rural. In: VIEIRA, P. F. et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: SECCO, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1969.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 110 p.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma história da mulher**. Bauru: Edusc, 2000.

MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o Desenvolvimento Regional: subsídios para um programa forte em Desenvolvimento Regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. Blumenau, v. 2, n. 2, 2014. p. 59-105.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p. (Saúde em debate, 46).

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e Política**: Ensaios para mundos alternativos. São Paulo: GG, 2014.

MONTANER, Josep Maria. Gênero e visão del mundo. In: VALDIVIA, Blanca Gutiérrez; CIACOLETTO, Adriana. **Estudios urbanos, gênero y feminismo**: Teoria e experiências. Barcelona: Coletiu Punt 6, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/punt6/docs/publicaciondefinitivaestudiosurbano> . Acesso em 03 jan. 2017.

MUXI, Zaida. Mujeres Públicas. In: VALDIVIA, Blanca Gutiérrez; CIACOLETTO, Adriana. **Estudios urbanos, gênero y feminismo**: Teoria e experiências. Barcelona: Coletiu Punt 6, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/punt6/docs/publicaciondefinitivaestudiosurbano>. Acesso em 03 jan. 2017.

_____ ; CASANOVAS, Roser; CIACOLETTO, Adriana. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? In: MOZO, María Elia Gutiérrez. **La arquitectura y el urbanismo con perspectiva de género**. 17. ed. Universidad de Alicante: Revista del Centro de Estudios Sobre La Mujer, 2011. p. 105-130. Disponível em: <https://punt6.files.wordpress.com/2011/03/z-muxc3ad-martc3adnez-r-casanovas-a-ciacoletto-m-fonseca-y-b-gutic3a9rrez-valdivia.pdf>. Acesso em 03 jan. 2017.

PERROT, Michelle; BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. O gênero na cidade. **Histórias e Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, p.23-44, jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27517/15092>. Acesso em 26 jan. 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org) **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 264-309.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469-543.

RENAUX, Maria Luíza. **O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí, 1850-1950**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. 238 p.

RISÉRIO, Antonio. **Mulher, casa e cidade**. São Paulo: Editora 34, 2015. 424 p.

ROCHA, Juliana D.; BURSZTYN, Maria Augusta. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 11, n. 7, p.45-52, mar. 2005.

ROMÁN, Marta; VELÁZQUEZ, Isabela. **Guia de urbanismo con perspectiva de gênero**. Region de Murcia: Instituto de La Mujer de La Region de Murcia, 2008.

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 16, 2008, Caxambu. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 1 - 16. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1841.pdf. Acesso em: 29 mar. 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SAULE JUNIOR, Nelson. **O direito à cidade e o paradigma da governança urbana democrática**. 2005. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/uploads/750/750.pdf> >. Acesso em 3 mar. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: SCOTT, Joan. **Gender and politics of history**. New York: Columbia University Press, 1990. p. 1-34.

VALDIVIA, Blanca G. Urbanismo desde la perspectiva de género y para la vida cotidiana. In: BLANCAFORT, Jaume; REUS, Patricia. **La participación en la construcción de la ciudad**. Cartagena: Universidad Politécnica de Cartagena, 2016. p. 20-26. Disponível em: [file:///C:/Users/Arquiteto03/Downloads/isbn9788416325283 \(1\).pdf](file:///C:/Users/Arquiteto03/Downloads/isbn9788416325283%20(1).pdf). Acesso em 12 dez. 2016.

WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da colônia Blumenau: Cotidiano e trabalho**. 1991. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 24 out. 2015.

DENATRAN. **Pesquisa sobre perfil dos condutores brasileiros, 2015**. Disponível em: <http://www.and.org.br/Show.aspx?IdMateria=VWZeAPTyLYU1oEA067fDPQ>. Acesso em 06 nov. 2016.

Estrutura Administrativa – Prefeitura Municipal de Blumenau. Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/estrutura-administrativa/pagina/estrutura-administrativa>. Acesso em 10 dez. 2016.

Habitat III - United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development. Disponível em: <https://www2.habitat3.org/bitcache/6152487d463cc5f9b70ac32fc32321cf31f59953?vid=542862&disposition=inline&op=view>. Acesso em 02 jun. 2016.

Praça Lilás. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/pracalilasbnu/photos/?ref=page_internal. Acesso em 20 fev. 2017.

SANTO ANDRÉ (SP). **Lei orgânica de Santo André**. Plano Municipal dos Direitos das Mulheres de Santo André, SP. Seção XII, 1990. Disponível em: http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=473&Itemid=24. Acesso em 08 nov. 2015.

SÃO PAULO (capital). **Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002**. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf. Acesso em 08 nov. 2015.

Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 02 jun. 2016.

Unhabitat for a better human future. Disponível em: <http://unhabitat.org/urban-themes/gender/>. Acesso em 06 nov. 2015.

United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women.

Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm-sp.htm>. Acesso em 06 nov. 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO WORLD CAFÉ

World Café - Carta das mulheres para a cidade de Blumenau

LOCAL:

DATA:

ROTEIRO - WORLD CAFÉ

Olá sejam todas bem vindas! Hoje iremos discutir coletivamente nossa condição de usuárias da cidade, perceber quais são nossas principais demandas e o que podemos contribuir para o planejamento urbano da cidade de Blumenau.

O conteúdo desse trabalho coletivo será a base para a construção do documento: CARTA DAS MULHERES PARA A CIDADE DE BLUMENAU.

COMO CONDUZIR O WORLD CAFÉ?

- _ Cada grupo terá uma anfitriã, que ficará fixa na mesa e irá conduzir os registros do grupo na folha branca. Registrar todas as palavras chaves na colheita das informações e fala do grupo. É importante que o grupo estabeleça um diálogo, estimule e permita que todas se expressem.
- _ Para cada nova rodada, a anfitriã fará uma breve apresentação do que foi discutido pelo grupo anterior antes de iniciar a discussão da nova rodada.
- _ Os grupos mudam de lugar a cada rodada de perguntas, apenas a anfitriã fica na mesa.
- _ Verificar se todas as mulheres do grupo assinaram a lista de presença do evento

RODADA 1 - 20 min.

DESPERTAR

Blumenau atende seu direito à cidade?

RODADA 2 - 20 min.

PROBLEMATIZAR

Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito a cidadania, qualidade de vida e a emancipação.

RODADA 2 – 20 min.

SUGERIR

Considerando a rotina do seu dia-a-dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para a cidade.

APRESENTAÇÃO DAS EQUIPES – 15 min.

Cada equipe terá 3 minutos para apresentar a síntese do conteúdo sugerido para a carta das mulheres.

RODA DE DEBATE

ENCAMINHAMENTOS

APÊNDICE B - DOCUMENTO “CARTA DAS MULHERES PARA A CIDADE DE BLUMENAU”

Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau

Blumenau, 04/06/2016

A 6ª Conferência da Cidade de Blumenau traz como lema central: “Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas” e tem como objetivo identificar os problemas enfrentados na cidade e buscar, de forma participativa, soluções para ampliar e garantir o direito à função social da propriedade e garantir a qualidade de vida nas cidades. Esses são os desafios que se colocam para o presente debate.

Diante deste espaço, nós mulheres nos encorajamos a escrever uma carta para a cidade de Blumenau com o objetivo de sistematizar nossas demandas cotidianas e chamar a atenção de todos para a necessidade de incluir a questão de gênero no planejamento das cidades.

A maioria das mulheres, culturalmente, desempenha o papel de cuidar das tarefas da reprodução, sendo também responsáveis pelo cuidado e administração das necessidades da família, filhos, netos e anciãos. Essa demanda faz com que a maioria das mulheres utilize a cidade além do seu fluxo produtivo, ou seja, a mulher não sai de casa apenas para ir ao trabalho, ela se movimenta muito mais e em horários diferentes, para atender a demanda reprodutiva e produtiva da sua rotina diária.

Por esses motivos, utilizamos a cidade de uma maneira diferente e hoje enfrentamos muitos obstáculos para exercer essas demandas, pois a cidade se organiza e funciona com prioridade para atender as demandas produtivas, ficando assim a maioria dos espaços e sistemas públicos a serviço dos fluxos produtivos da cidade. Essa lógica de planejamento enrijece a cidade em seus horários, no seu funcionamento, cria distâncias desnecessárias, gera insegurança, exclui e limita os espaços para atividades coletivas.

Diante deste cenário, queremos colocar em pauta a necessidade de rever essa lógica produtivista e funcionalista como pauta prioritária para o desenvolvimento da cidade, queremos incluir as demandas da reprodução, pois nós, mulheres, contribuimos com a cidade, trabalhamos, cuidamos da nossa família, somos maioria na maior parte das cidades e sustentamos sozinhas mais de 30% dos domicílios brasileiros, e a cidade não nos oferece condições para realizar nossas demandas cotidianas com segurança, acesso e qualidade.

O conteúdo que iremos apresentar nesta carta, é fruto de um amplo debate sobre a mulher e seu direito à cidade, que aconteceu durante o primeiro semestre de 2016 na cidade de Blumenau. Foram encontros presenciais realizados com mais de 100 mulheres blumenauenses, somados a eventos organizados nas redes sociais envolvendo mais de 200 mulheres que participam do grupo do Facebook “Lugares das Mulheres”, performances artísticas e conversas ampliadas com diversos coletivos feministas da cidade. Participaram, neste processo, mulheres de diferentes perfis e realidades socioeconômicas.

Diante de toda diversidade de nossas realidades, criamos uma pauta que nos unifica, e, para isso, chamamos a atenção para a necessidade de incluir a demanda das mulheres na elaboração das políticas públicas focadas no desenvolvimento urbano da cidade.

Pedimos a solidariedade de todos para dar atenção às nossas demandas, que representam também a necessidade de nossas famílias, nossos filhos, jovens, pais e avós que atendemos diariamente em nosso cotidiano. Segue, então, nossa pauta para ser debatida por todos e encaminhada à Conferência das Cidades e ao processo de Revisão do Plano Diretor de Blumenau:

1 - Sobre a participação da mulher na cidade

1. Inclusão das questões de gênero na formulação da lei do Plano Diretor das cidades como um capítulo de caráter transversal e integrado com todas as secretarias do município.
2. Estimular e criar condições para que as mulheres participem das discussões sobre a cidade, facilitando os horários, realizando os encontros em locais descentralizados, disponibilizando o espaço para as crianças poderem acompanhar as mães que não tem com quem deixar seus filhos durante as atividades.

2- Sobre a segurança das mulheres na cidade

1. Incorporar oficialmente, no sistema de equipamento urbano da cidade, espaço para acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência, incluindo a estruturação da delegacia da mulher, plantão de apoio e assistência social bem como ampliar a quantidade de casas de apoio a mulheres.
2. Criar lei responsabilizando donos de terrenos baldios e abandonados pela manutenção e constante limpeza para mantê-los com visibilidade, pois esses espaços representam a principal causa de insegurança para as mulheres na cidade.
3. Criar lei específica para incentivar que todos os prédios residenciais, comerciais e públicos, tenham abertura e uso prioritário virado para lado da rua, evitando assim longos percursos vazios sem vitalidade.
4. Criar plano de iluminação pública para dar visibilidade em locais mais distantes e isolados, próximo a pontos de ônibus e equipamentos públicos.
5. Estimular a diversidade de uso nos bairros com atividades comerciais, culturais, lazer, educacional e de saúde, com horários de funcionamento diversificados para atender a demanda das mulheres fora dos seus horários de trabalho.

3 - Mobilidade e acesso à cidade para as mulheres

1. Considerar como prioridade os investimentos em transporte público, pedonal e cicloviário.
2. Criar sistema de transporte público que garanta mais horários para atividade da reprodução e mais segurança para idosos e crianças.
3. Ampliar a disponibilidade de horários de ônibus, criando um sistema pautado nas diversas demandas das cidades levando-se em consideração a condição dos usuários, como por exemplo, criar linhas exclusivas para estudantes, linha para interligar os equipamentos de saúde, ampliar os horários durante o final de semana para estimular os passeios e sociabilização.
4. Ter um plano de arborização e calçadas que dê condições de caminhabilidade para todos, mulheres gestantes, com carrinhos de bebê, idosas, cadeirantes, deficientes visuais e com mobilidade reduzida.
5. Dar prioridade para implantação do sistema de ciclovias. A bicicleta representa um forte aliado a mobilidade para execução de todas as tarefas cotidianas, ligadas a reprodução e a produção, mas para as mulheres em especial, devido à possibilidade de se locomover com maior agilidade e autonomia.
6. Disponibilizar os pontos de ônibus em locais iluminados e próximo de vitalidade. Permitir descida em qualquer lugar da cidade após as 20h apenas para as mulheres.

4 - Equipamentos públicos e gestão da vida cotidiana

1. Criação de um sistema de equipamentos de ensino para atendimento em tempo integral para creches e escolas articuladas com espaços e programas de cultura, arte, lazer e cidadania complementares. Que os espaços educacionais sejam prioridade de investimento público nas cidades.
2. Criar programa de incentivos fiscais, renda e suporte técnico para criação de renda e empreendedorismo para mulheres.
3. Implantar, nos espaços públicos, estrutura para acolher mães, crianças e idosos, com infraestrutura de banheiros, fraldários e bebedouro.
4. Reservar áreas verdes na cidade para implantação de parques e praças e áreas de preservação ambiental, com estrutura de lazer para todas as idades, atividades coletivas e educação ambiental para todas as idades.
5. Utilizar com prioridade as áreas residuais da cidade, cedidas pelos loteamentos, para criar um sistema de micro praças e equipamentos públicos descentralizados, com diversidade de uso, como por exemplo: hortas comunitárias, feiras, parque infantil, campo de futebol, biblioteca, mini praças, pista de skate, patins, quadra de vôlei, etc.
6. Criar programa de segurança alimentar criando sistema de hortas comunitárias, feiras livres com preços acessíveis e descentralizados na cidade; estimular a agricultura familiar e urbana, prover restaurante comunitário.

5- Habitação

1. Atender com urgência a falta de segurança vivida pelas famílias dos condomínios residenciais do Programa “Minha Casa Minha Vida” e moradores de áreas de risco, pois essa condição de vulnerabilidade afeta diretamente a vida de todos, mas, em especial, a vida das mulheres, por serem em sua maioria responsáveis pela administração do cotidiano e do sustento de suas famílias.

2. Garantir e ouvir as mulheres moradoras das áreas de risco e conjuntos habitacionais para elaboração das políticas públicas habitacionais, assim como tornar os projetos habitacionais participativos.

Esperamos que nossa contribuição fortaleça novos laços e novos paradigmas para pensar a cidade, valorizando o cuidado e acesso de todos para construção de uma cultura de paz, segurança e igualdade, onde todos os corpos sejam respeitados e considerados como parte integral do espaço social da cidade.

Despedimo-nos com a certeza de que seremos ouvidas e teremos espaço para o diálogo para a construção da cidade para todos.

Assinam essa carta todas as mulheres que participaram dos encontros e responderam aos questionários da pesquisa Lugares das Mulheres - <https://www.facebook.com/groups/737144309720514/?fref=ts>

Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana

UBM – União Brasileira de Mulheres - Blumenau

Coletivo LEENA – Mulheres da arquitetura FURB

APÊNDICE C – ROTEIRO FOTOGRÁFICO

1) Rua Araranguá

Intensidade do sentimento de insegurança: 50-70



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

2) Rua Divinópolis, 445

Intensidade do sentimento de insegurança: 50-70



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

3) Rua 2 de setembro

Intensidade do sentimento de insegurança: 50-70



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

4) Rua Cerro Azul, 682

Intensidade do sentimento de insegurança: 50-70



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

5) Rua Frederico Jensen

Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

6) Rua Ponte dos Arcos

Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

7) Rua Max Hering

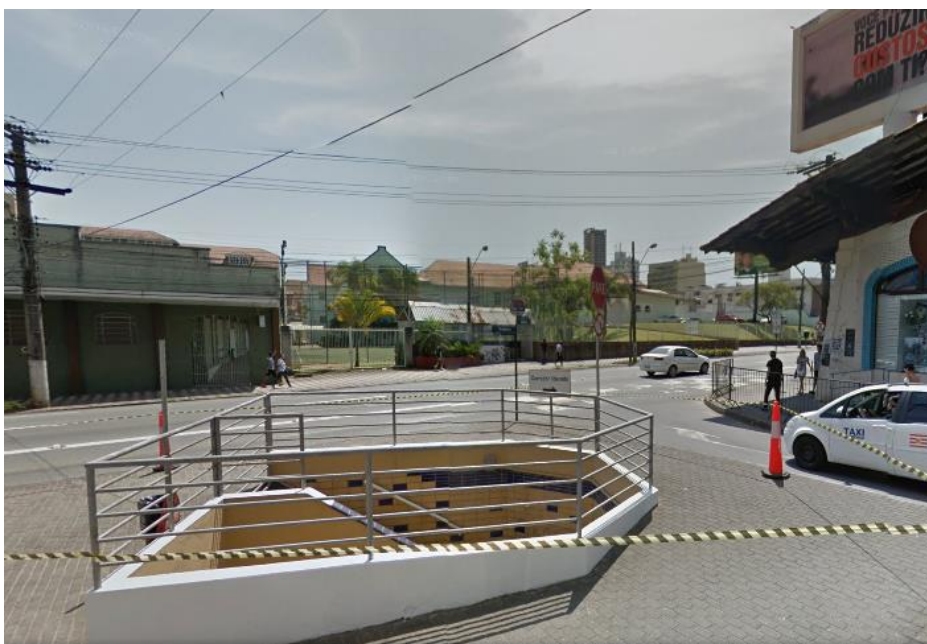
Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

8) Túnel Shopping Neumarkt

Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

9) Rua Johan G. H. Hadlich, 281

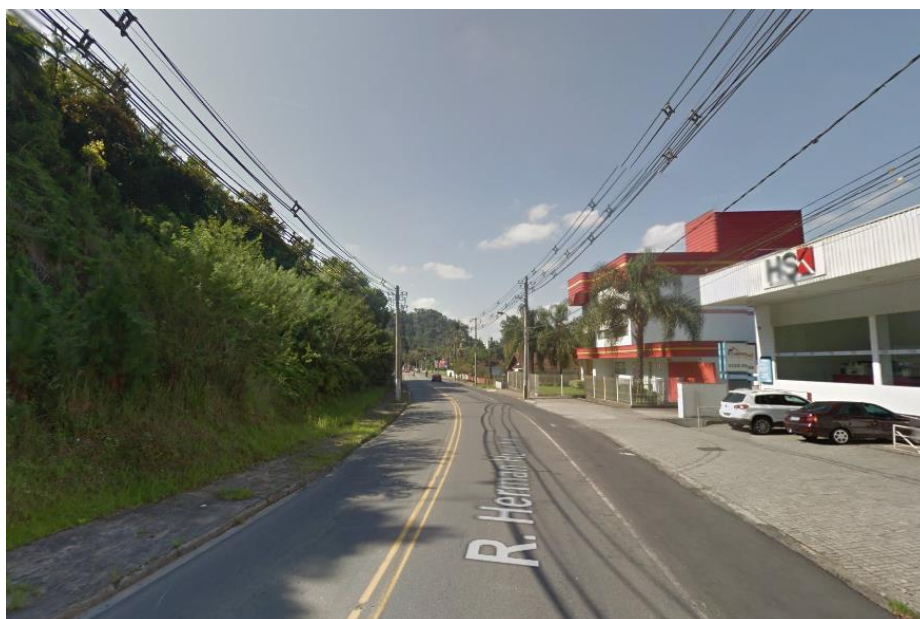
Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

10) Rua Herman Huscher

Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

11) Rua Heinrich Hosang

Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

12) Rua das Palmeiras – Alameda Duque de Caxias

Intensidade do sentimento de insegurança: 75-100



Fonte: Google Maps. Acesso em 10 mar. 2017.

